

Supremo Tribunal Federal

Prestação de Contas

Exercício 2004

Brasília, 15 de abril 2005

PODER JUDICIÁRIO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PROCESSO.....: 321834
CLASSE.....: Prestação de contas
DATA.....: 09/03/2005
ORIGEM.....: COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DOCUMENTO.....: Memorando 33/2005
INTERESSADO..:
ASSUNTO.....: Prestação de contas anual - 2004

Supremo Tribunal Federal

Proc. nº 321834
Fls. nº 02
Serv.

Memorando nº 083/2005 – COFI – SAF - STF

Brasília, 8 de março de 2005.

Ao Protocolo Geral Administrativo

Assunto: Solicitação de abertura de processo

Solicito abrir processo com a documentação anexa, conforme especificações abaixo:

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2004

Referência: Informação 045/2005/SCI

Atenciosamente,

MARIA JOSÉ RABELO DOS SANTOS
Coordenadora de Orçamento e Finanças

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DOCUMENTO RECEBIDO NESTA
DATA AS 12:06
EM 09/03/03
PROTOCOLO GERAL ADMINISTRATIVO

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Ministro Benjamin Zymler

Proc. nº 321.834
Folha nº 03
Func. 11

Aviso n.º 11/2004 – Gab Min BZ

À APO e SCI.

Em 8 de dezembro de 2004

Miguel Augusto Fonseca de Campos
Diretor Geral da Secretaria do STF
15/XII/04

Exmo. Senhor Presidente

Em atendimento ao disposto no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF), compete ao Tribunal de Contas da União apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República e pelos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, mediante pareceres prévios que deverão ser elaborados em sessenta dias a contar de seus recebimentos. Conforme estabelece o referido art 56, *caput*, da LRF, as contas prestadas receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.

Por dispositivo regimental desta Corte, fui designado Relator das Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2004.

Com a edição da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, foram estabelecidos princípios da boa e regular gestão dos recursos públicos, pressupondo a ação planejada e transparente, incluindo a exigência de atendimento a limites de gastos com pessoal e com endividamento para os órgãos e Poderes relacionados pela norma em questão, como também a observância a outros novos dispositivos e parâmetros que referidos entes devem observar.

O Relatório e Pareceres Prévios, a serem elaborados e encaminhados por este Tribunal de Contas ao Congresso Nacional, em atendimento à Carta Magna e aos dispositivos da Lei nº 8.443/92 – Lei Orgânica do TCU, consubstanciados no Regimento Interno desta Corte de Contas, além do estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000, deverão conter o resultado das análises específicas realizadas na prestação de contas apresentada por Vossa Excelência a esta Corte de Contas, que entendemos deva ser acompanhada de relatório descritivo e sintético dos programas e ações desenvolvidos ao longo do exercício objeto de exame, em consonância com as propostas estabelecidas por esse órgão na Lei Orçamentária Anual.

Por sua natureza e complexidade a matéria requer apresentação e disponibilização dos resultados e metas alcançados provenientes da atuação desse órgão. Assim, objetivando uma adequada análise da ação governamental concernente à área de atuação desse ente público no decorrer do exercício de 2004, solicito a Vossa Excelência a gentileza de determinar que sejam incluídos no relatório e demonstrativos que consubstanciarão a prestação de contas apresentada por esse órgão, entre outros, os seguintes elementos:

a) quadros e demonstrativos das metas e dos resultados alcançados pelos programas finalísticos desse órgão vinculados ao Plano Plurianual, destacando os volumes de recursos e os resultados (metas) alcançados em cada fonte de financiamento (orçamentário, externa e privada);

Ao Exmo. Sr.
Ministro NELSON AZEVEDO JOBIM
Presidente do Supremo Tribunal Federal
NESTA

Recebi ~~o original~~ cópia
Em 16 / 12 / 2004

(continuação do Aviso nº /2004 - Gab Min BZ)

b) análise da execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social, no âmbito desse órgão, com destaque para os principais aspectos da composição dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, bem como para a Demonstração das Variações Patrimoniais, destacando a origem e o destino dos recursos provenientes da alienação de ativos (inciso VI do art. 50 da LRF), e para a Composição das Disponibilidades Financeiras;

c) demonstrativo dos dispositivos legais que autorizaram a abertura de créditos adicionais e os respectivos valores liquidamente abertos no exercício, por tipo de crédito adicional (suplementar, especial e extraordinário);

d) execução da programação financeira de desembolso;

e) demonstrativos da quantidade de pessoal, sua distribuição e recursos financeiros despendidos (Despesa com Pessoal, distinguindo a com ativos e a com pensionistas);

f) notas explicativas que indiquem os principais critérios adotados no exercício, em complementação às demonstrações contábeis, além de outras informações que sejam julgadas pertinentes e necessárias para a análise das Contas do Governo do exercício de 2004;

g) rol de atos firmados pela autoridade máxima desse órgão que geraram despesas no exercício de 2004, nos termos dos arts. 16 e 17 da LC nº 101/2000, especificando a finalidade, os montantes previstos e os realizados em 2004.

Com vistas a subsidiar a montagem e elaboração das peças documentais que consubstanciarão a prestação de contas desse Ministério, exigida pela Lei em comento, informo que já foram encaminhados, em momento oportuno, quadros e demonstrativos que auxiliarão as áreas técnicas desse órgão nesse mister.

Na oportunidade, com a certeza de sua atenção, aproveito para renovar a V. Excelência os meus mais sinceros e antecipados agradecimentos.

Atenciosamente,

BENJAMIN ZYMLER
Ministro-Relator

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 1

R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	DESPESAS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	Crédito Orçamentário Suplementar	233.797.518	231.338.772	2.458.746
Receitas de Serviços	-	-	-	Despesas Correntes	221.789.898	220.891.438	898.460
Outras Receitas Correntes	-	-	-	Pessoal e Encargos Sociais	145.757.654	145.757.654	-
RECEITAS DE CAPITAL				Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
				Outras Despesas Correntes	76.032.244	75.133.784	898.460
				Despesas de Capital	12.007.620	10.447.334	1.560.286
				Investimentos	12.007.620	10.447.334	1.560.286
				Inversões Financeiras	-	-	-
				Créditos Especiais	1.100	1.100	-
				Despesas Correntes	1.100	1.100	-
				Outras Despesas Correntes	1.100	1.100	-
Subtotal (1)	-	-	-	Subtotal (1)	233.798.618	231.339.872	2.458.746
Movimentação Financeira	233.798.618	231.339.872	2.458.746	Movimentação de Crédito	-	-	-
Cota	233.798.618	231.339.872	2.458.746	Crédito Orçamentário Suplementar	-	-	-
Autorizada	233.798.618	231.339.872	2.458.746	Despesas Correntes	-	-	-
Repasse	-	-	-	Outras Despesas Correntes	-	-	-
Descentralizado	-	-	-	Despesas de Capital	-	-	-
				Investimentos	-	-	-
Subtotal (2)	233.798.618	231.339.872	2.458.746	Subtotal (2)	-	-	-
TOTAL (1+2)	**233.798.618**	**231.339.872**	**2.458.746**	**TOTAL (1+2)**	**233.798.618**	**231.339.872**	**2.458.746**
DÉFICIT TOTAL	-	-	-	**SUPERÁVIT TOTAL**	-	-	-
TOTAL GERAL	**233.798.618**	**231.339.872**	**2.458.746**	**RESULTADO**	**233.798.618**	**231.339.872**	**2.458.746**

Fonte: SIAFI

Edileuza P. Sena Araújo Fernandes
Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

Proc. nº 321 834
Folha nº 05
Func.

Proc. nº 321.834
Folha nº 06
Func. ff

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
BALANÇO FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 2

R$ 1,00

INGRESSOS	PARCIAL	TOTAL	DISPÊNDIOS	PARCIAL	TOTAL
RECEITAS CORRENTES		-	DESPESAS CORRENTES		220.892.538
Receita Patrimonial	-		Aplicação Direta e Transfer. Intergov.	220.892.538	
Receita de Serviços	-		Pessoal e Encargos Sociais	145.757.654	
Outras Receitas Correntes	-		Outras Despesas Correntes	75.134.884	
			Transferências a Estados, DF e Municípios	-	
			Outras Despesas	75.134.884	
RECEITAS DE CAPITAL		-	DESPESAS DE CAPITAL		10.447.334
Amort. de Empréstimos/Financiamentos	-		Aplicação Direta e Transfer. Intergov.	10.447.334	
			Investimentos	10.447.334	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		233.297.339	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		1.957.467
Transferências Orçamentárias	233.297.339		Transferências Orçamentárias	1.957.467	
Cota Recebida	230.409.891		Repasse Concedido	-	
Sub-Repasse Recebido	-		Sub-Repasse Concedido	-	
Sub-Repasse Recebido no Exercício	-		Sub-Repasse Concedido no Exercíc.	-	
Valores Diferidos-Baixa	2.887.448		Valores Diferidos	1.957.467	
Transferências Extra-Orçamentárias	-		Transferências Extra-Orçamentárias	-	
Ordem de Transferência Recebida	-		Ordem de Transferência Concedida	-	
Transferências Recebidas	-		Transferências Concedidas	-	
Transferências Diversas Recebidas	-		Transferências Diversas Concedidas	-	
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁR.		42.852.887	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁR.		42.861.682
Valores em Circulação	15.438.017		Valores em Circulação	33.261.997	
Recursos Especiais a Receber	15.379.103		Recursos Especiais a Receber	33.261.997	
Valores em Trânsito Realizáveis	428		Valores em Trânsito Realizáveis	-	
Créditos Tributários	58.486		Créditos Tributários	-	
Recursos da União	-		Recursos da União	-	
Créditos Diversos a Receber	-		Créditos Diversos a Receber	-	
Outros Créditos	-		Outros Créditos	-	
Recursos Vinculados	-		Recursos Vinculados	-	
Valores Pendentes a Curto Prazo	1.957.467		Valores Pendentes a Curto Prazo	2.887.448	
Valores Diferidos	1.957.467		Valores Diferidos	2.887.448	
Depósitos	35.845		Depósitos	44.641	
Consignações	-		Consignações	-	
Depósitos de Diversas Origens	35.845		Depósitos de Diversas Origens	44.641	
Obrigações em Circulação	25.418.374		Obrigações em Circulação	6.662.231	
Fornecedores	948.117		Fornecedores	1.267.004	
Do Exercício	943.803				
De Exercício Anteriores	4.314		De Exercícios Anteriores	1.267.004	
Pessoal e Encargos a Pagar			Convênios a Pagar	-	
Restos a Pagar	24.466.742		Pessoal e Encargos a Pagar	-	
Não Processados a Liquidar	23.965.309		RP's Não Processados - Inscrição	5.391.445	
Não Processados Liquidados	-		Outras Obrigações	3.782	
Cancelado	501.433				
Outras Obrigaçoes	3.515				
Valores em Trânsito	-		Ajustes de Direitos e Obrigações	5.366	
Recursos a Liberar p/Transferência	-		Incorporação de Obrigações	5.366	
Recursos a Liberar p/Pgto. de RP's	-		Exercícios Anteriores	5.366	
Ajustes de Direitos e Obrigações	3.184				
Desincorporação de Obrigações	3.184				
Exercícios Anteriores	3.184				
Recursos Diversos a Liberar	-				
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANTERIOR		44.653	DISPONIBILIDADE PARA O PERÍODO SEGUINTE		35.857
Conta Única do Tesouro Nacional	12		Conta Única do Tesouro Nacional	12	
Outras Disponibilidades	44.641		Outras Disponibilidades	35.845	
TOTAL GERAL		**276.194.879**	**TOTAL GERAL**		**276.194.879**

Fonte: SIAFI

Edileuza P. Silva Araújo Fernandes
Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

Proc. nº 321-834
Folha nº 07
Func.

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 3

R$ 1,00

ATIVO	PARCIAL	TOTAL	PASSIVO	PARCIAL	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO		33.297.855	PASSIVO FINANCEIRO		25.011.272
Disponível	35.857		Depósitos	94.331	
Disponível em Moeda Nacional	35.857		Consignações	-	
			Recursos do Tesouro Nacional	58.486	
			Depósitos de Diversas Origens	35.845	
Créditos em Circulação	33.261.997		Obrigações em Circulação	24.916.941	
Créditos a Receber	-		Restos a Pagar Processados	951.632	
Limite de Saque e Vinc. de Pgto	33.261.997		Fornecedores - do Exercício	943.803	
Créditos p/Pgto. de Desp. de Terc.	-		Fornecedores - Ex. Anteriores	4.314	
Recursos a Receber para Pgto. de RP	-		Pessoal a Pagar - do Exercício	-	
Depósitos Realizáv. a Curto Prazo	-		Pessoal a Pagar - Ex. Anteriores	-	
Valores em Trânsito Realizáveis	-		Encargos Sociais a Recolher	-	
			Débitos Diversos a Pagar	3.515	
			Obrigações Tributárias	-	
			Restos a Pagar - Não Processados	23.965.309	
			A Liquidar	23.965.309	
			Liquidados	-	
			Credores Diversos	-	
			Valores em Trânsito Exigíveis	-	
			Recursos Espec. a Liber. p Trasnfer.	-	
			Recursos a Liberar p Pgto. de RPs	-	
			Outras Obrigações a Pagar	-	
Valores Pendentes a Curto Prazo	-		Valores Pendentes a Curto Prazo	-	
Outros Valores Pendentes a CP	-		Repasse Recebido Diferido	-	
ATIVO NÃO-FINANCEIRO		109.343.975	PASSIVO NÃO-FINANCEIRO		1.957.467
Realizável a Curto Prazo	7.644.758		Valores Pendentes a Curto Prazo	1.957.467	
Créditos em Circulação	-		Valores Diferidos	1.957.467	
Fornecimentos a Receber	-				
Créditos Parcelados	-				
Diversos Responsáveis	-				
Empréstimos e Financiamentos	-				
Adiantamentos Concedidos	-				
Recursos Vinculados	-				
Outros Créditos em Circulação	-				
Bens e Valores em Circulação	7.644.758				
Estoques	7.644.758				
Títulos e Valores	-				
Materiais em Trânsito	-				
Títulos e Valores em Trânsito	-				
Provisão para Perdas Prováveis	-				
Valores Pendentes a Curto Prazo	8.145.554		Exigível a Longo Prazo	-	
Despesas Antecipadas	-		Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	-	
Valores Diferidos	-		Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	-	
Custos a Apropriar	-		Operações de Crédito - Interna	-	
Bens Direitos a incorp. Por insc. RP	8.145.554		Operações de Crédito - Externa	-	
Realizável a Longo Prazo	-		Obrigações Legais e Tributárias	-	
Créditos Realizáv. a Longo Prazo	-		Obrigações a Pagar	-	
Empréstimos e Financiamentos	-		Outras Operações Exigíveis	-	
Provisão para Perdas Prováveis	-				
Outros Créditos	-				
Permanente	93.553.663				
Investimentos	-				
Participação Societária	-				
Particip. em Fundos e Condomínios	-				
Outros Investimentos	-				
Provisão para Perdas Prováveis	-				
Imobilizado	93.553.663				
Bens Móveis e Imóveis	93.466.030				
Títulos e Valores	-				
Bens Intangíveis	87.633				
Depreciações, Amortiz. e Exaustões	-				
Diferido	-				
ATIVO REAL		142.641.830	PASSIVO REAL		26.968.739
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		115.673.090
			Patrimônio Capital	99.771.756	
			Reservas	-	
			Resultado Acumulado	-	
			Ajustes do Patrimônio Capital	-	
			Resultado do Período	15.901.335	
			Situação Patrimonial Ativa	142.641.830	
			Situação Patrimonial Passiva	126.740.495	
ATIVO COMPENSADO		40.153.275	PASSIVO COMPENSADO		40.153.275
Compensações Ativas Diversas	40.153.275		Compensações Passivas Diversas	40.153.275	
Responsab. p/Valores, Títulos e Bens	3.381.815		Valores, Títulos e Bens sob Respons.	3.381.815	
Garantias de Valores	-		Valores em Garantia	-	
Direitos e Obrigações Conveniados	952.935		Direit. e Obrigações Conveniados	952.935	
Direitos e Obrigações Contratuais	35.818.525		Direitos e Obrigações Contratadas	35.818.525	
Outras Compensações	-		Compensações Diversas	-	
TOTAL GERAL		182.795.105	TOTAL GERAL		182.795.105

Fonte: SIAFI

Edileuza R Sena Araújo Fernandes
Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

Proc. nº 321.834
Folha nº 08
Func. 7

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 4

R$ 1,00

VARIAÇÕES ATIVAS	PARCIAL	TOTAL	VARIAÇÕE PASSIVAS	PARCIAL	TOTAL
ORÇAMENTÁRIAS		252.144.393	ORÇAMENTÁRIAS		233.297.339
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	-		DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	231.339.872	
Receitas Correntes	-		Despesas Correntes	220.892.538	
Receita Patrimonial	-		Pessoal e Encargos Sociais	145.757.654	
Receita de Serviços	-		Juros e Encargos da Dívida	-	
Outras Receitas Correntes	-		Outras Despesas Correntes	75.134.884	
Receitas de Capital	-		Despesas de Capital	10.447.334	
Amortização de Empr. Financiamento	-		Investimentos	10.447.334	
			Inversões Financeiras	-	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	233.297.339		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.957.467	
Transferências Financeiras Recebidas	233.297.339		Transferências Financ. Concedidas	1.957.467	
Cota Recebida	230.409.891		Repasse Concedido	-	
			Sub-Repasse Concedido	-	
Valores Diferifos - Baixa	2.887.448		Valores Diferidos - Inscrição	1.957.467	
Correspondência de Débito	-		Correspondência de Créditos	-	
MUTAÇÕES ATIVAS	18.847.054		MUTAÇÕES PASSIVAS	-	
Incorporações de Ativos	18.847.054		Desincorporações de Ativos	-	
Aquisições de Bens	4.422.845		Alienação de Bens	-	
Incorporação de Créditos	-		Liquidação de Créditos	-	
Gastos e Despesas Diferidas	-				
Bens Dir. a Incorp. Pela Insc. RP	14.424.208				
Desincorporação de Passivos	-		Incorporação de Passivos	-	
RESULT. EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		6.014.562	RESULT. EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		8.960.282
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	-		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	-	
Transf. de Bens e Valores Recebidos	-		Transf. de Bens e Valor. Concedidos	-	
Transferências Financeiras Recebidas	-		Transferências Financeir. Concedidas	-	
Movimento de Fundos a Débito	-		Movimento de Fundos a Crédito	-	
Outras Interferências Ativas	-		Outras Interferências Passivas	-	
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	6.014.562		DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	8.960.282	
Incorporações de Ativos	5.502.772		Desincorporações de Ativos	8.947.743	
Incorporação de Bens Imóveis	-		Baixa de Bens Imóveis	87.653	
Incorporação de Bens Móveis	5.502.772		Baixa de Bens Móveis	4.876.331	
Incorporação de Bens Intangíveis	-		Baixa de Bens Intangíveis	-	
Incorporação de Títulos e Valores	-		Baixa de Títulos e Valores	-	
Incorporação de Direitos	-		Bens/Direitos a Incorp. pela Insc. de RP	3.983.758	
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	-		Ajustes de Bens, Valores e Créditos	-	
Reavaliações de Bens	-		Desvalorização de Bens	-	
Reavaliações de Títulos e Valores	-		Desvalorização de Títulos e Valores	-	
Ajustes de Créditos	-		Ajustes de Créditos	-	
Outros Ajustes Patrimoniais	-		Depreciação, Amortizaç. e Exaustão	-	
Desincorporação de Passivos	511.790		Incorporação de Passivos	12.539	
Ajustes de Obrigações	-		Ajustes de Obrigações	-	
Valorizações Diversas	-				
Ajustes Monetários do Balanço	-		Ajustes Monetários do Balanço	-	
Result. da Equivalência Patrimonial	-		Result. da Equivalência Patrimonial	-	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-		Ajustes de Exercícios Anteriores	-	
Acréscimos Patrimoniais Diversos	-				
RESULTADO PATRIMONIAL		-	**RESULTADO PATRIMONIAL**		**15.901.335**
DÉFICIT		-	**SUPERÁVIT**		**15.901.335**
TOTAL GERAL		**258.158.955**			**258.158.955**

Fonte: SIAFI

Edileuza P. Lima Araújo Fernandes
Chefe da Seção da Contabilidade Analítica

Proc. nº 321.834
Folha nº 09
Func.

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBLIDADES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO: 2004

Quadro 5

R$ 1,00

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	PARCIAL	TOTAL
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL		35.857
Conta Única do Tesouro Nacional	12	
Outras Contas Bancárias	35.845	
TOTAL		**35.857**

COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	PARCIAL	TOTAL
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO		(33.261.997)
Valores em Trânsito Realizáveis	-	
Valores a Creditar	-	
Outros Créditos	-	
Créditos a Receber	(33.261.997)	
Créditos Tributários	-	
Recursos Especiais a Receber	(33.261.997)	
Recursos a Receber por Transferência	-	
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	(33.261.997)	
Recursos a Receber para Pagamento de Restos a Pagar	-	
Créditos Diversos a Receber	-	
Créditos a Receber - Folha de Pagamento	-	
Abono Permanência e Aposentadorias	-	
Créditos em Liquidação	-	
DEPÓSITOS		94.331
Consignações	-	
Recursos do Tesouro Nacional	58.486	
Depósitos de Diversas Origens	35.845	
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		24.916.941
Obrigações a Pagar	24.913.426	
Fornecedores	948.117	
Do Exercício	943.803	
De Exercícios Anteriores	4.314	
Pessoal a Pagar	-	
Do Exercício	-	
De Exercícios Anteriores	-	
Encargos Sociais a Recolher	-	
Tributos a Pagar	-	
Recursos a Liberar por Transferência	-	
Restos a Pagar	23.965.309	
Não Processados a Liquidar	23.965.309	
Recursos a Liberar para Pagamento de Restos a Pagar	-	
Credores Diversos	3.515	
Débitos Diversos a Pagar	3.515	
Outros Credores	-	
Valores em Trânsito Exigíveis	-	
Valores a Debitar	-	
Ordens Bancárias a Emitir	-	
Ordens Bancárias Canceladas	-	
Outras Obrigações	-	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-	
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	-	
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO		8.286.583
Disponibilidade por Fonte de Recursos	8.286.583	
Disponibilidade de Restos a Pagar	-	
Limite de Restos a Pagar - Concedido	-	
Limite de Restos a Pagar - Recebido	-	
TOTAL		**35.857**

Fonte: SIAFI

Edileuza P. Sena Araújo Fernandes
Chefe de Seção de Contabilidade Analítica

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
DOTAÇÃO DA DESPESA POR FONTE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 8

R$ 1,00

	ESPECIFICAÇÃO	INICIAL (A)	SUPLEMEN-TAÇÃO	ESPECIAL		EXTRAORDINÁRIA		AUTORIZADA	
				Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/A
0100	Recursos Ordinários	184.033.663	3.618.599					187.652.262	102%
0106	Recursos Ordinários Condicionados		-						
0110	Rec. Cont. p/ o Plano Seg. Soc.Serv. Condicionados		-						
0150	Recuros não-financeiros diretamente arrecadados		-						
0151	Contribuição Social sobre o Lucro Líq.das Pes.Jurídicas		965.000					965.000	
0153	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	27.895.483	-					27.895.483	100%
0156	Contribuição plano seguridade social servidor	7.337.708	(965.000)					6.372.708	87%
0169	Contribuição plano seguridade social servidor	4.399.896	-					4.399.896	100%
0300	Recursos Ordinários		6.513.269					6.513.269	
0351	Contr. Social s/ Lucro das pessoas jurídicas		-						
0353	Contribuição p/ financ. da Seguridade Social		-						
	T O T A L	**223.666.750**	**10.131.868**	-	-	-	-	**233.798.618**	**105%**

Fonte: SIAFI

Cristina Harumi Matsunaga
Chefe da Seção de Acompanhamento
da Gestão Orçamentária

Proc. nº 3321-334
Folha nº 10
Func.

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
DOTAÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 11

R$ 1,00

	ESPECIFICAÇÃO	INICIAL (A)	SUPLEMEN-TAÇÃO	ESPECIAL		EXTRAORDINÁRIA		AUTORIZADA	
				Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/A
3000.00	**Despesas Correntes**	210.291.130	11.199.868					221.790.998	105%
3100.00	**Pessoal e Encargos Sociais**	138.452.486	7.005.168					145.757.654	105%
3190.00	**Aplicações Diretas**	138.452.486	7.005.168					145.757.654	105%
3190.01	Aposentadorias e Reformas	46.473.613	(963.454)					45.510.159	98%
3190.03	Pensões	13.188.777	(1.533.455)					11.655.322	88%
3190.08	Outros Benefícios Assistenciais	44.656	70.624					115.280	258%
3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	62.768.952	1.167.759					63.936.711	102%
3190.13	Obrigações Patronais	4.001.650	7.570.501					11.572.151	289%
3190.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	478.155	925.403					1.403.558	294%
3190.34	Outras Despesas de Pessoal	5.312.810	(5.312.810)					0	0%
3190.92	Despesas de Exercícios Anteriores	6.101.099	5.080.599					11.181.698	183%
3190.96	Pessoal Requisitado	82.774	300.000					382.774	462%
3300.00	**Outras Despesas Correntes**	71.838.644	4.194.700					76.033.344	106%
3330.00	**Transfer. a Estados e ao Distrito Federal**	500	-					500	100%
3330.30	Material de Consumo	-	-					-	
3330.39	Outros Serviços de Terceiros	500	-					500	100%
3390.00	**Aplicações Diretas**	71.838.144	4.194.700					76.032.844	106%
3390.08	Outros Benefícios Assistenciais	600.000	145.150					745.150	124%
3390.14	Diárias - Pessoal Civil	205.000	-					205.000	100%
3390.30	Material de Consumo	3.347.102	5.611.390					8.958.492	268%
3390.32	Material de Distribuição Gratuita	5.000	8.999					13.999	280%
3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	308.500	136.774					445.274	144%
3390.35	Serviços de Consultoria	0	2.626.577					2.626.577	
3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	110.000	128.576					238.576	217%
3390.37	Locação de Mão-de-obra	26.100.000	(5.214.446)					20.885.554	80%
3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	33.602.258	215.142					33.817.400	101%
3390.46	Auxílio-Alimentação	5.520.000	-					5.520.000	100%
3390.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	50.000	94.782					144.782	290%
3390.49	Auxílio-Transporte	818.400	(560.000)					258.400	32%
3390.91	Sentenças Judiciais	5.264	2.400					7.664	146%
3390.92	Despesas de Exercícios Anteriores	106.620	99.248					205.868	193%
3390.93	Indenizações e Restituições	1.060.000	900.108					1.960.108	185%
4400.00	**Investimentos**	13.375.620	(1.368.000)					12.007.620	90%
4430.00	**Transferências a Estados e ao Distrito Federal**	0	0					0	
4430.51	Obras e Instalações	0	0					0	
4430.52	Equipamentos e Material Permanente	0	0					0	
4490.00	**Aplicações Diretas**	13.375.620	(1.368.000)					12.007.620	90%
4490.51	Obras e Instalações		1.073.910					1.073.910	
4490.52	Equipamentos e Material Permanente	13.375.620	(2.441.910)					10.933.710	82%
4490.92	Despesas de Exercícios Anteriores	-	-					-	
	TOTAL	**223.666.750**	**10.131.868**					**233.798.618**	**105%**

Fonte: SIAFI

Proc. nº 321.834
Folha nº 11
Func. _____

Cristina Harumi Matsunaga
Chefe da Seção de Acompanhamento
Orçamentária

ORGAO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
EXECUÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 14

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO		DOTAÇÃO (A)	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA		DESPESA REALIZADA		CRÉDITOS NÃO UTILIZADOS		RESTOS A PAGAR N/ PROCESSADOS	
			Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/A	Valor (E)	% E/A
3000.00	**Despesas Correntes**	221.790.998			220.892.538	100%	898.460	0%	15.819.754	7%
3100.00	**Pessoal e Encargos Sociais**	145.757.654			145.757.654	100%	-	0,000%	529.215	0%
3190.00	Aplicações Diretas	145.757.654			145.757.654	100%	-	0%	529.215	0%
3190.01	Aposentadorias e Reformas	45.510.159			45.510.159	100%	-	0%	-	0%
3190.03	Pensões Civis	11.655.322			11.655.322	100%	-	0%	-	0%
3190.08	Outros Benefícios Assistenciais	115.280			115.280	100%	-	0%	-	0%
3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	63.936.711			63.936.711	100%	-	0%	-	0%
3190.13	Obrigações Patronais	11.572.151			11.572.151	100%	-	0%	-	0%
3190.16	Outras Despesas Variáveis - pessoal Civil	1.403.558			1.403.558	100%	-	0%	100.000	7%
3190.34	Outras Despesas de Pessoal	0			-		-		-	
3190.92	Despesas de Exercícios Anteriores	11.181.698			11.181.698	100%	-	0%	311.580	3%
3190.96	Pessoal Requisitado	382.774			382.774	100%	-	0%	117.635	30,7%
3300.00	**Outras Despesas Correntes**	76.033.344			75.134.884	99%	898.460	1%	15.290.539	20%
3330.00	Transfer. a Estados e ao Distrito Federal	500			-	0%	500	100%	-	0%
3330.30	Material de Consumo	-			-	0%			-	
3330.39	Outros Serviços de Terceiros	500			-	0%	500	100%	-	0%
3390.00	Aplicações Diretas	76.032.844			75.134.884	99%	897.960	1%	15.290.539	20%
3390.08	Outros Benefícios Assistenciais	745.150			745.150	100%	-	0%	82.070	11%
3390.14	Diárias	205.000			200.000	98%	5.000	2%	67.398	33%
3390.30	Material de Consumo	8.958.492			8.399.720	94%	558.772	6%	6.278.654	70%
3390.32	Material de Distribuição Gratuita	13.999			13.999	0%	-	0%	-	0%
3390.33	Passagens e Despesa com Locomoção	445.274			436.774	98%	8.500	2%	19.821	4%
3390.35	Serviços de Consultoria	2.626.577			2.626.577	100%	-	0%	1.633.087	62%
3390.36	Outros Serviços de Terceiros - PF	238.576			236.487	99%	2.090	1%	68.397	29%
3390.37	Locação de Mão-de-Obra	20.885.554			20.885.554	100%	-	0%	177.071	1%
3390.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	33.817.400			33.530.623	99%	286.777	1%	6.159.084	18%
3390.46	Auxílio-Alimentação	5.520.000			5.520.000	100%	-	0%	579.808	11%
3390.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	144.782			139.782	97%	5.000	3%	34.064	24%
3390.49	Auxílio-Transporte	258.400			258.400	100%	-	0%	63.608	25%
3390.91	Sentenças Judiciais	7.664			7.664	100%	-	0%	491	6%
3390.92	Despesas de Exercícios Anteriores	205.868			205.161	2677%	708	9%	51	1%
3390.93	Indenizações e Restituições	1.960.108			1.928.993	937%	31.115	15%	126.935	62%
4000.00	**Despesas de Capital**	12.007.620			10.447.334	533%	1.059.007	54%	8.145.554	416%
4430.00	Transfer. a Estados e ao Distrito Federal	0			0		0		0	
4430.51	Obras e Instalações	0			-		-		-	
4430.52	Equipamentos e Material Permanente	0			-		-		-	
4490.00	Aplicações Diretas	12.007.620			10.447.334	87%	1.059.007	9%	8.145.554	68%
4490.51	Obras e Instalações	1.073.910			840.710	78%	233.200	22%	753.057	70%
4490.52	Equipamento e Material Permanente	10.933.710			9.606.624	88%	825.807	8%	7.392.497	68%
4490.92	Despesas de Exercícios Anteriores	-			-		-		-	
	TOTAL	233.798.618			231.339.872	98,9%	1.957.467	0,8%	23.965.309	10%

Fonte: SIAFI

Nota (1) - O percentual de 100% que deveria ser alcançado somando-se o percentual da despesa realizada com o dos créditos não utilizados, não foi atingido devido a valor contingenciado no programa "Interligação Informatizada no Poder Judiciário" (R$ 501.279,00) - 0,3 %

Proc. nº 321.834
Folha nº 12
Func.

Cristina Harumi Matsunaga
Chefe da Seção de Acompanhamento da Gestão Orçamentária

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA, GRUPO E MODALIDADE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 17

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS DO TESOURO		RECURSOS DE OUTRAS FONTES		TOTAL	
	Dotação	Despesa Executada	Dotação	Despesa Executada	Dotação	Despesa Executada
DESPESAS CORRENTES	215.277.729	214.379.269	6.513.269	6.513.269	221.790.998	220.892.538
Pessoal e Encargos Sociais	139.244.385	139.244.385	6.513.269	6.513.269	145.757.654	145.757.654
Aplicações Diretas	139.244.385	139.244.385	6.513.269	6.513.269	145.757.654	145.757.654
Outras Despesas Correntes	76.033.344	75.134.884	-	-	76.033.344	75.134.884
Transferências Intragovernamentais	500	0				
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0	0				
Aplicações Diretas	76.032.844	75.134.884			76.032.844	75.134.884
Contribuições	-				-	
DESPESAS DE CAPITAL	12.007.620	10.447.334			12.007.620	10.447.334
Investimentos	12.007.620	10.447.334			12.007.620	10.447.334
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0	0				0
Aplicações Diretas	12.007.620	10.447.334			12.007.620	10.447.334
Inversões Financeiras						
Aplicações Diretas						
TOTAL	227.285.349	224.826.603	6.513.269	6.513.269	233.798.618	231.339.872

Fonte: SIAFI

Cristina Harumi Matsunaga
Chefe da Seção de Acompanhamento
da Gestão Orçamentária

Proc. nº 321.834
Folha nº 13
Func.

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
DOTAÇÃO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 21

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO		INICIAL (A)	SUPLEMEN-TAÇÃO	ESPECIAL		EXTRAORDINÁRIA		AUTORIZADA	
				Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/A
6359	Apreciação e Julgamento de Causas	127.685.159	8.004.068					135.689.227	106%
1147	Interligação Informatizada no Poder Judiciário	12.001.000	(1.200.000)					10.801.000	90%
4611	Capacitação de Recursos Humanos	500.000						500.000	100%
2004	Assitência Médica e Odontológica	5.001.460	3.240.250					8.241.710	165%
2058	Divulgação Institucional do PJ - TV Justiça	6.742.880	500.000					7.242.880	107%
2012	Auxílio Alimentação	5.520.000						5.520.000	100%
2011	Auxílio Transporte	818.400	(560.000)					258.400	32%
2010	Assistência Pré-escolar	608.500	145.150					753.650	124%
7134	Implantação do Canal de TV Internacional	151.000						151.000	100%
0005	Cumprimento de Sentença Judicial	5.264	2.400					7.664	146%
0396	Aposentadorias e Pensões	64.633.087						64.633.087	100%
	T O T A L	**223.666.750**	**10.131.868**	-	-			**233.798.618**	**105%**

Fonte: SIAFI

José Francisco Campêlo da Silva
Chefe da Seção de Prog. Orçamentária e Financeira

Proc. nº 321834
Folha nº 14
Fund.

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
EXECUÇÃO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 24

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO		DOTAÇÃO (A)	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA		DESPESA REALIZADA		CRÉDITOS NÃO UTILIZADOS		RESTOS A PAGAR N/ PROCESSADOS	
			Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/A	Valor (E)	% E/A
6359	Apreciação e Julgament de Causas	135.689.227			134.675.423	99%	1.013.804	1%	12.285.345	9,1%
1147	Interligação Informatizada no Poder Judiciário	10.299.721			9.715.263	94%	584.458	6%	9.602.168	93%
4611	Capacitação de Recursos Humanos	500.000			406.725	81%	93.275	19%	20.130	4%
2004	Assitência Médica e Odontológica	8.241.710			8.241.107	100%	603	0%	23.862	0%
2058	Divulgação Institucional do PJ - TV Justiça	7.242.880			6.981.147	96%	261.733	4%	1.126.215	16%
2012	Auxílio Alimentação	5.520.000			5.520.000	100%	-	0%	579.808	11%
2011	Auxílio Transporte	258.400			258.400	100%	-	0%	63.608	25%
2010	Assistência Pré-escolar	753.650			751.056	100%	2.594	0%	82.070	11%
7134	Implantação do Canal de TV Internacional	151.000			150.000	99%	1.000	1%	150.000	99%
0005	Cumprimento de Sentença Judicial	7.664			7.664	100%	0	0%	491	6%
0396	Aposentadorias e Pensões	64.633.087			64.633.087	100%	0	0%	31.611	0,0%
	TOTAL	**233.297.339**			**231.339.872**	**99,2%**	**1.957.467**	**0,8%**	**23.965.309**	**10%**

Fonte: SIAFI

Cristina Harumi Matsunaga
Chefe da Seção de Acompanhamento
da Gestão Orçamentária

Proc. nº 321.834
Folha nº 15
Func.

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA CONSOLIDADA
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 25

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
- DOTAÇÃO INICIAL	223.666.750
- CRÉDITOS ADICIONAIS	10.131.868
- MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITO	-
- CRÉDITO CONTINGENCIADO	(501.279)
TOTAL DA DESPESA AUTORIZADA (1)	233.297.339
DESPESA REALIZADA (2)	231.339.872
SALDO (3) = (1) - (2)	1.957.467
PARTICIPAÇÃO DAS SOBRAS OU EXCESSOS DE REALIZAÇÃO (3)/(1) %	1%

Fonte: Siafi

Cristina Harumi Matsunaga
Chefe da Seção de Acompanhamento
da Gestão Orçamentária

José Francisco Campêlo da Silva
Chefe da Seção de Prog. Orçamentária e Financeira

Proc. nº 321.834
Folha nº 16
Func.

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
QUADRO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 26

R$ 1,00

DESCRIÇÃO	
ITEM	ATIVIDADES FINALISTICAS
01	02.061.0565.6359.0001 - APRECIAÇÃO E JULGAMENTO DE CAUSAS
02	02.126.0565.1147.0001 - INTERLIGAÇÃO INFORMATIZADA NO PODER JUDICIÁRIO
03	02.128.0565.4611.0001 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
04	02.301.0565.2004.0001 - ASSIST. MÉD. E ODONT. AOS SERV., EMPREG. E SEUS DEPENDENTES
05	02.722.0565.2058.0001 - DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO - TV JUSTIÇA
06	02.306.0565.2012.0001 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS
07	02.331.0565.2011.0001 - AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS
08	02.365.0565.2010.0001 - ASSIST. PRÉ-ESCOLAR AOS DEP. DOS SERV. E EMPREGADOS
09	02.722.1032.7134.0001 - IMPLANT. DO CANAL DE TELEVISÃO INTERNACIONAL
10	28.846.0901.0005.0001 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL

ITEM	ATIVIDADES DE APOIO	CUSTO (R$ mil)	EXECUÇÃO			
			FINANCEIRA (R$ mil)		FÍSICA (%)	
			No Exercício	Acum. no Exercício	No Exercício	Acum. no Exercício
01	09.272.0089.0396.0001 - APOSENTADORIAS E PENSÕES				100%	

Nº. de funcionários em atividade no exercício - Do quadro próprio:	750	(regime da Lei n 8.112/1990)
	0	(regime do Decreto-Lei n 5.452/1943)
Subtotal:	750	
Terceirizados:	0	
Outros (cedidos, etc.):	62	
Total:	812	

Fonte: SIAFI e Secretaria de Recursos Humanos/STF

Cristina Harumi Matsunaga
Chefe da Seção de Acompanhamento
da Gestão Orçamentária

Proc. nº 321.834
Folha nº 17
Func.

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 29

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO P/ O EXERCÍCIO (A)	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA (B)	% (B)/(A)	SALDO (A) - (B)
02/061	127.685.159	135.689.227	134.675.423	134.675.423	99%	1.013.804
02/122	-	-	-	-		-
02/126	12.001.000	10.299.721	9.715.263	9.715.263	94%	584.458
02/128	500.000	500.000	406.725	406.725	81%	93.275
02/301	5.001.460	8.241.710	8.241.107	8.241.107	100%	603
02/306	5.520.000	5.520.000	5.520.000	5.520.000	100%	-
02/331	818.400	258.400	258.400	258.400	100%	-
02/365	608.500	753.650	751.056	751.056	100%	2.594
02/722	6.893.880	7.393.880	7.131.147	7.131.147	96%	262.733
09/272	64.633.087	64.633.087	64.633.087	64.633.087	100%	-
28/846	5.264	7.664	7.664	7.664	100%	-
TOTAL	**223.666.750**	**233.297.339**	**231.339.872**	**231.339.872**	**99%**	**1.957.467**

Fonte: SIAFI

José Francisco Campêlo da Silva
Chefe da Seção de Prog. Orçamentária e Financeira

Cristina Harumi Matsunaga
Chefe da Seção de Acompanhamento
da Gestão Orçamentária

Proc. nº 321.834
Folha nº 18
Func.

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 33

R$ 1,00

ORGÃO	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS			
		Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL		1.270.786	3.184	1.263.288	4.314	5.391.445	496.067	4.895.378	-

Fonte: SIAFI

Edileuza P. Sena Araújo Fernandes
Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

Proc. nº 321.834
Folha nº 19
Func.

Proc. nº 321.834
Folha nº 20
Func.

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 34

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA	
	No exercício	% da Despesa sobre a RCL
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL		
DESPESA DE PESSOAL	**127.963**	0,0484%
Pessoal ativo	81.125	0,0307%
Pessoal Inativo e pensionistas	64.633	0,0244%
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	(17.794)	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	
(-) Decorrentes de Decisão Jucidial	-	
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	(11.182)	
(-) Inativos com Recursos Vinculados	(6.613)	
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art. 18, § 1º da LRF)	-	
DESPESA LÍQUIDA PESSOAL	**127.963**	0,0484%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	264.352.998	
% do TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL SOBRE A RCL **	0,048406%	
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF)	0,048406%	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,070110%	
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,073800%	

Fonte: SIAFI

Cristina Harumi Matsunaga
Chefe da Seção de Acompanhamento
da Gestão Orçamentária

Proc. nº 321.834
Folha nº 21
Func. 11

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS DE VALORES
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 35

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	**33.297.855**	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**	**1.045.963**
Conta Única do Tesouro Nacional	35.857	Depósitos	94.331
Conta Limite de Saque p/ Pgto.	33.261.997	Restos a pagar Processados	948.117
		Do exercício	943.803
		De Exercícios Anteriores	4.314
		Outras Obrigações Financeiras	3.515
SUBTOTAL	33.297.855	SUBTOTAL	1.045.963
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	**32.251.892**
TOTAL	33.297.855	TOTAL	33.297.855
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			23.965.309
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			8.286.583

FONTE: SIAFI

Edileuza P. Sena Araújo Fernandes
Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

Proc. nº 321.834
Folha nº 22
Func. ff

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 36

R$1,00

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	INSCRITOS			Disponibilidade Financeira	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exerc. Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	4.314	943.803	23.965.309	32.251.892	-

Fonte: SIAFI

Edileuza R. Sena Araújo Fernandes
Chefe de Seção da Contabilidade Analítica

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROGRAMA 0565: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 38

R$ 1,00

TÍTULO	PROGRAMAÇÃO		EXECUÇÃO	
	Financeira	Física	Financeira	Física
AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS/NACIONAL	258.400	600	258.400	600
APRECIAÇÃO E JULGAMENTO DE CAUSAS/NACIONAL	135.689.227	85.000	134.675.423	85.000
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO STF/NACIONAL	500.000	850	406.725	850
INTERLIGAÇÃO INFORMATIZADA NO PODER JUDICIÁRIO	10.801.000	16%	9.715.263	14%
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADO E SEUS DEPENDENTES/NACIONAL	8.241.710	6.707	8.241.107	6.707
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS/NACIONAL	5.520.000	850	5.520.000	850
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS/NACIONAL	753.650	200	751.056	200
DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL DO PJ - TV JUSTIÇA	7.242.880	1	6.981.147	1
IMPLANTAÇÃO DO CANAL DE TV INTERNACIONAL	151.000	1	150.000	1
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL	7.664	2	7.664	2
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	64.633.087	520	64.633.087	520
DESPESA TOTAL DO PROGRAMA	**233.798.618**		**231.339.872**	

Fonte: SIAFI

José Francisco Campêlo da Silva
Chefe da Seção de Prog Orçamentária e Financeira

Cristina Harumi Matsunaga
Chefe da Seção de Acompanhamento
da Gestão Orçamentária

Proc. nº 324.834
Folha nº 23
Func.

Proc. nº 321.834
Folha nº 24
Func

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
DEMONSTRATIVO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE AUTORIZAM A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 39

R$ 1,00

DISPOSITIVO LEGAL	CRÉDITO ADICIONAL		
	SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO
Decreto de 24/03/04, DOU de 25/03/04	791.899		
Portaria 40/STF de 16/04/04, DOU de 20/04/04*	500.000		
Portaria 41/STF de 16/04/04, DOU de 20/04/04*	198.000		
Portaria 86/STF de 07/06/04, DOU de 11/06/04*	1.200.000		
Lei 10.929 de 02/08/04, DOU de 03/08/04*	560.000		
Decreto de 22/10/04, DOU de 25/10/04	1.300		
Portaria 175/STF de 04/11/04, DOU de 05/11/04*	60.850		
Portaria 176/STF de 04/11/04, DOU de 05/11/04*	2.000.000		
Portaria 186/STF de 23/11/04, DOU de 24/11/04*	3.010.000		
Lei 10.975 de 03/12/04, DOU de 06/12/04	6.513.269		
Lei 10.976 de 03/12/04, DOU de 06/12/04*		1.100	
Lei 11.010 de 17/12/04, DOU de 18/12/04	2.825.400		
TOTAL	17.660.718		

Fonte: Diário Oficial da União

* Estes créditos não geraram acréscimos na dotação orçamentária do STF, por terem sido oferecidas fontes de financiamento pelo órgão

José Francisco Campelo da Silva
Chefe da Seção de Prog. Orçamentária e Financeira

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 40

MÊS	PESSOAL E ENCARGOS				CUSTEIOS E CAPITAL			
	RECEBIDO NO MÊS	RECEBIDO ACUMULADO	CRONOGRAMA PUBLICADO(1)	DIFERENÇA ACUMULADA	RECEBIDO NO MÊS	RECEBIDO ACUMULADO	CRONOGRAMA PUBLICADO(1)	DIFERENÇA ACUMULADA
COTA DIFERIDA	115.337	115.337		(115.337)	2.772.111	2.772.111		(2.772.111)
JANEIRO	15.150.000	15.265.337	15.150.000	-	7.101.200	9.873.311	7.101.200	-
FEVEREIRO	10.921.863	26.187.200	11.037.200	115.337	4.329.089	14.202.400	7.101.200	2.772.111
MARÇO	11.037.200	37.224.400	11.037.200	-	7.099.850	21.302.250	7.099.850	-
ABRIL	11.125.188	48.349.588	11.125.188	-	6.901.951	28.204.201	6.901.951	-
MAIO	11.125.188	59.474.776	11.125.188	-	6.901.944	35.106.145	6.901.944	-
JUNHO	13.017.988	72.492.764	13.017.988	-	6.900.607	42.006.752	6.900.606	(1)
JULHO	11.125.188	83.617.952	11.125.188	-	6.906.764	48.913.515	6.906.764	0
AGOSTO	11.125.188	94.743.140	11.125.188	-	7.052.068	55.965.583	7.052.068	0
SETEMBRO *	11.125.188	105.868.328	11.125.188	-	6.756.197	62.721.780	6.750.933	(5.264)
OUTUBRO	11.125.188	116.993.516	11.125.188	-	7.326.892	70.048.672	7.326.892	0
NOVEMBRO *	11.125.188	128.118.704	11.125.188	-	7.331.128	77.379.800	7.330.406	(722)
DEZEMBRO *	17.638.950	145.757.654	17.638.950	-	10.159.885	87.539.685	10.158.207	(1.678)
TOTAL	**145.757.654**	**145.757.654**	**145.757.654**	**-**	**87.539.685**	**87.539.685**	**87.532.021**	**(7.664)**

Fonte: SIAFI

* Diferença acumulada referente a liberação de cotas para pagamento de precatórios.

José Francisco Lampelo da Silva
Chefe da Seção de Prog. Orçamentária e Financeira

Proc. nº 321.934
Folha nº 25
Func.

Supremo Tribunal Federal

Proc. nº. : 321834
Fls. nº. : 26
Func. : 11

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Coordenadoria de Orçamento e Finanças

Despacho da Seção de Acompanhamento da Gestão Orçamentária
Processo 321.834

Senhor Coordenador de Orçamento e Finanças Substituto,

Conforme solicitado, encaminhamos às folhas 05 a 25 os demonstrativos referentes à Prestação de Contas do STF, relativa ao exercício de 2004.

Brasília, 18 de março de 2005.

MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA CAMPOS
Analista Judiciário – Matr. 1719

CRISTINA HARUMI MATSUNAGA
Chefe da SAGO

À Consideração do Senhor Secretário de Administração e Finanças substituto.

Em 18.3.05.

José [illegible] Campelo da Silva
Coordenador Substituto da COF

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Secretaria de Audiências
DOCUMENTO RECEBIDO NESTA
DATA 16:31
EM 13 03 05
Gabinete do Secretário

Proc. nº 321.834
Folha nº 27
Func.

Supremo Tribunal Federal
Secretaria de Administração e Finanças

Despacho da Secretária de Administração e Finanças Substituta
Processo 321.834

Senhor Diretor-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria os documentos às folhas 05 a 25, que deverão compor o Relatório de Prestação de Contas Anual de que trata o art. 56 da Lei Complementar n° 101/2000.

Brasília, 21 de março de 2005.

Maria José Rabelo dos Santos

Proc. nº 321.834
Folha nº 28
Func.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Assessoria de Planejamento e Organização

Memorando 20/ APO

Em 22 de março de 2005.

Ao Senhor Secretário de Controle Interno
ASSUNTO: Prestação de Contas Anual – exercício 2004.

Com vistas à organização da prestação de contas referida no art. 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal, solicito a Vossa Senhoria a conferência dos quadros e demonstrativos de fls. 5 a 25, em consonância com o disposto no Aviso nº 11/2004 – TCU (fls. 3/4).

Atenciosamente,

José Waterlôo Zanetti Santarém
Assessor-Chefe

Papel Reciclado

Proc. n.º 321.834
Fls. n.º 29
Func.

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENADORIA DE AUDITORIA
Seção de Controle e Análise de Custos
Assunto: Quadros Demonstrativos *do Relatório de Contas Públicas.*

Senhor Secretário,

Efetuamos a conferência dos números que compõem os quadros demonstrativos (fls. 5-25) do relatório de contas anuais do Presidente do Supremo Tribunal Federal, a ser remetido ao Congresso Nacional. Entendemos que os valores guardam conformidade com a execução orçamentária do STF no exercício de 2004.

NILO LIMA GOMES
Chefe da SECAC

De acordo.
Encaminhe-se a Assessoria de Planejamento e Organização.

Brasília, 12 de abril de 2005.

ALFREDO WAGNER DE ANDRADE
Secretário de Controle Interno
Substituto

Proc. nº 321 834
Fls. nº 30
Func. MS

Supremo Tribunal Federal

Mensagem nº 13 /GP

Brasília, 15 de abril de 2005.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2004, com os dados e demonstrativos requeridos pelo Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União, por meio do Aviso nº 11/2004 – Gab Min BZ.

Respeitosamente,

Ministro NELSON JOBIM
Presidente

RECEBI ORIGINAL

15/4/05

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa
Senado Federal

Proc. nº 321 834
Fls. 31
Func.

Supremo Tribunal Federal

Ofício nº 46/GP

Brasília, 15 de abril de 2005.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **ADYLSON MOTTA**
Presidente do Tribunal de Contas da União
Brasília - DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2004, com os dados e demonstrativos requeridos pelo Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União, por meio do Aviso nº 11/2004 – Gab Min BZ.

Atenciosamente,

Ministro NELSON JOBIM
Presidente

RECEBI ORIGINAL
Em, 15 / 04 / 2005
Ass.:
Mat.: 3369-3
☒ Serv. ☐ Estág. ☐ Cont

Luciana de Freitas Mourão
Assistente do Gabinete da
Secretaria da Presidência

Proc nº 321834
Fls: 321
Furnas

Relatório de Gestão 2004



DG/ Assessoria de Planejamento e Organização

Proc. nº 321834
Fls. nº 33
Func.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO - 2004

COMPOSIÇÃO

Ministro NELSON JOBIM – Presidente
Ministra ELLEN GRACIE – Vice-Presidente
Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE
Ministro CELSO DE MELLO
Ministro CARLOS VELLOSO
Ministro MARCO AURÉLIO
Ministro GILMAR MENDES
Ministro CEZAR PELUSO
Ministro CARLOS BRITTO
Ministro JOAQUIM BARBOSA
Ministro EROS GRAU

Primeira Turma
Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE
Ministro MARCO AURÉLIO
Ministro CEZAR PELUSO
Ministro CARLOS BRITTO
Ministro EROS GRAU

Segunda Turma
Ministro CELSO DE MELLO
Ministro CARLOS VELLOSO
Ministro GILMAR MENDES
Ministra ELLEN GRACIE
Ministro JOAQUIM BARBOSA

DADOS DA UNIDADE GESTORA

Nome: Secretaria do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 00531640/0001-28
Endereço: Praça dos Três Poderes
Site na Internet: www.stf.gov.br
Unidade Gestora: 04.001 – Gestão: 00001 – Tesouro
Órgão do Poder Judiciário da União – Administração Direta

Proc. nº 321834
Fls. nº 34
Func.

INTRODUÇÃO

O presente relatório discorre resumidamente sobre as principais realizações do Supremo Tribunal Federal em 2004.

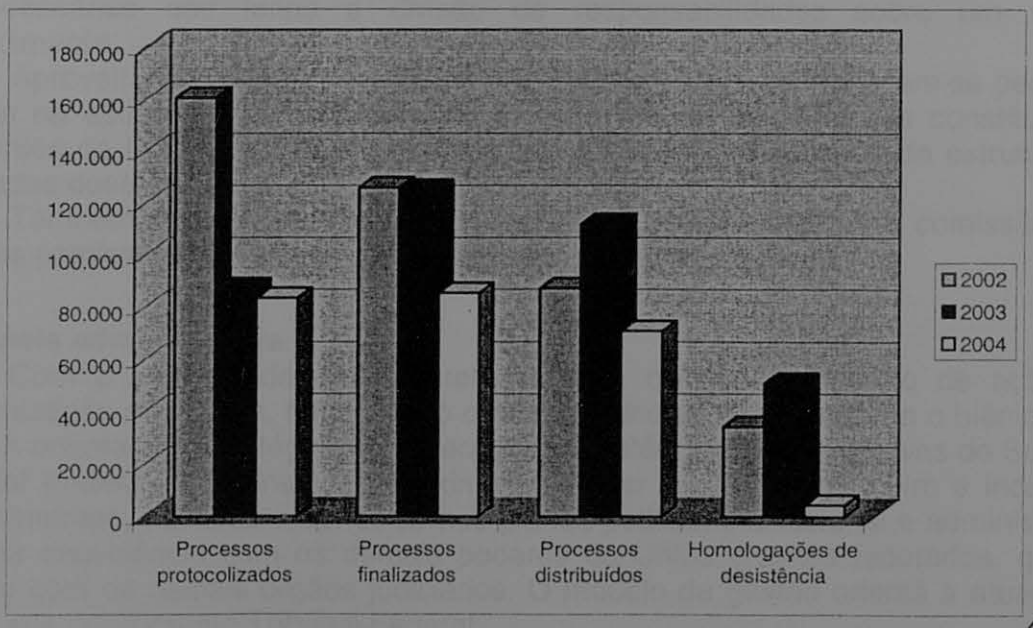
Nos primeiros cinco meses do ano, a Corte esteve sob o comando do Ministro Maurício Corrêa, que se aposentou compulsoriamente, por implemento de idade.

Diversas atividades foram desenvolvidas no decorrer do exercício, com o objetivo de facilitar o acesso dos cidadãos ao Tribunal, criar oportunidades de modernização do Poder Judiciário Brasileiro e propiciar discussão sobre a Justiça do País.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EM NÚMEROS

A movimentação processual do STF no ano de 2004 pode ser verificada no quadro abaixo, que demonstra também a evolução da atividade jurisdicional nos últimos dois anos:

Descrição	2002	2003	2004
Processos protocolizados	160.522	87.184	83.660
Processos finalizados	125.997	125.074	85.545
Processos distribuídos	87.313	111.916	70.976
Homologações de desistência	34.387	50.918	4.537



Proc. nº 321834
Fls. 35
Rub.

O quadro abaixo demonstra a atividade processual por tipo de decisão:

Decisões	2002	2003	2004
	100.519	**109.089**	**103.407**
Monocráticas	88.911	98.932	92.273
Colegiadas	11.608	10.157	11.134
Liminares	543	1.222	1.717
De mérito	99.976	107.867	101.690
Em recursos	94.738	99.572	95.602
Em originários	5.781	9.517	7.805
Controle Difuso	100.126	108.645	103.056
Controle Concentrado	393	444	351

*Nota: Decisões monocráticas não incluem despachos do Presidente:
Em 2002: 5.447; em 2003: 8.476; em 2004: 5.931

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Reorganização administrativa da atividade judiciária

A Secretaria do Tribunal promoveu reorganização administrativa na atividade judiciária, que revelava uma inadequação quanto à denominação estabelecida e às atividades desempenhadas. Além disso, o fluxo do processo judicial não se apresentava compatível com a formatação das unidades, acarretando deslocamentos desnecessários dos feitos e divisão de responsabilidades sobre um mesmo procedimento.

Aproveitando a reorganização da atividade judiciária, promoveram-se pequenos ajustes na estrutura do Tribunal, com vistas a regularizar situações constituídas e pendentes de formalização ou atender a solicitações de adequação de estruturas às atividades desenvolvidas.

Também houve transformação e redistribuição de cargos em comissão e de funções comissionadas para melhor adequação à nova estrutura.

Eficiência administrativa

Com o objetivo de definir diretrizes para o desenvolvimento de ações de modernização da Justiça, foi instituído o anexo Plano de Trabalho para o biênio 2004-2006. A orientação estratégica considera as competências e prerrogativas do Supremo Tribunal Federal como instância máxima do Poder Judiciário Brasileiro e indutor de procedimentos, posturas e condutas nos planos político, institucional e administrativo, quer na convivência com os demais poderes da União e entes federados, quer na relação com os demais órgãos judiciários. O modelo de gestão orienta a atuação da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

As metas propostas estão estruturadas com a descrição do objetivo que se pretende atingir, além das justificativas e das ações norteadoras do trabalho.

321834
36

Essas metas são acompanhadas periodicamente e a situação atual é a representada no anexo.

Três consultorias foram contratadas com o objetivo de apoiar o atingimento dessas metas e o desenvolvimento da Corte. Os produtos são os seguintes:

FGV	- Diagnóstico da atuação e programação da TV Justiça. - Recursos necessários (transmissão, programação, produção, posicionamento, identidade, formato, linguagem, conteúdo adequado e penetração em diferentes segmentos da sociedade) para que a TV Justiça atinja os objetivos de qualidade técnica e artística desejados. - Sugestões de melhoria para a programação e os meios tecnológicos para transmissão da TV.
UnB	- Perfil das maiores demandas do Supremo Tribunal Federal. - Proposição de indicadores de eficiência e eficácia das ações do Supremo Tribunal Federal. - Imagem do Judiciário junto à população brasileira. - Concepção do Sistema Integrado de Informações do Poder Judiciário no seu aspecto tecnológico com vistas a municiar os técnicos do Tribunal de informações que sejam úteis para a construção do sistema. - Orientação quanto ao modelo organizacional, missão e atividades e aspectos legais necessários para a criação de instituto de pesquisa do Poder Judiciário.
INDG	- Racionalização dos processos de trabalho, identificação de gargalos e gaps de desempenho, redução de custos operacionais e elevação da eficiência administrativa.

Alguns resultados já começaram a ser apresentados.

Em dezembro, foi submetido à apreciação o diagnóstico da atuação e programação da TV Justiça. Com base nesse trabalho, os elementos formais e conceituais da TV serão revistos, além da inteligibilidade, aprazibilidade, credibilidade e fatores de motivação ou desmotivação à audiência.

Ao final de 2004, foi exibido o relatório preliminar da pesquisa das maiores demandas do STF e iniciada a estruturação da pesquisa sobre a imagem do Judiciário junto à população brasileira, definindo as dimensões de análise e a população a ser pesquisada. Ao mesmo tempo, foi iniciada a pesquisa sobre a imagem do Judiciário junto à mídia.

Além disso, os processos de trabalho foram mapeados e o tempo médio das decisões apurado, bem como foram eleitas as melhores práticas nas etapas de tramitação dos processos e estão sendo desenvolvidas ações para que o estoque de

321 834
37

feitos pendentes de julgamento seja reduzido a zero. A análise e o redesenho da estrutura do STF também foi iniciada.

Eficiência do Judiciário

Iniciou-se levantamento de dados com vistas a medir a eficiência do Judiciário em todo o País. Foram definidos indicadores estatísticos, ano-base 2003, que permitem identificar gargalos de oferta e demanda de decisões, bem como avaliar, comparativamente, o desempenho dos tribunais, por meio da construção de médias nacionais. Diversas reuniões ocorreram no ano de 2004 com os presidentes dos tribunais superiores, regionais federais, regionais do trabalho e de justiça estadual, bem como com os Procuradores Gerais de Justiça dos Estados e com os conselheiros do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para obter apoio na elaboração do estudo.

Além disso, houve reuniões técnicas entre as equipes do STF e dos demais tribunais do País para orientar o levantamento dos dados e consolidar os resultados.

Foram consolidados em 2004 os indicadores da Justiça Federal e iniciada a coleta dos dados da justiça estadual e do trabalho, a serem utilizados como instrumento de gestão de planos estratégicos para o Judiciário.

O estudo leva em consideração três conjuntos de dados, que agrupam os seguintes indicadores:

1 – insumos, dotações e graus de utilização:
- 1.1 Despesa do Poder Judiciário sobre o PIB;
- 1.2 Despesa do Poder Judiciário sobre a Despesa Pública;
- 1.3 Despesa do Poder Judiciário com Pessoal;
- 1.4 Despesa do Poder Judiciário com Bens e Serviços;
- 1.5 Despesa do Poder Judiciário por habitante;
- 1.6 Magistrados do Poder Judiciário por 100.000 habitantes;
- 1.7 Pessoal auxiliar do Poder Judiciário por 100.000 habitantes;
- 1.8 Pessoal auxiliar do corpo permanente do Poder Judiciário por 100.000 habitantes;
- 1.9 Recolhimento de Taxas e Custas sobre despesas do Poder Judiciário;
- 1.10 Outros recolhimentos sobre despesas do Poder Judiciário;
- 1.11 Percentual de gastos com Informática no Poder Judiciário;
- 1.12 Número de computadores por usuários no Poder Judiciário;
- 1.13 Ocupação de área em m^2 no Poder Judiciário;

2 – litigiosidade e carga de trabalho:
- 2.1 Casos novos por 100.000 habitantes;
- 2.2 Casos novos por magistrados;
- 2.3 Taxa de crescimento de casos;
- 2.4 Carga de Trabalho;
- 2.5 Taxa de congestionamento;
- 2.6 Taxa de recorribilidade externa;
- 2.7 Taxa de recorribilidade interna;
- 2.8 Taxa de reforma da decisão;

3 – acesso à Justiça:
- 3.1 Despesa com assistência judiciária sobre o PIB;
- 3.2 Despesa com assistência judiciária sobre despesa pública total;
- 3.3 Despesa com assistência judiciária por habitante.

321834
38

Os indicadores mencionados e sua forma de cálculo estão representados no documento anexo.

Também se apresenta o resultado da aplicação dessas fórmulas estatísticas no Supremo Tribunal Federal.

O trabalho tem previsão de encerramento nos primeiros meses de 2005, com a realização do I Seminário "Justiça em Números – Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário Brasileiro", na sede do STF, nos dias 12 e 13 de maio.

Pauta temática

A organização da gigantesca pauta do Plenário era vontade antiga dos Ministros da Corte. Ações idênticas ingressam diariamente no Tribunal e a falta de geração automática da informação impedia que o Presidente pudesse definir prioridades, determinar o dia do julgamento e avisar o Relator. A pauta foi dividida em 21 temas, os processos do Plenário receberam relatório sucinto (em forma de espelho) e quadros estatísticos dos julgamentos foram realizados, com vistas a conhecer o tempo de julgamento, pontos de estrangulamento, tempo de sustentação oral, entre outros. Todos esses fatores têm reduzido a repetição de temas e propiciado aos Ministros, às partes e seus advogados organizar-se com antecedência, racionalizando assim o gerenciamento da pauta de julgamento do Plenário.

Encontro de Cortes Supremas do Mercosul

Autoridades e representantes do Judiciário do Mercosul e de diversos países da América Latina participaram, nos dias 28 a 30 de novembro, do 2º Encontro das Cortes Supremas do Mercosul. O evento teve como objetivo identificar problemas jurídicos que as decisões políticas eventualmente possam ocasionar e foi encerrado com a assinatura da Carta de Brasília. As reuniões realizadas nos dois dias do evento foram importantes para a fixação de compromissos e objetivos, no sentido de se trabalhar internamente para mostrar que os poderes judiciários estão comprometidos com o processo de integração.

Encontro Nacional sobre Administração Judiciária

O Supremo Tribunal Federal e o Centro de Estudios de Justicia de las Américas promoveram o 1º Encontro Nacional com o objetivo de pensar o Judiciário como sistema integrado a serviço do cidadão e de criar um espaço propício ao intercâmbio de experiências bem sucedidas em diferentes unidades da federação, no judiciário federal e na justiça dos estados, em todas as instâncias. A participação de conferencistas de outros países latino-americanos possibilitou enriquecer a capacidade de análise da Justiça Brasileira, através do conhecimento das realidades vivenciadas. O evento passou a figurar no calendário oficial da Corte.

Encontro Nacional de Informática do Poder Judiciário

O intercâmbio de informações também foi o marco do Encontro Nacional de Informática do Poder Judiciário, que ocorreu em setembro de 2004. O evento contou com a participação de representantes dos Poderes Judiciário e Executivo, que abordaram questões como Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico (Projeto e-Ping), a integração das bases de dados com implementação de baixo custo e a padronização das soluções de tecnologia da informação já implementadas.

Proc. nº 321 834
Fls. nº 39
Func. 08

Informatização

A revisão dos sistemas informatizados do Supremo foi iniciada com a finalidade de promover a integração das bases de dados, a melhor estruturação das informações e a adoção de tecnologia e métodos modernos de modelagem de sistemas, permitindo, com isso, a extração de informações de várias formas e a elaboração de relatórios pré-definidos.

Com o intuito de constituir repertório judicial de informações estatísticas consistentes, confiáveis e atualizadas sobre movimentação processual, estrutura e meios de que dispõem os órgãos, o Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário – BNDPJ está sendo aperfeiçoado para tornar-se o coração do Sistema de Informações do Poder Judiciário, acessível por meio do Portal Infojus, que também está-se reformulando, quanto à concepção, finalidade e abrangência, para o atendimento das necessidades relevantes da comunidade jurídica. A organização e a padronização pretendidas possibilitarão implantar modelo de gestão contínua no Poder Judiciário.

A certificação digital, cada vez mais, tem figurado como um novo modelo de comunicação e expedição de documentos válidos na Administração Pública. Nesse sentido, o Tribunal tem desenvolvido estudos para a implantação de sistema baseado na utilização dos recursos de tecnologia da informação e de telecomunicações, que assegurem aos documentos eletrônicos os atributos de autenticidade e integridade. Algumas iniciativas do gênero já foram adotadas no Poder Judiciário e requerem investimento e minucioso estudo sobre documentação eletrônica.

Acórdãos mais relevantes

Com a intenção de editar obra sobre o perfil jurídico de Ministros do Supremo Tribunal Federal e de reavivar a atuação de Suas Excelências, em 2004 foi selecionado grupo de pesquisa sobre os acórdãos e votos que retratam as mais importantes contribuições na afirmação e consolidação da ordem jurídica. No primeiro momento, está sendo feita a exegese do modo de decidir dos seguintes ministros: Pedro Lessa, Castro Nunes, Edgard Costa, Orozimbo Nonato, Victor Nunes e Aliomar Baleeiro. A obra deve ser concluída em 2005.

Constituição dos Ministros

O STF também iniciou trabalhos para a elaboração de uma obra que acrescente a cada dispositivo constitucional a interpretação dada pelos Ministros do STF, consubstanciada nos julgados da Corte. A expectativa é de que se torne um valioso instrumento de pesquisa para advogados, partes, estudantes e toda a comunidade, disponível na internet em forma de livro eletrônico.

Livro Institucional do Supremo

Iniciou-se em 2004 a elaboração de obra especial sobre o STF, nas versões português, inglês e espanhol, registrando-se o processo de instalação e ampliação da Suprema Corte em Brasília. O livro, amplamente ilustrado com desenhos, croquis e reproduções de obras de arte e fotográficas, revelará a riqueza arquitetônica dos edifícios do Tribunal e das peças que guarnecem os diversos ambientes e traçará a sua síntese histórica. Já foram contratados o projeto gráfico e os serviços de editoração, prevendo-se que a edição final ocorra até maio de 2005.

Proc. nº 321 834
Fls. nº 40
Func. AB

Chancela eletrônica

A Corte aprovou a edição de documentos no Módulo de Tratamento Textual subscritos por chancela eletrônica, a critério de cada Ministro. A chancela eletrônica consiste na reprodução exata da assinatura ou da rubrica de próprio punho, com descrição do nome do Ministro, resguardada por características técnicas, mediante o emprego de recursos próprios de informática. Os procedimentos para utilização e os requisitos de segurança foram definidos em Resolução.

Módulo de Tratamento Textual

A edição de documentos no Módulo de Tratamento Textual e seu armazenamento definitivo tiveram um "marco zero" no ano de 2004.

O formato dos textos armazenados (extensão *tif*) dificultava ou inviabilizava a sua recuperação. Além disso, constantes eram as reclamações dos usuários que relatavam as dificuldades operacionais, a lentidão no acesso e o retrabalho quando pretendiam transcrever partes de um acórdão.

A fragilidade do sistema na edição de um documento também era outro aspecto que merecia atenção. Na forma como estava, o usuário conseguia realizar a alteração do documento enquanto se visualizava a impressão, podendo gerar diferenças entre o texto armazenado e o acórdão publicado.

Diante disso, os documentos no Módulo de Tratamento Textual passaram a ser produzidos no formato *txt* e armazenados definitivamente na extensão PDF, em virtude do tamanho do documento, segurança e facilidade de acesso.

Os documentos já disponíveis na Internet na forma de imagem estão sendo revisados e alterados progressivamente para uniformidade de apresentação.

Agravos de Instrumento

A sistemática de distribuição dos Agravos de Instrumento foi alterada, considerando que o procedimento anterior envolvia inúmeros atos processuais e movimentações físicas dispensáveis, gerando evidente acúmulo de análises e despachos, traduzidos em atribuições extraordinárias para relatores e servidores da Secretaria.

Agora, durante a autuação, realiza-se pesquisa sobre a existência de agravos e recursos especiais que tramitam no Superior Tribunal de Justiça, correspondentes aos agravos de recursos extraordinários indeferidos na origem. Em caso afirmativo, os autos aguardam o trânsito em julgado daquela instância e são analisados quanto à prejudicialidade ou não do agravo no RE. O Presidente, então, despacha o processo julgando-o prejudicado ou encaminhando-o para distribuição.

Precatórios

Os técnicos do Tribunal iniciaram em 2004 a coleta de informações sobre a situação real dos estados federados frente ao pagamento de precatórios, visando ao desenvolvimento de modelo orçamentário que possibilite identificar a situação dos precatórios e incluir no ordenamento jurídico condições para quitação do estoque da dívida existente sem comprometer o desenvolvimento do estado. Esse levantamento pode culminar numa proposta de securitização da dívida de estados e municípios, cujos credores são cidadãos comuns e empresas que há anos lidam com uma

Proc. nº 321 834
Fls. nº 44
Func. RB

situação de inadimplência. A proposição será apresentada ao Ministério da Fazenda e estima-se que colabore para o equilíbrio e melhor controle do endividamento do setor público. Se implementada, a medida impactará favoravelmente na prestação jurisdicional brasileira.

OUTRAS AÇÕES

Abertura do ano judiciário

Em solenidade inédita, foi realizada sessão solene para anunciar a abertura do ano judiciário de 2004. A inovação passou a figurar no calendário da Corte, com a introdução da medida no Regimento Interno.

Teto remuneratório

Na Sessão Administrativa realizada em 5 de fevereiro, a Corte declarou ser de R$ 19.115,19 a maior remuneração atribuída por lei a Ministro do STF na data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, para efeito do teto remuneratório previsto no art. 8º da referida EC.

Sessões Solenes

Em 12 de fevereiro o Ministro Sydney Sanches foi homenageado no Plenário do Tribunal. O homenageado rompeu a tradição e compareceu ao evento. No dia 11 de março, a Corte prestou homenagem ao Ministro Ilmar Galvão. Ambos foram aposentados compulsoriamente no ano anterior.

Alterações processuais

O STF aprovou, em 25 de março, acréscimo ao art. 161 do Regimento Interno, viabilizando ao Ministro-Relator de Reclamação julgá-la quando a matéria em questão for objeto de jurisprudência consolidada na Corte.

Súmulas do STF

Foram revistas e atualizadas 621 súmulas, mediante confronto com a nova ordem constitucional, com a legislação e com a evolução jurisprudencial da Corte. Mais de 100 outras foram publicadas.

e-STF

Foi instituído em 14 de abril sistema de transmissão de dados e imagens, tipo correio eletrônico, para a prática de atos processuais por advogados previamente cadastrados. O acesso é feio por meio da página do Supremo Tribunal Federal na internet e sujeito a determinadas regras e condições de uso. O e-STF, em razão de exigência legal, não desobriga o usuário a protocolizar os originais, assinados, das petições.

Laboratório de Conservação e Restauro

Em 20 de abril foi inaugurado o Laboratório de Conservação e Restauro do Supremo Tribunal Federal para o resgate da identidade cultural e a preservação de documentos, livros e peças, algumas raras e valiosas, do acervo da Corte.

Proc. nº 321 834
42
Func.

Rádio Justiça

Foi inaugurada em 5 de maio a Rádio Justiça, destinada aos brasileiros menos favorecidos, que não têm acesso à Internet, à TV por assinatura e, conseqüentemente, à TV Justiça, e que não podem comprar jornais ou revistas. A grade de programação é de 24 horas e conta com o apoio da Radiobrás. Essa ação configura mais um mecanismo de acesso ao Poder Judiciário colocado à disposição dos cidadãos.

Novo estacionamento

O novo estacionamento externo do STF foi inaugurado em 6 de maio. O local, com segurança e iluminação, propiciou maior tranqüilidade e conforto aos servidores.

Mérito feminino

A Min. Ellen Gracie presidiu, em 9 de junho de 2004, um julgamento realizado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal. Foi a primeira vez que uma mulher presidiu, mesmo que parcialmente, uma sessão do STF.

Novo Ministro

Tomou posse em 30 de junho o Min. Eros Grau, ocupando a cadeira deixada pelo Min. Maurício Corrêa.

50 anos de serviço

Em 30 de setembro, o Tribunal prestou homenagem ao ex-desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e atual assessor da Min. Ellen Gracie, o Dr. Pedro Barbosa Pereira Filho, que recebeu a Medalha-Prêmio, relativa a seus 50 anos de serviço público, em solenidade no Salão Branco.

Ocupação dos gabinetes

Os gabinetes dos Ministros foram reordenados em 2004. Os andares 3º, 4º e 5º do Anexo II passaram a ter três gabinetes cada um e a Cobertura, um gabinete. Foram definidos em Resolução os procedimentos para orientar futuros deslocamentos e ocupações.

Criação de cargos

O Projeto de Lei para criação de cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal foi convertido na Lei nº 10.945 em 16 de setembro de 2004. No total, foram 46 cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 88 de Técnico Judiciário, além de cargos em comissão e funções comissionadas.

Turismo Cívico

O Programa de Visitação Pública do Supremo Tribunal Federal recebeu 3.101 visitantes, dos quais 96% foram brasileiros e 4% estrangeiros. A demanda reafirma o relevante papel do STF na agenda do turismo cívico brasiliense.

Proc. nº 321 834
Fls. nº 43
Func. RA

O ORÇAMENTO DO STF

Execução Orçamentária e Financeira

Para o exercício de 2004, o Supremo Tribunal Federal recebeu créditos orçamentários no valor de R$ 233.297.339,00 (duzentos e trinta e três milhões, duzentos e noventa e sete mil, trezentos e trinta e nove reais). Desse valor, não foi utilizado o montante de R$ 1.957.465,00 (um milhão, novecentos e cinqüenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais), conforme demonstrativo a seguir apresentado:

Demonstrativo da Utilização do Crédito Orçamentário por Programa de Trabalho

Programa de Trabalho	Dotação Autorizada	Crédito Suplementar	Contingenciamento[1]	Valor Empenhado	Saldo Não-Utilizado
Apreciação e Julgamento de Causas (Atividade)	127.685.159,00	8.004.068,00	0,00	134.675.422,77	1.013.804,00
Interligação e Informatização do Poder Judiciário (Projeto)	12.001.000,00	(1.200.000,00) [2]	501.279,00	9.715.262,00	1.013.804,00
Capacitação de Recursos Humanos (Atividade)	500.000,00	0,00	0,00	406725,00	93.275,00
Assistência Médica e Odontológica (Atividade)	5.001.460,00	3.240.250,00	0,00	8.241.107,00	603,00
Auxílio-Alimentação (Atividade)	5.520.000,00	0,00	0,00	5.520.000,00	0,00
Auxílio-Transporte (Atividade)	818.400,00	(560.000,00)[2]	-	258.400,00	0,00
Assistência Pré-Escolar (Atividade)	608.500,00	145.150,00	0,00	751.056,00	2.592,00
Divulgação Institucional – TV Justiça (Atividade)	6.742.880,00	500.000,00	0,00	6.981.147,00	261.733,00
Aposentadorias e Pensões (Atividade)	64.633.087,00	0,00	0,00	64.633.087,00	0,00
Implantação do Canal de Televisão Internacional	151.000,00	0,00	0,00	150.000,00	1.000,00
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatório)	5.264,00	1.300,00	0,00	6.564,00	0,00
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Pequeno Valor).	0,00	1.100,00	0,00	1.100,00	0,00
TOTAL	223.666.750,00	10.131.868,00	501.279,00	231.339.871,63	1.957.467,00

Nota explicativa relacionada ao Demonstrativo da Utilização do Crédito Orçamentário por Programa de Trabalho. (1) – Valores contingenciados, conforme o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no art. 70 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, e nas Mensagens do Presidente da República de nºs 134/04, 438/04 e 625/04. **(2)** Valores reduzidos para oferecimento de recursos compensatórios para abertura de crédito suplementar.

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 2003, PAGOS EM 2004

Em 31 de dezembro de 2003, foi inscrito em Restos a Pagar o valor de R$ 6.659.046,97 (seis milhões, seiscentos e cinqüenta e nove mil, quarenta e seis reais e noventa e sete centavos), do qual foram pagos no exercício de 2004 R$ 6.158.666,09 (seis milhões, cento e cinqüenta e oito mil, seiscentos e sessenta e seis reais e nove centavos), tendo sido cancelado o valor de R$ 500.380,88 (quinhentos mil, trezentos e oitenta reais e oitenta e oito centavos), conforme demonstrativo abaixo:

Proc. nº 321.854
Fls. nº 44
Func. [illegible]

Demonstrativo da Conta Restos a Pagar de 2003, pagos em 2004.

Programa de Trabalho	Inscritos	Pagos	Cancelados
Capacitação de Recursos Humanos (Atividade)	14.782,52	4.580.461,06	6.915,79
Apreciação e Julgamento de Causas (Atividade)	25.609,65	25.609,65	-
Administração da Unidade (Atividade)	5.021.955,37	7.866,73	441.494,31
Divulgação Institucional do Poder Judiciário (Atividade)	165.690,86	165.690,86	-
Interligação Informatizada no Poder Judiciário (Projeto)	1.187.993,22	1136.022,44	51.970,78
Assistência Médica e Odontológica (Atividade)	243.015,35	243.015,35	-
TOTAL	**6.659.046,97**	**6.158.666,09**	**500.380,88**

CONTRATAÇÕES POR MEIO DE CERTAMES LICITATÓRIOS OU DE CONTRATAÇÕES DIRETAS (DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO)

Após a liberação do orçamento de 2004, iniciaram-se os procedimentos necessários para a execução dos Programas de Trabalho, tendo sido emitidos empenhos para os contratos com vigências advindas de exercícios anteriores e para aqueles resultantes de certames licitatórios realizados no exercício de 2004 ou de contratações diretas, conforme disciplina a Lei nº 8.666/93.

O Tribunal, no intuito de manter o seu bom funcionamento, providenciou a assinatura de termos aditivos nos casos permitidos em lei, firmou novos contratos e convênios e realizou diversas aquisições no exercício de 2004. Esses procedimentos foram efetivados mediante licitação e por contratação direta, nas hipóteses e formas previstas na Lei de Licitações e Contratos. Convém ressaltar que, para todas as contratações, foram designados servidores do STF como gestores, com o objetivo de acompanhar a execução, bem como foram promovidas as respectivas publicações das compras e contratações no Diário Oficial da União e na Internet, conforme determinações do Tribunal de Contas da União.

No exercício de 2004, foram realizadas 144 (cento e quarenta e quatro) licitações, excluídas as consideradas desertas, repetidas, anuladas e revogadas, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos, e processadas com a devida análise da Assessoria Jurídica, nas seguintes modalidades: Convite, Tomada de Preços, Concorrência Pública e Pregão.

Além disso, foram realizados serviços e compras por dispensa e inexigibilidade de licitação e por suprimento de fundos, distribuídos nos diversos Programas de Trabalho.

Algumas contratações foram realizadas com dispensa de licitação, nos casos de despesas de pequeno vulto, e em que se obtiveram, no mínimo, três propostas para comparação dos preços de mercado, seguindo orientação firmada pelo Tribunal de Contas da União.

Os recursos orçamentários do exercício de 2004 foram utilizados por meio de Notas de Empenho, emitidas para contemplar contratações realizadas em exercícios anteriores com previsão de prorrogação da vigência do ajuste, as quais foram resultantes de certames licitatórios ou de contratações diretas (dispensa ou inexigibilidade de licitação nos termos da lei), bem como para as contratações realizadas no exercício de 2004, resultantes, também, de certames licitatórios ou de contratações diretas (dispensa ou inexigibilidade de licitação nos termos da lei), conforme quadro abaixo:

Valores empenhados durante o exercício de 2004.

Modalidade	Valor	Percentual (%)
Convite	515.369,69	0,22
Tomada de Preços	5.074.375,06	2,19
Concorrência	28.598.745,49	12,36
Dispensa de Licitação	12.881.130,80	5,57
Inexigibilidade de Licitação	5.190.173,43	2,24
Pregão	17.274.975,41	69,91
Suprimento de Fundos	86.341,29	0,04
Casos em que não é aplicável a Lei nº 8.666/93 **(1)**	161.718.760,46	7,47
TOTAL	**231.339.871,63**	**100,00**

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

Não houve transferência de recursos no decorrer do exercício de 2004 relacionada à execução de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria e outros instrumentos congêneres.

Cabe ressaltar que o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal apresentou a prestação de contas do convênio, que tem por objeto a cooperação mútua para aprimoramento e aperfeiçoamento do pessoal e dos equipamentos do CBMDF, visando otimizar a prevenção e o combate a incêndios e acidentes, salvamentos e primeiros socorros para a sociedade brasiliense e para o Supremo Tribunal Federal.

RESTOS A PAGAR DE 2004

Em 31 de dezembro de 2004, foi inscrito na Conta Restos a Pagar o valor de R$ 24.913.425,83 (vinte e quatro milhões, novecentos e treze mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e três centavos), sendo inscrito na conta Restos a Pagar Não-Processados o valor de R$ 23.965.308,74 (vinte e três milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, trezentos e oito reais e setenta e quatro centavos), e na conta

Proc. nº 321834
Fls. nº 46
Rubr.

Restos a Pagar Processados o valor de R$ 948.117,09 (novecentos e quarenta e oito mil, cento e dezessete reais e nove centavos), assim distribuídos:

Conta Restos a Pagar Não-Processados

Programa de Trabalho	Valor do Restos a Pagar Inscrito
Capacitação de Recursos Humanos (Atividade)	20.130,30
Apreciação e Julgamento de Causas (Atividade)	12.285.345,47
Interligação Informatizada no Poder Judiciário (Projeto)	9.602.168,13
Assistência Médica e Odontológica (Atividade)	23.861,61
Auxílio-Alimentação (Atividade)	579.808,21
Divulgação Institucional do Poder Judiciário – TV Justiça (Atividade)	1.126.214,71
Auxílio-Transporte (Atividade)	63.607,89
Assistência Pré-Escolar (Atividade)	82.070,25
Implantação do Canal de TV Internacional (Projeto)	150.000,00
Aposentadoria e Pensões (Atividade)	31.611,24
Cumprimento de Sentenças Judiciais (Atividade)	371,90
Cumprimento de Sentenças Judiciais (Atividade)	119,03
TOTAL	**23.965.308,74**

Fonte: Processo nº 321400

Conta Restos a Pagar Processados

Programa de Trabalho	Valor do Restos a Pagar Inscrito
Capacitação de Recursos Humanos (Atividade)	4.313,88
Assistência Médica e Odontológica (Atividade)	492.196,76
Apreciação e Julgamento de Causas (Atividade)	384.390,30
Divulgação Institucional do Poder Judiciário – TV Justiça (Atividade)	67.216,15
TOTAL	**948.117,09**

Fonte: Processo nº 321400

INDICADORES DE GESTÃO

São instrumentos que permitem aferir a eficiência, a eficácia e a economicidade da ação administrativa, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pelo órgão.

Nesse sentido, após as devidas consultas ao SIAFI, foram encontrados alguns índices de gestão, quais sejam:

I – Equação n° 01 – Índice de utilização orçamentária:

$$\frac{\text{Despesa Realizada}}{\text{Despesa Autorizada}} \quad \frac{231.339.871,63}{233.798.618,00} = 99\ \%$$

Proc. nº 321834
Fls. nº 47
Rubr.

II – Equação n° 02 – Índice de utilização orçamentária por Ação:

$$\frac{\text{Despesa Realizada (por Atividade)}}{\text{Despesa Autorizada (por Atividade)}}$$

a) Capacitação de Recursos Humanos

$$\frac{406.725,00}{500.00,00} = 81\%$$

b) Apreciação e Julgamento de Causas

$$\frac{134.675.423,00}{135.689.227,00} = 99\%$$

c) Pagamento de Aposentadorias e Pensões

$$\frac{64.633.087,00}{64.633.087,00} = 100\%$$

d) Interligação Informatizada no Poder Judiciário

$$\frac{9.715.263,00}{10.299.721,00} = 94\%$$

e) Auxílio-alimentação

$$\frac{8.241.107,00}{8.241.710,00} = 100\%$$

f) Auxílio-transporte

$$\frac{258.400,00}{258.400,00} = 100\%$$

Proc. nº 325 834
Fls. 48
Rubr.

g) Assistência pré-escolar aos dependentes

$$\frac{751.056,00}{753.650,00} = 100\%$$

h) Assistência médica e odontológica

$$\frac{8.241.107,00}{8.241.710,00} = 100\%$$

i) Divulgação dos Atos do Poder Judiciário

$$\frac{6.981.147,00}{7.242.880,00} = 96\%$$

j) Implantação do Canal de TV Internacional

$$\frac{151.000,00}{150.000,00} = 99\%$$

III – Equação n° 03 – Índice de Inscrição na Conta Restos a Pagar:

$$\frac{\text{Restos a Pagar Inscritos}}{\text{Despesa Empenhada}} \quad \frac{24.913.425,00}{231.339.872,00} = 11\%$$

IV – Equação n° 04 – Índice de Restos a Pagar Inscritos e Pagos:

$$\frac{\text{Saldo de Restos Pagos}}{\text{Restos a Pagar Inscritos}} \quad \frac{6.158.666,09}{6.659.046,97} = 92\%$$

V – Equação n° 05 – Índice de Restos a Pagar Inscritos e não Pagos:

$$\frac{\text{Restos a Pagar Inscritos e Não Pagos}}{\text{Restos a Pagar Inscritos}} \quad \frac{500.380,88}{6.659.046,97} = 8\%$$

Proc. nº 321834
Fls. nº 49
Func. [illegible]

VI – Equação n° 06 – Índice de Despesas Diretas com Pessoal:

$$\frac{\text{Aplicações Diretas Realiz. c/ Pessoal}}{\text{Despesas Correntes e de Capital}} \quad \frac{145.757.654,00}{85.582.217,63} = 170\%$$

CONCLUSÃO

Com base nos dados apresentados neste relatório, verifica-se que o Supremo Tribunal Federal, por mais um ano, cumpriu com a sua missão constitucional, levando ao jurisdicionado um serviço de qualidade e desenvolvendo ações que se traduzem em reais benefícios à sociedade brasileira.

Brasília, 14 de abril de 2005.

Miguel Augusto Fonseca de Campos
Diretor-Geral da Secretaria

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 1

R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	DESPESAS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	Crédito Orçamentário Suplementar	233.797.518	231.338.772	2.458.746
Receitas de Serviços	-	-	-	Despesas Correntes	221.789.898	220.891.438	898.460
Outras Receitas Correntes	-	-	-	Pessoal e Encargos Sociais	145.757.654	145.757.654	-
RECEITAS DE CAPITAL				Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
				Outras Despesas Correntes	76.032.244	75.133.784	898.460
				Despesas de Capital	12.007.620	10.447.334	1.560.286
				Investimentos	12.007.620	10.447.334	1.560.286
				Inversões Financeiras	-	-	-
				Créditos Especiais	1.100	1.100	-
				Despesas Correntes	1.100	1.100	-
				Outras Despesas Correntes	1.100	1.100	-
Subtotal (1)	-	-	-	Subtotal (1)	233.798.618	231.339.872	2.458.746
Movimentação Financeira	233.798.618	231.339.872	2.458.746	Movimentação de Crédito	-	-	-
Cota	233.798.618	231.339.872	2.458.746	Crédito Orçamentário Suplementar	-	-	-
Autorizada	233.798.618	231.339.872	2.458.746	Despesas Correntes	-	-	-
Repasse	-	-	-	Outras Despesas Correntes	-	-	-
Descentralizado	-	-	-	Despesas de Capital	-	-	-
				Investimentos	-	-	-
Subtotal (2)	233.798.618	231.339.872	2.458.746	Subtotal (2)	-	-	-
TOTAL (1+2)	**233.798.618**	**231.339.872**	**2.458.746**	**TOTAL (1+2)**	**233.798.618**	**231.339.872**	**2.458.746**
DÉFICIT TOTAL	-	-	-	**SUPERÁVIT TOTAL**	-	-	-
TOTAL GERAL	**233.798.618**	**231.339.872**	**2.458.746**	**RESULTADO**	**233.798.618**	**231.339.872**	**2.458.746**

Fonte: SIAFI

Proc. Nº 321 834
Fls. Nº 51
Rubr.

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
BALANÇO FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 2

R$ 1,00

INGRESSOS	PARCIAL	TOTAL	DISPÊNDIOS	PARCIAL	TOTAL
RECEITAS CORRENTES		-	DESPESAS CORRENTES		220.892.538
Receita Patrimonial	-		Aplicação Direta e Transfer. Intergov.	220.892.538	
Receita de Serviços	-		Pessoal e Encargos Sociais	145.757.654	
Outras Receitas Correntes	-		Outras Despesas Correntes	75.134.884	
			Transferências a Estados, DF e Municípios	-	
			Outras Despesas	75.134.884	
RECEITAS DE CAPITAL		-	DESPESAS DE CAPITAL		10.447.334
Amort. de Empréstimos/Financiamentos	-		Aplicação Direta e Transfer. Intergov.	10.447.334	
			Investimentos	10.447.334	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		233.297.339	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		1.957.467
Transferências Orçamentárias	233.297.339		Transferências Orçamentárias	1.957.467	
Cota Recebida	230.409.891		Repasse Concedido	-	
Sub-Repasse Recebido	-		Sub-Repasse Concedido	-	
Sub-Repasse Recebido no Exercício	-		Sub-Repasse Concedido no Exercíc.	-	
Valores Diferidos-Baixa	2.887.448		Valores Diferidos	1.957.467	
Transferências Extra-Orçamentárias	-		Transferências Extra-Orçamentárias	-	
Ordem de Transferência Recebida	-		Ordem de Transferência Concedida	-	
Transferências Recebidas	-		Transferências Concedidas	-	
Transferências Diversas Recebidas	-		Transferências Diversas Concedidas	-	
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁR.		42.852.887	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁR.		42.861.682
Valores em Circulação	15.438.017		Valores em Circulação	33.261.997	
Recursos Especiais a Receber	15.379.103		Recursos Especiais a Receber	33.261.997	
Valores em Trânsito Realizáveis	428		Valores em Trânsito Realizáveis	-	
Créditos Tributários	58.486		Créditos Tributários	-	
Recursos da União	-		Recursos da União	-	
Créditos Diversos a Receber	-		Créditos Diversos a Receber	-	
Outros Créditos	-		Outros Créditos	-	
Recursos Vinculados	-		Recursos Vinculados	-	
Valores Pendentes a Curto Prazo	1.957.467		Valores Pendentes a Curto Prazo	2.887.448	
Valores Diferidos	1.957.467		Valores Diferidos	2.887.448	
Depósitos	35.845		Depósitos	44.641	
Consignações	-		Consignações	-	
Depósitos de Diversas Origens	35.845		Depósitos de Diversas Origens	44.641	
Obrigações em Circulação	25.418.374		Obrigações em Circulação	6.662.231	
Fornecedores	948.117		Fornecedores	1.267.004	
Do Exercício	943.803				
De Exercício Anteriores	4.314		De Exercícios Anteriores	1.267.004	
Pessoal e Encargos a Pagar			Convênios a Pagar	-	
Restos a Pagar	24.466.742		Pessoal e Encargos a Pagar	-	
Não Processados a Liquidar	23.965.309		RP's Não Processados - Inscrição	5.391.445	
Não Processados Liquidados	-		Outras Obrigações	3.782	
Cancelado	501.433				
Outras Obrigaçoes	3.515				
Valores em Trânsito	-		Ajustes de Direitos e Obrigações	5.366	
Recursos a Liberar p/Transferência	-		Incorporação de Obrigações	5.366	
Recursos a Liberar p/Pgto. de RP's .	-		Exercícios Anteriores	5.366	
Ajustes de Direitos e Obrigações	3.184				
Desincorporação de Obrigações	3.184				
Exercícios Anteriores	3.184				
Recursos Diversos a Liberar	-				
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANTERIOR		44.653	DISPONIBILIDADE PARA O PERÍODO SEGUINTE		35.857
Conta Única do Tesouro Nacional	12		Conta Única do Tesouro Nacional	12	
Outras Disponibilidades	44.641		Outras Disponibilidades	35.845	
TOTAL GERAL		276.194.879	TOTAL GERAL		276.194.879

Fonte: SIAFI

Edileuza P. Sena Araújo Fernandes
Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

321834
53
09

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 3

R$ 1,00

ATIVO	PARCIAL	TOTAL	PASSIVO	PARCIAL	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO		33.297.855	PASSIVO FINANCEIRO		25.011.272
Disponível	35.857		Depósitos	94.331	
Disponível em Moeda Nacional	35.857		Consignações	-	
			Recursos do Tesouro Nacional	58.486	
			Depósitos de Diversas Origens	35.845	
Créditos em Circulação	33.261.997		Obrigações em Circulação	24.916.941	
Créditos a Receber	-		Restos a Pagar Processados	951.632	
Limite de Saque c/Vinc. de Pgto.	33.261.997		Fornecedores - do Exercício	943.803	
Créditos p/Pgto. de Desp. de Terc.	-		Fornecedores - Ex. Anteriores	4.314	
Recursos a Receber para Pgto. de RP	-		Pessoal a Pagar - do Exercício	-	
Depósitos Realizáv. a Curto Prazo	-		Pessoal a Pagar - Ex. Anteriores	-	
Valores em Trânsito Realizáveis	-		Encargos Sociais a Recolher	-	
			Débitos Diversos a Pagar	3.515	
			Obrigações Tributárias	-	
			Restos a Pagar - Não Processados	23.965.309	
			A Liquidar	23.965.309	
			Liquidados	-	
			Credores Diversos	-	
			Valores em Trânsito Exigíveis	-	
			Recursos Espec. a Liber. p/Trasnfer.	-	
			Recursos a Liberar p/Pgto. de RPs	-	
			Outras Obrigações a Pagar	-	
Valores Pendentes a Curto Prazo	-		Valores Pendentes a Curto Prazo	-	
Outros Valores Pendentes a CP	-		Repasse Recebido Diferido	-	
ATIVO NÃO-FINANCEIRO		109.343.975	PASSIVO NÃO-FINANCEIRO		1.957.467
Realizável a Curto Prazo	7.644.758		Valores Pendentes a Curto Prazo	1.957.467	
Créditos em Circulação	-		Valores Diferidos	1.957.467	
Fornecimentos a Receber	-				
Créditos Parcelados	-				
Diversos Responsáveis	-				
Empréstimos e Financiamentos	-				
Adiantamentos Concedidos	-				
Recursos Vinculados	-				
Outros Créditos em Circulação	-				
Bens e Valores em Circulação	7.644.758				
Estoques	7.644.758				
Títulos e Valores	-				
Materiais em Trânsito	-				
Títulos e Valores em Trânsito	-				
Provisão para Perdas Prováveis	-				
Valores Pendentes a Curto Prazo	8.145.554		Exigível a Longo Prazo	-	
Despesas Antecipadas	-		Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	-	
Valores Diferidos	-		Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	-	
Custos a Apropriar	-		Operações de Crédito - Interna	-	
Bens/Direitos a incorp. Por insc. RP	8.145.554		Operações de Crédito - Externa	-	
Realizável a Longo Prazo	-		Obrigações Legais e Tributárias	-	
Créditos Realizáv. a Longo Prazo	-		Obrigações a Pagar	-	
Empréstimos e Financiamentos	-		Outras Operações Exigíveis	-	
Provisão para Perdas Prováveis	-				
Outros Créditos	-				
Permanente	93.553.663				
Investimentos	-				
Participação Societária	-				
Particip. em Fundos e Condomínios	-				
Outros Investimentos	-				
Provisão para Perdas Prováveis	-				
Imobilizado	93.553.663				
Bens Móveis e Imóveis	93.466.030				
Títulos e Valores	-				
Bens Intangíveis	87.633				
Depreciações, Amortiz. e Exaustões	-				
Diferido	-				
ATIVO REAL		142.641.830	PASSIVO REAL		26.968.739
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		115.673.090
			Patrimônio/Capital	99.771.756	
			Reservas	-	
			Resultado Acumulado	-	
			Ajustes do Patrimônio/Capital	-	
			Resultado do Período	15.901.335	
			Situação Patrimonial Ativa	142.641.830	
			Situação Patrimonial Passiva	126.740.495	
ATIVO COMPENSADO		40.153.275	PASSIVO COMPENSADO		40.153.275
Compensações Ativas Diversas	40.153.275		Compensações Passivas Diversas	40.153.275	
Responsab. p/Valores, Títulos e Bens	3.381.815		Valores, Títulos e Bens sob Respons.	3.381.815	
Garantias de Valores	-		Valores em Garantia	-	
Direitos e Obrigações Conveniados	952.935		Direit. e Obrigações Conveniados	952.935	
Direitos e Obrigações Contratuais	35.818.525		Direitos e Obrigações Contratadas	35.818.525	
Outras Compensações	-		Compensações Diversas	-	
TOTAL GERAL		182.795.105	TOTAL GERAL		182.795.105

Fonte: SIAFI

Chefia da Seção de Contabilidade Analítica

321834
52
08

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 3

R$ 1,00

ATIVO	PARCIAL	TOTAL	PASSIVO	PARCIAL	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO		33.297.855	PASSIVO FINANCEIRO		25.011.272
Disponível	35.857		Depósitos	94.331	
Disponível em Moeda Nacional	35.857		Consignações	-	
			Recursos do Tesouro Nacional	58.486	
			Depósitos de Diversas Origens	35.845	
Créditos em Circulação	33.261.997		Obrigações em Circulação	24.916.941	
Créditos a Receber	-		Restos a Pagar Processados	951.632	
Limite de Saque c/Vinc. de Pgto.	33.261.997		Fornecedores - do Exercício	943.803	
Créditos p/Pgto. de Desp. de Terc.	-		Fornecedores - Ex. Anteriores	4.314	
Recursos a Receber para Pgto. de RP	-		Pessoal a Pagar - do Exercício	-	
Depósitos Realizáv. a Curto Prazo	-		Pessoal a Pagar - Ex. Anteriores	-	
Valores em Trânsito Realizáveis	-		Encargos Sociais a Recolher	-	
			Débitos Diversos a Pagar	3.515	
			Obrigações Tributárias	-	
			Restos a Pagar - Não Processados	23.965.309	
			A Liquidar	23.965.309	
			Liquidados	-	
			Credores Diversos	-	
			Valores em Trânsito Exigíveis	-	
			Recursos Espec. a Liber. p/Trasnfer.	-	
			Recursos a Liberar p/Pgto. de RPs	-	
			Outras Obrigações a Pagar	-	
Valores Pendentes a Curto Prazo	-		Valores Pendentes a Curto Prazo	-	
Outros Valores Pendentes a CP	-		Repasse Recebido Diferido	-	
ATIVO NÃO-FINANCEIRO		109.343.975	PASSIVO NÃO-FINANCEIRO		1.957.467
Realizável a Curto Prazo	7.644.758		Valores Pendentes a Curto Prazo	1.957.467	
Créditos em Circulação	-		Valores Diferidos	1.957.467	
Fornecimentos a Receber	-				
Créditos Parcelados	-				
Diversos Responsáveis	-				
Empréstimos e Financiamentos	-				
Adiantamentos Concedidos	-				
Recursos Vinculados	-				
Outros Créditos em Circulação	-				
Bens e Valores em Circulação	7.644.758				
Estoques	7.644.758				
Títulos e Valores	-				
Materiais em Trânsito	-				
Títulos e Valores em Trânsito	-				
Provisão para Perdas Prováveis	-				
Valores Pendentes a Curto Prazo	8.145.554		Exigível a Longo Prazo	-	
Despesas Antecipadas	-		Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	-	
Valores Diferidos	-		Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	-	
Custos a Apropriar	-		Operações de Crédito - Interna	-	
Bens/Direitos a incorp. Por insc. RP	8.145.554		Operações de Crédito - Externa	-	
Realizável a Longo Prazo	-		Obrigações Legais e Tributárias	-	
Créditos Realizáv. a Longo Prazo	-		Obrigações a Pagar	-	
Empréstimos e Financiamentos	-		Outras Operações Exigíveis	-	
Provisão para Perdas Prováveis	-				
Outros Créditos	-				
Permanente	93.553.663				
Investimentos	-				
Participação Societária	-				
Particip. em Fundos e Condomínios	-				
Outros Investimentos	-				
Provisão para Perdas Prováveis	-				
Imobilizado	93.553.663				
Bens Móveis e Imóveis	93.466.030				
Títulos e Valores	-				
Bens Intangíveis	87.633				
Depreciações, Amortiz. e Exaustões	-				
Diferido	-				
ATIVO REAL		142.641.830	PASSIVO REAL		26.968.739
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		115.673.090
			Patrimônio/Capital	99.771.756	
			Reservas	-	
			Resultado Acumulado	-	
			Ajustes do Patrimônio/Capital	-	
			Resultado do Período	15.901.335	
			Situação Patrimonial Ativa	142.641.830	
			Situação Patrimonial Passiva	126.740.495	
ATIVO COMPENSADO		40.153.275	PASSIVO COMPENSADO		40.153.275
Compensações Ativas Diversas	40.153.275		Compensações Passivas Diversas	40.153.275	
Responsab. p/Valores, Títulos e Bens	3.381.815		Valores, Títulos e Bens sob Respons.	3.381.815	
Garantias de Valores	-		Valores em Garantia	-	
Direitos e Obrigações Conveniados	952.935		Direit. e Obrigações Conveniados	952.935	
Direitos e Obrigações Contratuais	35.818.525		Direitos e Obrigações Contratadas	35.818.525	
Outras Compensações	-		Compensações Diversas	-	
TOTAL GERAL		182.795.105	TOTAL GERAL		182.795.105

Fonte: SIAFI

Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

321834
53

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 4

R$ 1,00

VARIAÇÕES ATIVAS	PARCIAL	TOTAL	VARIAÇÕE PASSIVAS	PARCIAL	TOTAL
ORÇAMENTÁRIAS		252.144.393	ORÇAMENTÁRIAS		233.297.339
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	-		DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	231.339.872	
Receitas Correntes	-		Despesas Correntes	220.892.538	
Receita Patrimonial	-		Pessoal e Encargos Sociais	145.757.654	
Receita de Serviços	-		Juros e Encargos da Divida	-	
Outras Receitas Correntes	-		Outras Despesas Correntes	75.134.884	
Receitas de Capital	-		Despesas de Capital	10.447.334	
Amortização de Empr. Financiamento	-		Investimentos	10.447.334	
			Inversões Financeiras	-	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	233.297.339		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.957.467	
Transferências Financeiras Recebidas	233.297.339		Transferências Financ. Concedidas	1.957.467	
Cota Recebida	230.409.891		Repasse Concedido	-	
			Sub-Repasse Concedido	-	
Valores Diferifos - Baixa	2.887.448		Valores Diferidos - Inscrição	1.957.467	
Correspondência de Débito	-		Correspondência de Créditos	-	
MUTAÇÕES ATIVAS	18.847.054		MUTAÇÕES PASSIVAS	-	
Incorporações de Ativos	18.847.054		Desincorporações de Ativos	-	
Aquisições de Bens	4.422.845		Alienação de Bens	-	
Incorporação de Créditos	-		Liquidação de Créditos	-	
Gastos e Despesas Diferidas	-				
Bens/Dir. a Incorp. Pela Insc. RP	14.424.208				
Desincorporação de Passivos	-		Incorporação de Passivos	-	
RESULT. EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		6.014.562	RESULT. EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		8.960.282
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	-		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	-	
Transf. de Bens e Valores Recebidos	-		Transf. de Bens e Valor. Concedidos	-	
Transferências Financeiras Recebidas	-		Transferências Financeir. Concedidas	-	
Movimento de Fundos a Débito	-		Movimento de Fundos a Crédito	-	
Outras Interferências Ativas	-		Outras Interferências Passivas	-	
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	6.014.562		DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	8.960.282	
Incorporações de Ativos	5.502.772		Desincorporações de Ativos	8.947.743	
Incorporação de Bens Imóveis	-		Baixa de Bens Imóveis	87.653	
Incorporação de Bens Móveis	5.502.772		Baixa de Bens Móveis	4.876.331	
Incorporação de Bens Intangíveis	-		Baixa de Bens Intangíveis	-	
Incorporação de Títulos e Valores	-		Baixa de Títulos e Valores	-	
Incorporação de Direitos	-		Bens/Direitos a Incorp. pela Insc. de RP	3.983.758	
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	-		Ajustes de Bens, Valores e Créditos	-	
Reavaliações de Bens	-		Desvalorização de Bens	-	
Reavaliações de Títulos e Valores	-		Desvalorização de Títulos e Valores	-	
Ajustes de Créditos	-		Ajustes de Créditos	-	
Outros Ajustes Patrimoniais	-		Depreciação, Amortizaç. e Exaustão	-	
Desincorporação de Passivos	511.790		Incorporação de Passivos	12.539	
Ajustes de Obrigações	-		Ajustes de Obrigações	-	
Valorizações Diversas	-				
Ajustes Monetários do Balanço	-		Ajustes Monetários do Balanço	-	
Result. da Equivalência Patrimonial	-		Result. da Equivalência Patrimonial	-	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-		Ajustes de Exercícios Anteriores	-	
Acréscimos Patrimoniais Diversos	-				
RESULTADO PATRIMONIAL		-	RESULTADO PATRIMONIAL		15.901.335
DÉFICIT		-	SUPERÁVIT		15.901.335
TOTAL GERAL		258.158.955			258.158.955

Fonte: SIAFI

Edileuza P. Lima Araújo Fonseca
Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

321 834
54

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBLIDADES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO: 2004

Quadro 5

R$ 1,00

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	PARCIAL	TOTAL
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL		35.857
Conta Única do Tesouro Nacional	12	
Outras Contas Bancárias	35.845	
TOTAL		**35.857**

COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	PARCIAL	TOTAL
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO		(33.261.997)
Valores em Trânsito Realizáveis	-	
Valores a Creditar	-	
Outros Créditos	-	
Créditos a Receber	(33.261.997)	
Créditos Tributários	-	
Recursos Especiais a Receber	(33.261.997)	
Recursos a Receber por Transferência	-	
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	(33.261.997)	
Recursos a Receber para Pagamento de Restos a Pagar	-	
Créditos Diversos a Receber	-	
Créditos a Receber - Folha de Pagamento	-	
Abono Permanência e Aposentadorias	-	
Créditos em Liquidação	-	
DEPÓSITOS		94.331
Consignações	-	
Recursos do Tesouro Nacional	58.486	
Depósitos de Diversas Origens	35.845	
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		24.916.941
Obrigações a Pagar	24.913.426	
Fornecedores	948.117	
Do Exercício	943.803	
De Exercícios Anteriores	4.314	
Pessoal a Pagar	-	
Do Exercício	-	
De Exercícios Anteriores	-	
Encargos Sociais a Recolher	-	
Tributos a Pagar	-	
Recursos a Liberar por Transferência	-	
Restos a Pagar	23.965.309	
Não Processados a Liquidar	23.965.309	
Recursos a Liberar para Pagamento de Restos a Pagar	-	
Credores Diversos	3.515	
Débitos Diversos a Pagar	3.515	
Outros Credores	-	
Valores em Trânsito Exigíveis	-	
Valores a Debitar	-	
Ordens Bancárias a Emitir	-	
Ordens Bancárias Canceladas	-	
Outras Obrigações	-	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-	
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	-	
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO		8.286.583
Disponibilidade por Fonte de Recursos	8.286.583	
Disponibilidade de Restos a Pagar	-	
Limite de Restos a Pagar - Concedido	-	
Limite de Restos a Pagar - Recebido	-	
TOTAL		**35.857**

Fonte: SIAFI

Fabiana P. Sena Araújo Fernandes
Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
DOTAÇÃO DA DESPESA POR FONTE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 8

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO		INICIAL (A)	SUPLEMEN-TAÇÃO	ESPECIAL		EXTRAORDINÁRIA		AUTORIZADA	
				Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/A
0100	Recursos Ordinários	184.033.663	3.618.599					187.652.262	102%
0106	Recursos Ordinários Condicionados		-						
0110	Rec. Cont. p/ o Plano Seg. Soc.Serv. Condicionados		-						
0150	Recuros não-financeiros diretamente arrecadados		-						
0151	Contribuição Social sobre o Lucro Líq.das Pes.Jurídicas		965.000					965.000	
0153	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	27.895.483	-					27.895.483	100%
0156	Contribuição plano seguridade social servidor	7.337.708	(965.000)					6.372.708	87%
0169	Contribuição plano seguridade social servidor	4.399.896	-					4.399.896	100%
0300	Recursos Ordinários		6.513.269					6.513.269	
0351	Contr. Social s/ Lucro das pessoas jurídicas		-						
0353	Contribuição p/ financ. da Seguridade Social		-						
	TOTAL	**223.666.750**	**10.131.868**	-	-	-	-	**233.798.618**	**105%**

Fonte: SIAFI

Cristina Harumi Matsunaga
Chefe da Seção de Acompanhamento
da Gestão Orçamentária

PROC. Nº 321831
FLS. 56
Rubr.

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
DOTAÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 11

R$ 1,00

	ESPECIFICAÇÃO	INICIAL (A)	SUPLEMEN-TAÇÃO	ESPECIAL		EXTRAORDINÁRIA		AUTORIZADA	
				Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/A
3000.00	**Despesas Correntes**	210.291.130	11.199.868					221.790.998	105%
3100.00	**Pessoal e Encargos Sociais**	138.452.486	7.005.168					145.757.654	105%
3190.00	**Aplicações Diretas**	138.452.486	7.005.168					145.757.654	105%
3190.01	Aposentadorias e Reformas	46.473.613	(963.454)					45.510.159	98%
3190.03	Pensões	13.188.777	(1.533.455)					11.655.322	88%
3190.08	Outros Benefícios Assistenciais	44.656	70.624					115.280	258%
3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas	62.768.952	1.167.759					63.936.711	102%
3190.13	Obrigações Patronais	4.001.650	7.570.501					11.572.151	289%
3190.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	478.155	925.403					1.403.558	294%
3190.34	Outras Despesas de Pessoal	5.312.810	(5.312.810)					0	0%
3190.92	Despesas de Exercícios Anteriores	6.101.099	5.080.599					11.181.698	183%
3190.96	Pessoal Requisitado	82.774	300.000					382.774	462%
3300.00	**Outras Despesas Correntes**	71.838.644	4.194.700					76.033.344	106%
3330.00	**Transfer. a Estados e ao Distrito Federal**	500	-					500	100%
3330.30	Material de Consumo	-	-					-	
3330.39	Outros Serviços de Terceiros	500	-					500	100%
3390.00	**Aplicações Diretas**	71.838.144	4.194.700					76.032.844	106%
3390.08	Outros Benefícios Assistenciais	600.000	145.150					745.150	124%
3390.14	Diárias - Pessoal Civil	205.000	-					205.000	100%
3390.30	Material de Consumo	3.347.102	5.611.390					8.958.492	268%
3390.32	Material de Distribuição Gratuita	5.000	8.999					13.999	280%
3390.33	Passagens e Despesas com Locomoção	308.500	136.774					445.274	144%
3390.35	Serviços de Consultoria	0	2.626.577					2.626.577	
3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	110.000	128.576					238.576	217%
3390.37	Locação de Mão-de-obra	26.100.000	(5.214.446)					20.885.554	80%
3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	33.602.258	215.142					33.817.400	101%
3390.46	Auxílio-Alimentação	5.520.000	-					5.520.000	100%
3390.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	50.000	94.782					144.782	290%
3390.49	Auxílio-Transporte	818.400	(560.000)					258.400	32%
3390.91	Sentenças Judiciais	5.264	2.400					7.664	146%
3390.92	Despesas de Exercícios Anteriores	106.620	99.248					205.868	193%
3390.93	Indenizações e Restituições	1.060.000	900.108					1.960.108	185%
4400.00	**Investimentos**	13.375.620	(1.368.000)					12.007.620	90%
4430.00	**Transferências a Estados e ao Distrito Federal**	0	0					0	
4430.51	Obras e Instalações	0	0					0	
4430.52	Equipamentos e Material Permanente	0	0					0	
4490.00	**Aplicações Diretas**	13.375.620	(1.368.000)					12.007.620	90%
4490.51	Obras e Instalações		1.073.910					1.073.910	
4490.52	Equipamentos e Material Permanente	13.375.620	(2.441.910)					10.933.710	82%
4490.92	Despesas de Exercícios Anteriores	-	-					-	
	TOTAL	**223.666.750**	**10.131.868**					**233.798.618**	**105%**

Fonte: SIAFI

Cristina Harumi Matsunaga

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
EXECUÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 14

R$ 1,00

	ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO (A)	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA		DESPESA REALIZADA		CRÉDITOS NÃO UTILIZADOS		RESTOS A PAGAR N/ PROCESSADOS	
			Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/A	Valor (E)	% E/A
3000.00	**Despesas Correntes**	221.790.998			220.892.538	100%	898.460	0%	15.819.754	7%
3100.00	**Pessoal e Encargos Sociais**	145.757.654			145.757.654	100%	-	0,000%	529.215	0%
3190.00	Aplicações Diretas	145.757.654			145.757.654	100%	-	0%	529.215	0%
3190.01	Aposentadorias e Reformas	45.510.159			45.510.159	100%	-	0%	-	0%
3190.03	Pensões Civis	11.655.322			11.655.322	100%	-	0%	-	0%
3190.08	Outros Benefícios Assistenciais	115.280			115.280	100%	-	0%	-	0%
3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	63.936.711			63.936.711	100%	-	0%	-	0%
3190.13	Obrigações Patronais	11.572.151			11.572.151	100%	-	0%	-	0%
3190.16	Outras Despesas Variáveis - pessoal Civil	1.403.558			1.403.558	100%	-	0%	100.000	7%
3190.34	Outras Despesas de Pessoal	0			-		-		-	
3190.92	Despesas de Exercícios Anteriores	11.181.698			11.181.698	100%	-	0%	311.580	3%
3190.96	Pessoal Requisitado	382.774			382.774	100%	-	0%	117.635	30,7%
3300.00	**Outras Despesas Correntes**	76.033.344			75.134.884	99%	898.460	1%	15.290.539	20%
3330.00	Transfer. a Estados e ao Distrito Federal	500			-	0%	500	100%	-	0%
3330.30	Material de Consumo	-			-	0%			-	
3330.39	Outros Serviços de Terceiros	500			-	0%	500	100%	-	0%
3390.00	Aplicações Diretas	76.032.844			75.134.884	99%	897.960	1%	15.290.539	20%
3390.08	Outros Benefícios Assistenciais	745.150			745.150	100%	-	0%	82.070	11%
3390.14	Diárias	205.000			200.000	98%	5.000	2%	67.398	33%
3390.30	Material de Consumo	8.958.492			8.399.720	94%	558.772	6%	6.278.654	70%
3390.32	Material de Distribuição Gratuita	13.999			13.999	0%	-	0%	-	0%
3390.33	Passagens e Despesa com Locomoção	445.274			436.774	98%	8.500	2%	19.821	4%
3390.35	Serviços de Consultoria	2.626.577			2.626.577	100%	-	0%	1.633.087	62%
3390.36	Outros Serviços de Terceiros - PF	238.576			236.487	99%	2.090	1%	68.397	29%
3390.37	Locação de Mão-de-Obra	20.885.554			20.885.554	100%	-	0%	177.071	1%
3390.39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	33.817.400			33.530.623	99%	286.777	1%	6.159.084	18%
3390.46	Auxílio-Alimentação	5.520.000			5.520.000	100%	-	0%	579.808	11%
3390.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	144.782			139.782	97%	5.000	3%	34.064	24%
3390.49	Auxílio-Transporte	258.400			258.400	100%	-	0%	63.608	25%
3390.91	Sentenças Judiciais	7.664			7.664	100%	-	0%	491	6%
3390.92	Despesas de Exercícios Anteriores	205.868			205.161	2677%	708	9%	51	1%
3390.93	Indenizações e Restituições	1.960.108			1.928.993	937%	31.115	15%	126.935	62%
4000.00	**Despesas de Capital**	12.007.620			10.447.334	533%	1.059.007	54%	8.145.554	416%
4430.00	Transfer. a Estados e ao Distrito Federal	0			0		0		0	
4430.51	Obras e Instalações	0			-		-		-	
4430.52	Equipamentos e Material Permanente	0			-		-		-	
4490.00	Aplicações Diretas	12.007.620			10.447.334	87%	1.059.007	9%	8.145.554	68%
4490.51	Obras e Instalações	1.073.910			840.710	78%	233.200	22%	753.057	70%
4490.52	Equipamento e Material Permanente	10.933.710			9.606.624	88%	825.807	8%	7.392.497	68%
4490.92	Despesas de Exercícios Anteriores	-			-		-		-	
	TOTAL	233.798.618			231.339.872	98,9%	1.957.467	0,8%	23.965.309	10%

Fonte: SIAFI

Nota (1) - O percentual de 100% que deveria ser alcançado somando-se o percentual da despesa realizada com o dos créditos não utilizados, não foi atingido devido a valor contingenciado no programa "Interligação Informatizada no Poder Judiciário" (R$ 501.279,00) - 0,3 %

Cristina Harumi Matsunaga
Seção de Acompanhamento
Execução Orçamentária

321/854

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA, GRUPO E MODALIDADE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 17

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS DO TESOURO		RECURSOS DE OUTRAS FONTES		TOTAL	
	Dotação	Despesa Executada	Dotação	Despesa Executada	Dotação	Despesa Executada
DESPESAS CORRENTES	215.277.729	214.379.269	6.513.269	6.513.269	221.790.998	220.892.538
Pessoal e Encargos Sociais	139.244.385	139.244.385	6.513.269	6.513.269	145.757.654	145.757.654
Aplicações Diretas	139.244.385	139.244.385	6.513.269	6.513.269	145.757.654	145.757.654
Outras Despesas Correntes	76.033.344	75.134.884	-	-	76.033.344	75.134.884
Transferências Intragovernamentais	500	0				
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0	0				
Aplicações Diretas	76.032.844	75.134.884			76.032.844	75.134.884
Contribuições	-				-	
DESPESAS DE CAPITAL	12.007.620	10.447.334			12.007.620	10.447.334
Investimentos	12.007.620	10.447.334			12.007.620	10.447.334
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0	0				0
Aplicações Diretas	12.007.620	10.447.334			12.007.620	10.447.334
Inversões Financeiras						
Aplicações Diretas						
TOTAL	227.285.349	224.826.603	6.513.269	6.513.269	233.798.618	231.339.872

Fonte: SIAFI

Cristina Harumi Matsunaga
Chefe da Seção de Acompanhamento
da Gestão Orçamentária

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
DOTAÇÃO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 21

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO		INICIAL (A)	SUPLEMEN-TAÇÃO	ESPECIAL		EXTRAORDINÁRIA		AUTORIZADA	
				Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/A
6359	Apreciação e Julgamento de Causas	127.685.159	8.004.068					135.689.227	106%
1147	Interligação Informatizada no Poder Judiciário	12.001.000	(1.200.000)					10.801.000	90%
4611	Capacitação de Recursos Humanos	500.000						500.000	100%
2004	Assitência Médica e Odontológica	5.001.460	3.240.250					8.241.710	165%
2058	Divulgação Institucional do PJ - TV Justiça	6.742.880	500.000					7.242.880	107%
2012	Auxílio Alimentação	5.520.000						5.520.000	100%
2011	Auxílio Transporte	818.400	(560.000)					258.400	32%
2010	Assistência Pré-escolar	608.500	145.150					753.650	124%
7134	Implantação do Canal de TV Internacional	151.000						151.000	100%
0005	Cumprimento de Sentença Judicial	5.264	2.400					7.664	146%
0396	Aposentadorias e Pensões	64.633.087						64.633.087	100%
	TOTAL	**223.666.750**	**10.131.868**	-	-			**233.798.618**	**105%**

Fonte: SIAFI

José Francisco Campêlo da Silva
Chefe da Seção de Prog. Orçamentária e Financeira

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
EXECUÇÃO DA DESPESA POR SUBPROGRAMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 24

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO		DOTAÇÃO (A)	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA		DESPESA REALIZADA		CRÉDITOS NÃO UTILIZADOS		RESTOS A PAGAR N/ PROCESSADOS	
			Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/A	Valor (E)	% E/A
6359	Apreciação e Julgament de Causas	135.689.227			134.675.423	99%	1.013.804	1%	12.285.345	9,1%
1147	Interligação Informatizada no Poder Judiciário	10.299.721			9.715.263	94%	584.458	6%	9.602.168	93%
4611	Capacitação de Recursos Humanos	500.000			406.725	81%	93.275	19%	20.130	4%
2004	Assitência Médica e Odontológica	8.241.710			8.241.107	100%	603	0%	23.862	0%
2058	Divulgação Institucional do PJ - TV Justiça	7.242.880			6.981.147	96%	261.733	4%	1.126.215	16%
2012	Auxílio Alimentação	5.520.000			5.520.000	100%	-	0%	579.808	11%
2011	Auxílio Transporte	258.400			258.400	100%	-	0%	63.608	25%
2010	Assistência Pré-escolar	753.650			751.056	100%	2.594	0%	82.070	11%
7134	Implantação do Canal de TV Internacional	151.000			150.000	99%	1.000	1%	150.000	99%
0005	Cumprimento de Sentença Judicial	7.664			7.664	100%	0	0%	491	6%
0396	Aposentadorias e Pensões	64.633.087			64.633.087	100%	0	0%	31.611	0,0%
	TOTAL	**233.297.339**			**231.339.872**	**99,2%**	**1.957.467**	**0,8%**	**23.965.309**	**10%**

Fonte: SIAFI

Cristina Harumi Matsunaga
Chefe da Seção de Acompanhamento
da Gestão Orçamentária

3218341
60

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA CONSOLIDADA
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 25

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
- DOTAÇÃO INICIAL	223.666.750
- CRÉDITOS ADICIONAIS	10.131.868
- MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITO	-
- CRÉDITO CONTINGENCIADO	(501.279)
TOTAL DA DESPESA AUTORIZADA (1)	233.297.339
DESPESA REALIZADA (2)	231.339.872
SALDO (3) = (1) - (2)	1.957.467
PARTICIPAÇÃO DAS SOBRAS OU EXCESSOS DE REALIZAÇÃO (3)/(1) %	1%

Fonte: Siafi

Cristina Harumi Matsunaga
Chefe da Seção de Acompanhamento
da Gestão Orçamentária

José Francisco Campêlo da Silva
Chefe da Seção de Prog. Orçamentária e Financeira

Proc. nº 32.834
Fls. 61
Rubr.

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
QUADRO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 26

R$ 1,00

DESCRIÇÃO	
ITEM	ATIVIDADES FINALISTICAS
01	02.061.0565.6359.0001 - APRECIAÇÃO E JULGAMENTO DE CAUSAS
02	02.126.0565.1147.0001 - INTERLIGAÇÃO INFORMATIZADA NO PODER JUDICIÁRIO
03	02.128.0565.4611.0001 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
04	02.301.0565.2004.0001 - ASSIST. MÉD. E ODONT. AOS SERV., EMPREG. E SEUS DEPENDENTES
05	02.722.0565.2058.0001 - DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO - TV JUSTIÇA
06	02.306.0565.2012.0001 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS
07	02.331.0565.2011.0001 - AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS
08	02.365.0565.2010.0001 - ASSIST. PRÉ-ESCOLAR AOS DEP. DOS SERV. E EMPREGADOS
09	02.722.1032.7134.0001 - IMPLANT. DO CANAL DE TELEVISÃO INTERNACIONAL
10	28.846.0901.0005.0001 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL

ITEM	ATIVIDADES DE APOIO	CUSTO (R$ mil)	EXECUÇÃO			
			FINANCEIRA (R$ mil)		FÍSICA (%)	
			No Exercício	Acum. no Exercício	No Exercício	Acum. no Exercício
01	09.272.0089.0396.0001 - APOSENTADORIAS E PENSÕES				100%	

Nº. de funcionários em atividade no exercício - Do quadro próprio:	750	(regime da Lei n 8.112/1990)
	0	(regime do Decreto-Lei n 5.452/1943)
Subtotal:	750	
Terceirizados:	0	
Outros (cedidos, etc.):	62	
Total:	812	

Fonte: SIAFI e Secretaria de Recursos Humanos/STF

Cristina Harumi Matsunaga
Chefe da Seção de Acompanhamento
da Gestão Orçamentária

Proc. nº 321.837
Fls. 62
Func.

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 33

R$ 1,00

ORGÃO	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS			
		Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL		1.270.786	3.184	1.263.288	4.314	5.391.445	496.067	4.895.378	-

Fonte: SIAFI

Edileuza P. Sena Araújo Fernandes
Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

Proc. nº 324.834
Fls. 63
Rubr.

Proc. nº 321834
Fls. nº 64
Rubr.

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 34

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA	
	No exercício	% da Despesa sobre a RCL
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL		
DESPESA DE PESSOAL	**127.963**	0,0484%
Pessoal ativo	81.125	0,0307%
Pessoal Inativo e pensionistas	64.633	0,0244%
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	(17.794)	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	
(-) Decorrentes de Decisão Jucidial	-	
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	(11.182)	
(-) Inativos com Recursos Vinculados	(6.613)	
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art. 18, § 1º da LRF)	-	
DESPESA LÍQUIDA PESSOAL	**127.963**	0,0484%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	264.352.998	
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL SOBRE A RCL **	0,048406%	
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF)	0,048406%	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,070110%	
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,073800%	

Fonte: SIAFI

Cristina Harumi Matsunaga
Chefe da Seção de Acompanhamento
da Gestão Orçamentária

Proc. nº 321834
Fls. nº 65
Func.

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS DE VALORES
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 35

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	**33.297.855**	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**	**1.045.963**
Conta Única do Tesouro Nacional	35.857	Depósitos	94.331
Conta Limite de Saque p/ Pgto.	33.261.997	Restos a pagar Processados	948.117
		Do exercício	943.803
		De Exercícios Anteriores	4.314
		Outras Obrigações Financeiras	3.515
SUBTOTAL	33.297.855	SUBTOTAL	1.045.963
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	**32.251.892**
TOTAL	33.297.855	TOTAL	33.297.855
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			23.965.309
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			8.286.583

FONTE: SIAFI

Edileuza P. Sena Araújo Fernandes
Chefe da Seção de Contabilidade Analítica

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROGRAMA 0565: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 38

R$ 1,00

TÍTULO	PROGRAMAÇÃO		EXECUÇÃO	
	Financeira	Física	Financeira	Física
AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS/NACIONAL	258.400	600	258.400	600
APRECIAÇÃO E JULGAMENTO DE CAUSAS/NACIONAL	135.689.227	85.000	134.675.423	85.000
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO STF/NACIONAL	500.000	850	406.725	850
INTERLIGAÇÃO INFORMATIZADA NO PODER JUDICIÁRIO	10.801.000	16%	9.715.263	14%
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADO E SEUS DEPENDENTES/NACIONAL	8.241.710	6.707	8.241.107	6.707
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS/NACIONAL	5.520.000	850	5.520.000	850
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS/NACIONAL	753.650	200	751.056	200
DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL DO PJ - TV JUSTIÇA	7.242.880	1	6.981.147	1
IMPLANTAÇÃO DO CANAL DE TV INTERNACIONAL	151.000	1	150.000	1
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL	7.664	2	7.664	2
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	64.633.087	520	64.633.087	520
DESPESA TOTAL DO PROGRAMA	**233.798.618**		**231.339.872**	

Fonte: SIAFI

José Francisco Campêlo da Silva
Chefe da Seção de Prog. Orçamentária e Financeira

Cristina Harumi Matsunaga
Chefe da Seção de Acompanhamento
da Gestão Orçamentária

Proc. nº 321834
Fls. nº 66
Rubr.

Proc. nº 321 834
Fls. nº 67
Func.

ÓRGÃO: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
DEMONSTRATIVO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE AUTORIZAM A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS
EXERCÍCIO: 2004
Quadro 39

R$ 1,00

DISPOSITIVO LEGAL	CRÉDITO ADICIONAL		
	SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO
Decreto de 24/03/04, DOU de 25/03/04	791.899		
Portaria 40/STF de 16/04/04, DOU de 20/04/04*	500.000		
Portaria 41/STF de 16/04/04, DOU de 20/04/04*	198.000		
Portaria 86/STF de 07/06/04, DOU de 11/06/04*	1.200.000		
Lei 10.929 de 02/08/04, DOU de 03/08/04*	560.000		
Decreto de 22/10/04, DOU de 25/10/04	1.300		
Portaria 175/STF de 04/11/04, DOU de 05/11/04*	60.850		
Portaria 176/STF de 04/11/04, DOU de 05/11/04*	2.000.000		
Portaria 186/STF de 23/11/04, DOU de 24/11/04*	3.010.000		
Lei 10.975 de 03/12/04, DOU de 06/12/04	6.513.269		
Lei 10.976 de 03/12/04, DOU de 06/12/04*		1.100	
Lei 11.010 de 17/12/04, DOU de 18/12/04	2.825.400		
TOTAL	17.660.718		

Fonte: Diário Oficial da União

* Estes créditos não geraram acréscimos na dotação orçamentária do STF, por terem sido oferecidas fontes de financiamento pelo órgão

José Francisco Campelo da Silva
Chefe da Seção de Prog. Orçamentária e Financeira

Proc. nº 321834
Fls. nº 68
Func.

PLANO DE TRABALHO

BIÊNIO 2004 - 2006

I – ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

O Supremo Tribunal Federal, em decorrência de suas competências e prerrogativas constitucionais, é a instância máxima do Poder Judiciário Brasileiro.

Essa condição impõe ao órgão o desempenho do papel de líder maior no âmbito desse Poder.

Tem responsabilidade na indução de procedimentos, posturas e condutas nos planos político, institucional e administrativo, quer na convivência com os demais poderes da União e entes federados, quer na relação com os demais órgãos judiciários.

O desempenho desse papel exige o desenvolvimento de ações complexas.

II – MODELO DE GESTÃO

A Administração do STF atuará de modo estratégico e empreendedor.

Ações estruturantes e sinérgicas deverão ensejar a construção de novos paradigmas, a agregação de valores e a fundamentação das atividades nos aspectos relevantes da qualidade, na cultura da eficiência e na disseminação de práticas bem-sucedidas de gestão no âmbito do Poder Judiciário.

O estilo gerencial será firme, aberto, participativo e interativo.

Dever-se-á aproveitar a expertise do patrimônio intelectual interno e capitalizar contribuições externas relevantes, de modo responsável, transparente e ético, de forma que a gestão se caracterize por ações proativas e decisões tempestivas, com foco centrado nos resultados e na satisfação de jurisdicionados e usuários, a par da correta aplicação dos recursos públicos.

Proc. nº 321834
Fls. nº 69
Func.

III –METAS INTERNAS (STF e PJ)

META 1 – Realização de ajustes na organização administrativa da atividade judiciária.

Objetivo
Solucionar, de imediato, as disfunções e gargalos já identificados no macrofluxo da atividade judiciária, notadamente na Secretaria de Processamento Judiciário-SPJ e na Secretaria de Apoio aos Julgamentos-SAJ.

Justificativas
a) denominação e estruturação inadequadas da SAJ, uma vez que a Secretaria de Processamento Judiciário é que dá apoio às decisões monocráticas, que constituem 90% das decisões da Corte;
b) ajustamento do modelo organizacional vigente na área judiciária às concepções, princípios, critérios e parâmetros preconizados no art. 2º do Regulamento da Secretaria;
c) integração dos processos de trabalho, desburocratização do atendimento e abolição de procedimentos desnecessários;
d) necessidade de corrigirem-se desde logo outras distorções já identificadas na estrutura orgânica da Secretaria do Tribunal.

Ações
a) apresentação de alternativas de solução;
b) redefinição das competências das Unidades e das alterações redacionais a serem introduzidas no Regulamento da Secretaria e no Manual de Organização;
c) elaboração de minuta de Ato Regulamentar para deliberação da Corte, em Sessão Administrativa.

META 2 - Redesenho da estrutura orgânica, com revisão dos procedimentos da Secretaria do Tribunal.

Objetivo
Obter maior racionalidade administrativa e eficiência operacional.

Justificativas
a) ajustamento às concepções, princípios, critérios e parâmetros preconizados no art. 2º do Regulamento da Secretaria;
b) construção de cadeias de comando leves e ágeis que favoreçam a formação de condutas gerenciais empreendedoras, o desenvolvimento e a operosidade do corpo funcional;
c) maior integração dos processos de trabalho e adoção de modelos operacionais que privilegiem a simplicidade e a eficiência;
d) adequação da área de Imprensa às necessidades da TV e da Rádio Justiça;
e) desburocratização do atendimento e abolição de procedimentos desnecessários.

Ações
a) levantamento dos macrofluxos das atividades, identificação de problemas relevantes (gargalos, superposições e omissões) e apresentação de alternativas de solução;

b) revisão da estrutura orgânica e redefinição das competências das Unidades;
c) revisão dos processos de trabalho da Secretaria;
d) elaboração de minuta de Ato Regulamentar para deliberação da Corte, em Sessão Administrativa e conseqüente atualização do texto do Regulamento da Secretaria e do Manual de Organização.

META 3 - Redefinição dos quantitativos de cargos em comissão, de funções comissionadas e de cargos efetivos no Tribunal.

Objetivo
Tornar compatível o Quadro de Pessoal com as reais necessidades do serviço.

Justificativas
a) defasagem do Quadro de Pessoal do STF, resultante da Lei nº 9.607/98, malgrado os esforços de racionalização administrativa empreendidos desde então;
b) levantamento de necessidades realizado em 1996, quando o número de decisões no STF, computadas as relativas aos processos originários e recursais, chegava a exatos 30.829, contra as 109.089 registradas em 2003 (mais que o triplo), não computadas as homologações de desistência, em número de 50.918;
c) distorção de ter-se um contingente de terceirizados (889), sem contar os estagiários (194), superior ao número de servidores efetivos, requisitados e sem vínculo efetivo (828).

Ações
a) dimensionamento do quantitativo ideal de cargos em comissão, funções comissionadas e cargos efetivos, com base na estrutura resultante da realização da Meta 2 e em levantamento atualizado de necessidades no plano operacional, observando-se os critérios e parâmetros organizacionais estabelecidos no Regulamento da Secretaria, bem como os limites de gastos estipulados na Lei Complementar nº 101/00;
b) elaboração de minuta de Projeto de Lei para encaminhamento ao Congresso Nacional e demais peças formais do processo respectivo, a ser submetido à deliberação da Corte em Sessão Administrativa;
c) suplementação orçamentária em 2004 e inclusão na LDO-2005 e na LOA respectiva.

META 4 - Implementação de programa de valorização e requalificação do servidor do STF.

Objetivo
Desenvolver competências e formar o capital intelectual da instituição, preparando os servidores para melhor desempenho de suas atividades e para assumirem postos de maior complexidade e responsabilidade.

Justificativas
a) ajustamento do modelo de gestão de pessoas a modernas concepções;
b) adequada preparação dos servidores, notadamente em vista da posição de vanguarda e liderança pretendida para todas as áreas de atividades no Tribunal;

Proc. nº 321 834
Fls. nº 71
Func.

c) construção de um programa permanente baseado em conceitos de participação e valorização dos servidores, que estimule as ações harmoniosas, desenvolva o sentido de equipe e fortaleça as relações humanas;
d) possibilidade de estabelecimento de parcerias com os demais órgãos públicos, especialmente os do Judiciário, pois a capacitação das competências transversais é similar entre os potenciais parceiros;
e) melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros.

Ações
a) revisão, em parceria com instituições de excelência, do programa de desenvolvimento gerencial, redefinindo-se seus módulos componentes;
b) realização de workshops e outros eventos para estabelecimento de preceitos, valores essenciais e perfis gerenciais;
c) revisão do programa permanente de capacitação dos servidores, do programa de bolsas de estudo e do programa de estágio;
d) realização de eventos de integração e coordenação, com vistas a uma atuação articulada entre as diversas áreas, a estimular a participação, bem como a evitar o desperdício de recursos e a dispersão de esforços;
e) criação de um "pool" de capacitação, em parceria com órgãos públicos, objetivando compartilhar conhecimentos, experiências e soluções;
f) utilização mais freqüente dos espaços destinados a manifestações de caráter lúdico, artístico e cultural (praça do servidor, átrio da biblioteca, halls e outros) e promoção de eventos regulares de educação, confraternização, entretenimento e lazer;
g) implementação de programa para celebrações nas datas comemorativas (dia do servidor público, dia da bandeira, dia dos pais, dia das mães, dia do professor, dia da mulher, etc);
h) elaboração de programa destinado a promover a qualidade de vida e a motivação no ambiente de trabalho;
i) ampliação gradativa dos benefícios oferecidos pelo STF-Med, de modo a incluir modalidades relevantes não contempladas, como é o caso da odontologia.

META 5 - Revisão dos sistemas informatizados do Tribunal.

Objetivo
Reformular os sistemas informatizados do Tribunal segundo concepções que promovam a integração das bases de dados e melhor estruturação das informações.

Justificativas
a) existência de sistemas defasados em relação à demanda;
b) necessidade de integração das bases de dados para evitar retrabalho;
c) maior facilidade de pesquisa por meio de sistemas integrados, ágeis e dotados de maior visibilidade;
d) concepção arcaica dos sistemas existentes;
e) possibilidade de adoção de tecnologia e metodologia modernas de modelagem de sistemas.

Ações
a) realização de levantamento de necessidades das unidades (ação conjunta com a Meta 2);
b) desenvolvimento da modelagem dos dados e desenho dos sistemas com programas modernos e amigáveis;

Proc. nº 321834
F 78
Fun. 28

c) confecção dos programas;
d) implantação dos sistemas e migração das bases de dados existentes.

META 6 – Desenvolver e implantar modelo de Estatística que possibilite a obtenção de informações analíticas de caráter estratégico, tático e operacional.

Objetivo
Utilizar a Estatística do Tribunal como instrumento de Planejamento e Gestão, possibilitando o estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazos.

Justificativas
a) não confiabilidade dos dados disponíveis;
b) impossibilidade de extração de dados analíticos no modelo existente.

Ações
a) conversão dos andamentos segundo o relatório final do processo nº318521 – Aperfeiçoamento do Sistema de Informações Processuais (padronização de andamentos)
b) reformulação da Tabela de "Assuntos";
c) racionalização da Tabela de "Partes";
d) criação da Tabela de "Tipificação de Partes", contemplando o maior número possível de níveis hierárquicos;
e) estabelecimento de arquitetura de banco de dados que permita o cruzamento das informações mais demandadas;
f) transformação dos dados atuais para o novo modelo;
g) adoção de ferramentas que permitam a extração de informações estatísticas de várias formas pelas unidades competentes, bem como a elaboração de relatórios estatísticos pré-definidos, de acordo com a demanda existente.
h) estreitamento de relações com as áreas de Estatística e Informática dos Tribunais, incentivando a parceria e a criação de um ambiente de integração e confiança;
i) realização de Encontro Nacional de Estatística e Informática do Judiciário.

META 7 – Implantação de controle dos assuntos que estão tramitando no Tribunal.

Objetivo
Permitir a organização da pauta das Sessões Plenárias do Tribunal e subsidiar o estabelecimento de prioridades nos julgamentos.

Justificativas
a) ações idênticas ingressadas a cada semana podem estar merecendo prioridade em seu julgamento;
b) identificação atual dos processos realizada apenas por classes ou tipos e os sistemas de informática que vêm sendo utilizados não permitem o levantamento automático por assunto, não informando, por exemplo, quantos RE sobre ICMS tramitam no Tribunal, embora os autos sejam classificados com indicação dos temas quando dos procedimentos complementares de autuação;

c) obtenção das estatísticas correspondentes aos temas somente possível com utilização de programa auxiliar de extração de dados que é desenvolvido pontualmente pela Secretaria de Informática para atender a solicitações específicas dos Ministros, não havendo um formato padrão; prepara-se, caso a caso, a informação que o magistrado solicitou;
d) falta de geração automática da informação impede que o Presidente possa definir prioridades, determinar o dia do julgamento e avisar o Relator (tal processo, tal dia);
e) impossibilidade de os Presidentes das Turmas poderem fazer o mesmo no órgão fragmentário, se desejarem;
f) agregação de valor altamente relevante que advirá da medida, porque se terá uma visão precisa das demandas postas à decisão da Corte e uma condição de gerenciamento das pautas, sendo que essas informações poderão ser recebidas também dos demais órgãos do Poder Judiciário da União e da Justiça dos Estados, de forma a subsidiar a decisão de priorizar o julgamento deste ou daquele processo.

Ações
a) revisão dos sistemas de informática que dão suporte à atividade judiciária, de forma a obter-se a geração automática das estatísticas processuais também por tema ou assunto, além da atual agregação por classes ou tipos de demanda (ação conjunta com a Meta 6);
b) criação de canais de comunicação com os tribunais superiores, tribunais regionais e tribunais de justiça das UF, para obtenção das mesmas informações quanto aos processos que tramitam em seu âmbito;
c) exame da possibilidade de essas informações serem incluídas no BNDPJ, para prestação automática, independentemente de solicitação;
d) elaboração de minuta de resolução instituindo normas específicas sobre a matéria, a ser submetida à deliberação da Corte em Sessão Administrativa.

META 8 - Aperfeiçoamento do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário – BNDPJ.

Objetivo
Constituir um repertório judicial de informações estatísticas consistentes, confiáveis e atualizadas sobre movimentação processual, estrutura e meios de que dispõem os órgãos do Poder Judiciário.

Justificativas
a) insuficiência do banco como base consistente de dados e fonte confiável de informações para os próprios órgãos do Poder Judiciário, pesquisadores, operadores do direito e cidadãos em geral;
b) existência de muitas lacunas de informação, além de os dados disponíveis mostrarem-se às vezes inconsistentes ou incompletos e da falta de padronização e atualidade das informações;
c) recente criação na estrutura da Secretaria de unidade especializada em estatística.

Ações
a) continuação dos trabalhos já iniciados em parceria informal com o Banco Mundial, baseada em minuta de carta de princípios para cooperação mútua;
b) celebração de convênio ou acordo de cooperação com instituição de excelência para, sob orientação do Comitê Gestor da Estatística do Tribunal, realizar a formatação do banco, definir agregados e índices e implantar fórmulas estatísticas de apuração e extração de

Proc. nº 321834
Fls. 75
Rubr.

informações, favorecendo a interação do usuário com o sistema, de modo que existam diversos tipos possíveis de pesquisa e de inserção de dados;
c) capacitação dos servidores do STF incumbidos da operação e gerência do BNDPJ;
d) estruturação do banco com agregação dos dados por **UF, Região** e **País**, além dos seguintes agrupamentos: **Poder Judiciário Estadual** (Tribunais de Justiça dos Estados, de Alçada Cível e Criminal e de Justiça Militar); **Poder Judiciário da União** (STF, STJ, TJ-DF, Justiça Eleitoral, Justiça Federal, Justiça Militar e Justiça do Trabalho); **Quantitativo de Pessoal** (Juízes Estaduais – primeiro grau e entrâncias, segundo grau – Juízes Eleitorais, Militares Federais e Trabalhistas – primeiro e segundo graus e Ministros, servidores judiciais e servidores extrajudiciais); **Bens Patrimoniais** (edifícios e equipamentos de processamento de dados); **Demandas Judiciais** (classificação dos feitos por tema de direito material, quantitativo por exercício); **Orçamento** (pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes, despesas de capital e precatórios);
e) elaboração de minutas de convênio e de termo de adesão a serem firmados entre o STF e os demais órgãos do Poder Judiciário;
f) elaboração dos normativos pertinentes e das peças processuais para apreciação pela Corte em Sessão Administrativa;
g) realização de encontro nacional e eventos regionais para divulgação do novo BNDPJ, treinando-se dirigentes e servidores em todos os órgãos do Poder Judiciário da União e dos Estados.

META 9 - Reformulação do Portal INFOJUS, compreendendo sua concepção, finalidade e abrangência.

Objetivo
Direcionar o INFOJUS para o atendimento de necessidades relevantes.

Justificativas
a) concepção inicial destinada à interligação informatizada de todos os órgãos e instâncias do Poder Judiciário, por meio da Internet ou das redes próprias dos tribunais, com prioridade no atendimento aos juízes de primeira instância, que trabalham isolados em comunidades desprovidas de equipamento urbano e precisam consultar os julgados e a jurisprudência dos tribunais para orientar-se no cotidiano de seu trabalho;
b) transformação posterior do INFOJUS em um portal, que oferece variado elenco de serviços ao usuário, desde a intermediação no acesso a outros "sites" para consulta à legislação, doutrina e jurisprudência, que pode ser obtido diretamente pelo interessado, até enquetes, listas de discussão, mensagens instantâneas e facilidades do gênero;
c) pretensão de que o portal se preste também a serviços de certificação digital e de emissão de documentos eletrônicos, como cartas precatórias, certidões etc;
d) milhares de equipamentos adquiridos pelo STF e distribuídos a tribunais do País, vinculados ao INFOJUS, sem acompanhamento ou controle de sua utilização.

Ações
a) estabelecimento de parcerias com os Tribunais Superiores e instituições de excelência para adequada formatação do portal;
b) levantamento de conteúdos e serviços a serem oferecidos pelo portal, junto aos Ministros e aos demais órgãos do Poder Judiciário da União e dos Estados;

Proc. nº 321834
Fls. 76
Func.

c) constituição de grupo-tarefa interdisciplinar para desenvolver e implementar o novo INFOJUS, baseado em plano de trabalho e cronograma específicos;
d) elaboração das peças processuais para encaminhamento da proposta do grupo-tarefa à deliberação da Corte em Sessão Administrativa;
e) realização de encontros, nacional e regionais, com magistrados, dirigentes e servidores do judiciário, para divulgação do portal e treinamento de operadores;
f) institucionalização do INFOJUS por meio de ato normativo do Presidente;
g) inclusão de serviços que realmente agreguem valor ao portal e à vida dos usuários e aumentem o grau de interação entre o PJ e os cidadãos.

META 10 - Introdução de um sistema de Certificação Digital.

Objetivo
Implantar sistema baseado na utilização dos recursos da tecnologia da informação e de telecomunicações, que assegure aos documentos eletrônicos os atributos de autenticidade e integridade.

Justificativas
a) advento da Medida Provisória nº 2200/01, que confere validade jurídica a documentos e arquivos gerados por computadores, baseados em chaves públicas, desde que assinados digitalmente e certificados por entidade legalmente habilitada;
b) aproveitamento dos benefícios trazidos pela Internet e pelas redes locais de informática, que possibilitaram o uso da correspondência eletrônica e o acesso às informações e às bases de dados, independentemente de presença e lugar, introduzindo um novo modelo de comunicação na sociedade, ágil e de custo diminuto;
c) existência de iniciativas do gênero no Judiciário, como é o caso da petição eletrônica implantada em alguns Regionais da Justiça do Trabalho, das intimações eletrônicas da Justiça Federal de Santa Catarina, da sessão eletrônica do TRT da 4ª Região, dos autos eletrônicos implantados em Juizados Especiais Federais Virtuais de São Paulo, Rio Grande do Sul e Brasília, e da Vara de Execução Fiscal Virtual, também da Justiça Federal, em implantação em São Paulo e Brasília;
d) manifestação de interesse do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em firmar ajuste de cooperação técnica com o Tribunal para estudos e implantação do uso de documentos eletrônicos;
e) tramitação no Senado Federal do Projeto de Lei nº 71/02, originário da Câmara dos Deputados (PLO nº 5.828/01), que dispõe sobre a informatização do processo judicial e dá outras providências, permitindo o uso de meio eletrônico na comunicação de atos e na transmissão de peças processuais, dispensando-se a apresentação dos documentos originais.

Ações
a) instituição de comissão interdisciplinar, composta por técnicos de informática e representantes dos órgãos do judiciário com iniciativas relevantes em documentação eletrônica, incumbida de examinar e propor medidas para estruturação dos serviços de certificação digital no âmbito do Poder Judiciário, definindo os tipos de documento, os requisitos de segurança, autenticidade e integridade que lhes conferem validade jurídica, as prioridades de implantação, bem como as autoridades certificadoras e registradoras e as estimativas de custos;

nº 321834
77
Func.

b) estabelecimento de parceria com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e outras entidades que possam manter cooperação técnica relevante com o Tribunal;
c) elaboração de minutas de ato normativo instituindo a certificação digital no âmbito do Poder Judiciário e os procedimentos judiciais dela decorrentes, para deliberação da Corte em Sessão Administrativa;
d) realização de eventos em âmbito nacional e regional, para divulgação do sistema e de seus procedimentos, bem como para treinamento de dirigentes e servidores.

META 11 - Reformulação e regulamentação da INTRANET.

Objetivo
Tornar o formato da página mais agradável, favorecer a organização dos assuntos e assegurar sua permanente atualidade.

Justificativas
a) concepção e desenvolvimento da atual Intranet pela Secretaria de Informática, sem efetiva contribuição e participação das demais unidades, e sem a necessária regulamentação quanto aos serviços, links e respectivos responsáveis;
b) veiculação de matérias desatualizadas, sem padronização e sem integração com outros sistemas, gerando, muitas vezes, inconsistências e retrabalho;
c) baixo nível de interação do usuário com o sistema, levando-se na maioria das vezes muito tempo para o processamento de determinada informação, em decorrência da centralização adotada;
d) dificuldade de localização dos assuntos de interesse do usuário.

Ações
a) criação de grupo de trabalho composto por técnicos das diversas unidades do Tribunal para definição de padrões, conteúdos e responsabilidades;
b) revisão do leiaute da página para possibilitar uma navegação mais simples e proporcionar a integração de sistemas e bancos de dados;
c) elaboração de ato normativo para designação de gestores responsáveis pelos conteúdos.

META 12 - Reformulação da TV-Justiça.

Objetivo
Obter definições e melhorias quanto ao posicionamento da TV-Justiça, sua identidade visual, modelo de programação, modelo de produção, sistema de distribuição, modelo tecnológico, convergência e fontes de financiamento, visando fidelizar e expandir a audiência.

Justificativas
a) insuficiência demonstrada na realização dos propósitos do canal, que foi criado para oferecer aos cidadãos a oportunidade de aumentarem o conhecimento sobre o modo de operar da Justiça no Brasil, contribuindo para ampliar o acesso das pessoas comuns e aproximar do povo os órgãos do Judiciário;
b) resultados impressionantes apurados em pesquisa de conceituado instituto, dando conta de que a população desconhece as funções dos magistrados e confundem juízes com advogados,

Proc. nº 321834
Fls. nº 78
Rubr.

promotores, órgãos da justiça administrados pelo Executivo, polícias e outros, o que opera contrariamente à boa imagem que deve ter o Poder Judiciário;
c) tratamento demasiadamente condensado, pouco ou nada esclarecedor, chegando mesmo a confundir, que o ritmo e formato dos veículos comerciais contemporâneos imprimem ao noticiário;
d) lógica do jornalismo contemporâneo caracterizada pela urgência em noticiar e pelo rápido esquecimento dos assuntos;
e) exigência de que tenha a Justiça um eficiente e moderno canal de comunicação, que haja uma definição precisa do que é o canal, a quem se destina, qual o conteúdo básico; se formule uma diretriz para elaboração de novo modelo de ocupação da tela e desenvolvimento da marca e suas aplicações; se elabore uma nova grade de programação baseada em avaliação do público alvo, adequação de horários, coerência horizontal e vertical do fluxo de programas; se enunciem diretrizes para produção dos programas, considerando aspectos como conteúdo e operação; se obtenha o aumento da audiência e a democratização do acesso; se adotem novas tecnologias de captação, edição e distribuição dos sinais, visando qualidade técnica, redução de custos e interação com outras mídias ou tecnologias; se adapte o conteúdo para utilização em outras mídias; se encontrem alternativas para financiamento do canal, com recursos públicos ou privados, mediante estabelecimento de parcerias; e de que se implante um modelo de acompanhamento e monitoração da audiência.

Ações
a) contratação de entidade de excelência nas áreas educativa e de televisão, para prestação de serviços de consultoria tendo em vista a elaboração de projeto para uma nova TV-Justiça;
b) realização de seminário de planejamento estratégico, conduzido por especialistas de recursos gerenciais de renome nacional e internacional, tendo como público-alvo Ministros e servidores do primeiro escalão administrativo que venham a se envolver no projeto, além da equipe de consultores, com o objetivo de relacionar e delimitar as decisões estratégicas que devem ser tomadas pela Corte, definir as diretrizes, os limites e possibilidades, que os consultores deverão seguir na formulação do projeto;
c) apresentação pela entidade contratada de projeto composto das partes elencadas na descrição do Objetivo (posicionamento do canal, identidade visual, modelo de programação, etc) e que compreenda conceitos, propostas de diretrizes e planos de ação, bem como proposição de modelos e processos;
d) redesenho, em articulação com a Meta 2, da nova estrutura orgânica e do modelo de funcionamento da TV-Justiça, bem como redefinição de seu Quadro de Pessoal;
e) elaboração das peças de encaminhamento do projeto à deliberação da Corte em Sessão Administrativa;
f) regulamentação da nova TV-Justiça por meio de ato normativo do Presidente.

META 13 – Avaliação de formato e concepção iniciais da Rádio Justiça.

Objetivo
Consolidar a Rádio Justiça.

Justificativas
a) existência de procedimento licitatório para aquisição de equipamentos destinados à Rádio Justiça, com projeto básico desenvolvido pela Fundação Padre Anchieta, definindo-se os equipamentos como os estritamente necessários à entrada da rádio no ar;

Proc. nº 321834
Fls. 79
Func.

b) consulta formalizada ao Ministério das Comunicações sobre a possibilidade de ser concedida ao STF permissão para executar em Brasília o serviço de radiodifusão sonora, baseado em projeto de viabilidade técnica de inclusão do Canal 284 no Plano Básico de Distribuição de Canais de Freqüência Modulada – PBFM;
c) autorização de uso do Canal 216/E concedida pela RADIOBRAS, mediante protocolo, para operação da Rádio Justiça até que o STF tenha o seu próprio canal;
d) adaptação de espaço e de infra-estrutura de instalações para a rádio, no Edifício-Sede do STF, ao lado da TV-Justiça.

Ações
a) contratação de entidade de excelência nas áreas educativa e de radiodifusão, para prestação de serviços de consultoria tendo em vista a elaboração de projeto de avaliação e eventual ajuste de formatação da Rádio-Justiça;
b) realização de seminário de planejamento estratégico, conduzido por especialistas de recursos gerenciais de renome, tendo como público-alvo Ministros e servidores do primeiro escalão administrativo que venham a se envolver no projeto, além da equipe de consultores, com o objetivo de relacionar e delimitar as decisões estratégicas que devem ser tomadas pela Corte, definir as diretrizes, os limites e possibilidades, que os consultores deverão seguir na formulação do projeto;
c) apresentação de projeto pela entidade contratada (posicionamento e identidade da rádio, modelo de programação, etc), compreendendo conceitos, propostas de diretrizes e planos de ação, bem como proposição de modelos e processos;
d) redesenho, em articulação com a Meta 2, da estrutura orgânica e do modelo de funcionamento da Rádio-Justiça, bem como redefinição de seu Quadro de Pessoal;
e) elaboração das peças de encaminhamento do projeto à deliberação da Corte em Sessão Administrativa;
f) regulamentação da nova Rádio-Justiça por meio de ato normativo do Presidente.

META 14 - Consolidação dos encontros nacionais sobre Administração Judiciária, iniciados com a realização do evento de 21 e 22 de novembro de 2003.

Objetivo
Pensar o Judiciário como sistema integrado a serviço do cidadão e criar um espaço propício ao intercâmbio de experiências bem sucedidas em diferentes unidades da federação, no judiciário federal e na justiça dos estados, em todas as instâncias.

Justificativas
a) êxito obtido no primeiro encontro, do qual participaram convidados especiais de outros países latino-americanos, que atuaram como conferencistas;
b) possibilidade de os participantes locais enriquecerem seu cabedal de conhecimentos e incorporarem realidades vivenciadas alhures;
c) oportunidade de homogeneizar ações e compatibilizar iniciativas, favorecendo a cooperação e a coordenação entre os órgãos do Judiciário e trazendo melhores resultados à relação custo-benefício de suas atividades;
d) integração dos programas de informática utilizados nos tribunais;
e) aproveitamento do fórum para estimular e viabilizar as parcerias preconizadas em outras metas, com otimização de custos.

Proc. nº 321834
Fls. 80
Func.

Ações
a) programação anual de encontros regulares a cada quadrimestre, nos moldes do encontro inicial referido na descrição da Meta, organizando-se as pautas mediante consulta aos tribunais de todo o País;
b) realização dos encontros com registro das apresentações, elaboração de relatório consolidado para ser distribuído aos participantes e acompanhamento efetivo do andamento das medidas recomendadas;
c) organização de encontros de grupos temáticos, priorizando-se a informática e as unidades dedicadas à atividade judiciária;
d) instituição de reuniões regulares dos Diretores-Gerais das Secretarias dos tribunais sediados em Brasília, coordenadas pelo STF.

META 15 – Seleção dos acórdãos mais relevantes proferidos pelos Ministros e realização da exegese do seu modo de decidir e da sua técnica interpretativa.

Objetivo
Editar obra sobre o perfil jurídico de Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Justificativas
a) intenção de reavivar a atuação de eminentes Ministros do Tribunal, tendo como cerne o exercício da função jurisdicional;
b) possibilidade de selecionar os acórdãos e votos que retratem as mais importantes contribuições dos Ministros na afirmação e consolidação da ordem jurídica;
c) viabilidade de realizar a exegese da linha de argumentação jurídica utilizada pelos Ministros para fundamentar seus votos e suas decisões.

Ações
a) definição, desde logo, das personalidades que irão figurar nos primeiros volumes, considerando tratar-se de publicação em série;
b) escolha de professores universitários, historiadores e magistrados para elaborar o perfil introdutório e para selecionar as decisões que deverão acompanhar cada obra;
c) celebração de convênio com o Senado Federal para os serviços de editoração.

META 16 – Elaboração da Constituição dos Ministros.

Objetivo
Editar a Constituição Federal acrescentando a cada dispositivo a interpretação dada pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal, consubstanciada nos julgados da Corte.

Justificativas
a) necessidade de criar uma base sólida de informação sobre a interpretação do texto constitucional pelo STF;
b) instituição de valioso instrumento de pesquisa para toda a comunidade;
c) possibilidade de fácil inserção desta informação em um circuito informacional mais amplo: nacional e internacional.

Proc. nº 321834
Fls. nº 81
Func.

Ações
a) seleção dos acórdãos que analisaram dispositivos da Constituição;
b) definição do formato da obra;
c) implantação desta no site do STF, por meio de parceria a ser realizada pelas Secretarias de Documentação, de Informática e pela Assessoria Especial responsável pelo Informativo, com ênfase na facilitação de resgate da informação (hiperlink ao texto integral);
d) atualização permanente do conteúdo.

META 17 – Elaboração de textos inéditos, recolhimento de desenhos, croquis, reproduções de obras de arte e fotográficas.

Objetivo
Editar livro especial sobre os edifícios do Supremo Tribunal Federal desenvolvido em português, inglês e espanhol.

Justificativas
a) inexistência de publicação ilustrada que registre o processo de instalação e ampliação do STF, em Brasília;
b) necessidade de livro especial, amplamente ilustrado, que revele a riqueza arquitetônica dos edifícios do STF, das peças que guarnecem os diversos ambientes e trace sua síntese histórica.

Ações
a) realização de pesquisas iconográfica, bibliográfica e outras;
b) elaboração de textos inéditos sobre os projetos dos edifícios do STF, síntese da história dos edifícios e registro de outros fatos relevantes;
c) tradução dos textos para as línguas espanhola e inglesa por servidores ou pessoa contratada para tal fim;
d) contratação de pessoa responsável pelo projeto gráfico;
e) contratação de empresa especializada para os serviços de editoração ou celebração de convênio com o Senado Federal.

META 18 – Introdução do formato *txt* para os acórdãos publicados antes de 1996.

Objetivo
Implantar sistema de recuperação da jurisprudência mediante a utilização de recursos mais dinâmicos da tecnologia da informação.

Justificativas
a) dificuldade ou inviabilidade de recuperação textual dos acórdãos disponíveis no formato tif;
b) maior facilidade operacional por meio de sistema ágil que elimine a digitação nas transcrições;

Ações
a) revisão, por meio de parceria a ser realizada pelas Secretarias de Documentação e de Informática, do sistema textual para os acórdãos e as decisões monocráticas;
b) conversão para o formato txt dos acórdãos existentes tão-só no formato tif;

Proc. nº 321834
Fls. 82
Func.

c) elaboração de estudo para inserir os acórdãos do STF, na Internet, no formato txt.

META 19 – Introdução de um sistema de apresentação da jurisprudência na Internet.

Objetivo
Padronizar a apresentação da jurisprudência do Poder Judiciário na Internet.

Justificativas
a) apresentação, pesquisa e recuperação da jurisprudência tratadas de modos distintos pelos Tribunais;
b) dificuldade e morosidade na recuperação da jurisprudência em razão da diversidade de concepção e desenvolvimento dos sites;
c) possibilidade de facilitar o trabalho da comunidade jurídica com navegação simples e integração, quando possível, de bancos de dados.

Ações
a) criação de grupo de trabalho integrado por representantes de Tribunais para o planejamento estratégico;
b) definição de padrões dos sites nos pontos relativos à apresentação, à pesquisa e à recuperação da jurisprudência;
c) realização de estudo com vistas a padronizar a indexação e a redação das ementas.

META 20 – Desenvolvimento de modelo orçamentário que possibilite identificar a situação de cada estado em relação às dívidas de precatórios.

Objetivo
Incluir no ordenamento jurídico condições para quitação do estoque da dívida existente sem comprometer o desenvolvimento do Estado.

Justificativas
a) existência de estoque de precatórios a consignar nos orçamentos dos Estados;
b) elevado número de ações com pedido de intervenção federal nos Estados;
c) necessidade de demonstrar o comprometimento da Receita Corrente Líquida do Estado com pagamento de precatórios;
d) possibilidade de os Estados consignarem recursos para quitar o estoque existente.

Ações
a) levantamento da RCL dos Estados nos anos 2000 a 2004;
b) projeção da RCL do Estado com base na média de seu crescimento;
c) levantamento dos precatórios consignados nos orçamentos de 2000 a 2004;
d) elaboração de demonstrativo sobre o comprometimento da RCL do Estado com pagamento de precatórios;
e) projeção dos pagamentos de precatórios tendo como base a média da capacidade de pagamento nos anos de 2000 a 2004;
f) apuração do tempo necessário para quitar o estoque da dívida de precatórios;

Proc. nº 325.834
Fls. 83
Fls. ____

g) formatação da base de dados para captação das informações de todas as unidades da federação;
h) estabelecimento de parceria com o Executivo e o Legislativo.

META 21 – Acompanhamento e revisão dos custos das atividades do STF.

Objetivo
Garantir economia, eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos e maximizar resultados no atendimento das necessidades do Tribunal.

Justificativas
a) necessidade de análise dos custos de manutenção dos serviços do Tribunal;
b) busca da economia nas contratações realizadas pelo STF.

Ações
a) segmentação da totalidade dos gastos do Tribunal por espécie ou atividade (centro de custos);
b) verificação do valor orçamentário e financeiro de cada centro de custos em relação ao todo;
c) identificação das deficiências e falhas metodológicas no levantamento estimativo e na efetivação das despesas;
d) propositura de soluções;
e) desenvolvimento de modelos aplicativos.

META 22 – Elaboração e atualização do Manual de Atos Oficiais Administrativos.

Objetivo
Estabelecer padrões à produção de atos oficiais administrativos, bem como atribuir dinamismo à comunicação institucional.

Justificativas
a) inexistência de uniformização dos atos oficiais administrativos;
b) utilização de variados modelos de documentos;
c) ocorrência de vícios na produção dos expedientes;
d) morosidade da comunicação.

Ações
a) instituição de grupo de trabalho;
b) criação de esboço das matérias que devem constar do Manual;
c) divisão dos temas entre os membros do grupo para estudo e desenvolvimento;
d) levantamento de informações e modelos de atos oficiais utilizados pela Secretaria do Tribunal;
e) junção dos trabalhos realizados e exame pelo grupo;
f) escolha do modelo gráfico;
g) edição do Manual de Atos Oficiais Administrativos;
h) acompanhamento das eventuais necessidades de atualização.

Proc. nº 321.834
Fls. nº 84
Func.

IV – METAS EXTERNAS

META 1 - Desenvolvimento de parceria com lideranças sindicais e associações de servidores.

Objetivo
Assegurar relações profissionais de interesse recíproco, que visem o bem comum.

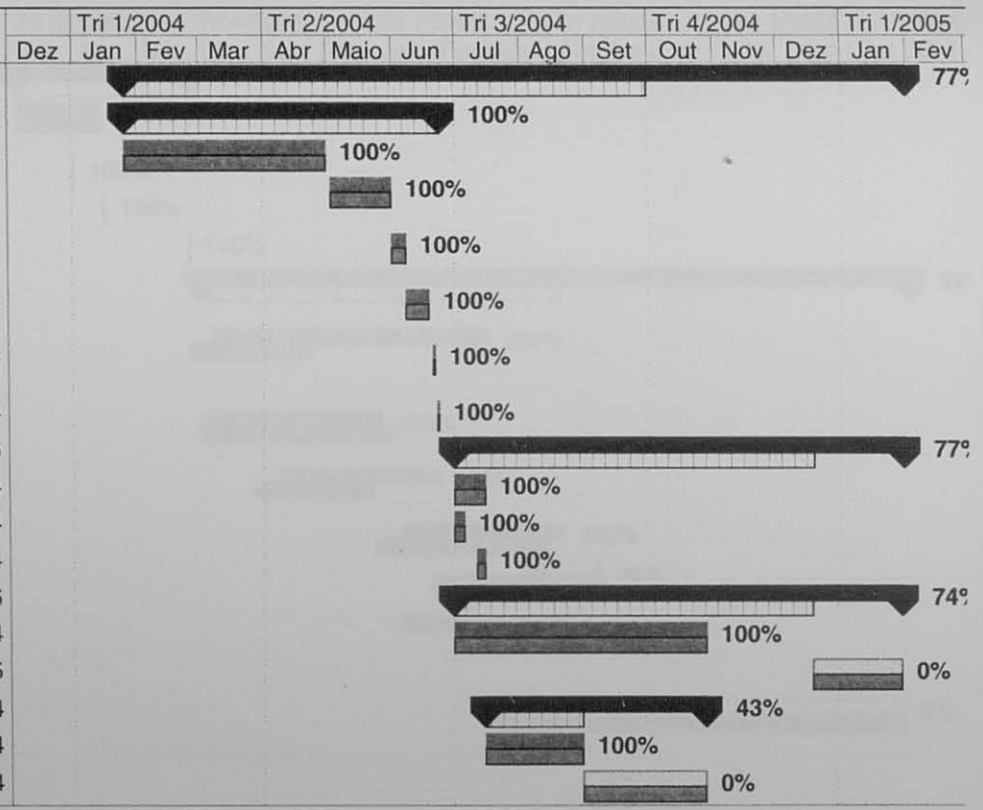
Justificativas
a) ações requeridas pela pauta de reivindicações das entidades que congregam servidores, tornando indispensável a criação de fórum para trabalhos conjuntos e discussões técnicas ou políticas de que resultem saudáveis negociações, entendimento responsável e resultados consistentes;
b) participação benéfica e de grande importância dessas entidades nas conquistas obtidas para os servidores dos órgãos do Poder Judiciário da União, sendo exemplo relevante a edição da Lei nº 10.475/02, que resultou de ampla negociação envolvendo as lideranças sindicais, a Administração do Judiciário e a do Ministério Público da União, as áreas e instâncias próprias do Poder Executivo e membros do Congresso Nacional;
c) conjugação das ações internas de recursos humanos com a ação externa dessas entidades, para aproximar Administração e servidores, favorecendo a confiança, o bem-estar e a motivação.

Ações
a) realização de encontros regulares com lideranças sindicais e associações de servidores, para tratar de assuntos de interesse comum da Administração e dos servidores;
b) constituição de grupos de trabalho conjunto, com participação de técnicos do Poder Judiciário da União e representantes das entidades sindicais e associações;
c) encaminhamento das proposições para deliberação superior e acompanhamento da tramitação externa, quando o assunto envolver providências ou decisões em outras esferas de Poder.

Meta 01 - Realização de ajustes na organização administrativa da atividade judiciária

Gestor: Assessor-Chefe de Planejamento e Organização

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	**Ajustes na Atividade Judiciária**	**Seg 26/01/04**	**Seg 31/01/05**
2	**Elaboração do projeto**	**Seg 26/01/04**	**Qua 23/06/04**
3	Levantamento das Informações	Seg 26/01/04	Sex 30/04/04
4	Elaboração do macrofluxo do processo	Seg 03/05/04	Seg 31/05/04
5	Apresentação de alternativas de solução	Ter 01/06/04	Seg 07/06/04
6	Redefinição das competências das unidades	Ter 08/06/04	Sex 18/06/04
7	Elaboração de minuta do Ato Regulamentar	Seg 21/06/04	Seg 21/06/04
8	Aprovação da minuta pela Corte	Qua 23/06/04	Qua 23/06/04
9	**Implementação da estrutura**	**Qui 01/07/04**	**Seg 31/01/05**
10	facilitação nas negociações	Qui 01/07/04	Qui 15/07/04
11	adequação de pessoal	Qui 01/07/04	Seg 05/07/04
12	ajustamento das novas atividades	Seg 12/07/04	Qui 15/07/04
13	**adequação do espaço físico**	**Qui 01/07/04**	**Seg 31/01/05**
14	Levantamento	Qui 01/07/04	Sex 29/10/04
15	Execução	Seg 20/12/04	Seg 31/01/05
16	**Acompanhamento das modificações**	**Sex 16/07/04**	**Sex 29/10/04**
17	monitoramento dos ajustes	Sex 16/07/04	Ter 31/08/04
18	Reavaliação da reestruturação	Qua 01/09/04	Sex 29/10/04



Projeto: Meta 01.mpp
Data: Seg 18/04/05

Crítica
Divisão crítica
Andamento crítico
Tarefa
Divisão
Andamento da tarefa
Linha de base
Divisão da linha de base
Etapa da linha de base
Etapa
Andamento do resumo
Resumo
Resumo do projeto
Tarefas externas
Etapa externa
Prazo final

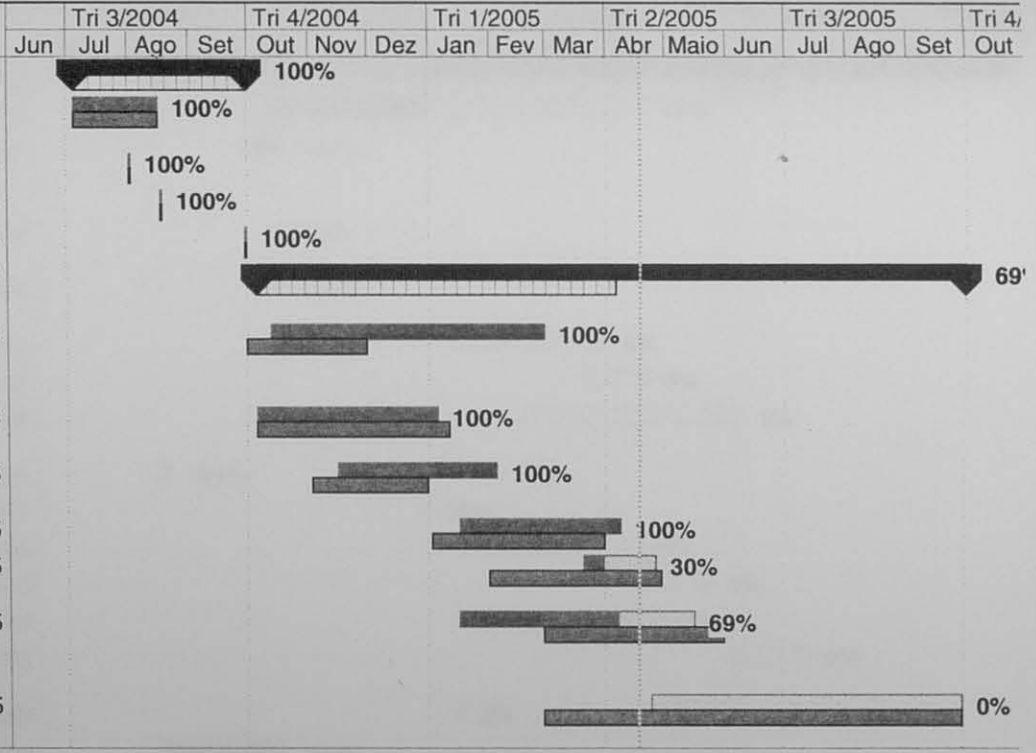
Página 1

Proc. nº 321834
Fls. nº 85
Func.

Meta 02 e 03 - Reestruturação da Secretaria do Tribunal

Gestor: Assessor-Chefe de Planejamento e Organização

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	**Contratação do Escopo**	**Seg 05/07/04**	**Qui 30/09/04**
2	Elaborar Projeto Básico e encaminhar a SAF	Seg 05/07/04	Seg 16/08/04
3	INDG realizar diagnóstico	Seg 02/08/04	Seg 02/08/04
4	INDG apresentar proposta	Qua 18/08/04	Qua 18/08/04
5	Assinar contrato / iniciar trabalho	Qui 30/09/04	Qui 30/09/04
6	**Projeto "Atingir a Excelência Operacional do STF"**	**Qua 06/10/04**	**Sex 30/09/05**
7	M1: Criar sistema de mensuração de desempenho dos processos do STF	Qua 13/10/04	Seg 28/02/05
8	M2: Identificar a estrutura organizacional atual	Qua 06/10/04	Qua 05/01/05
9	M3: Mapear a situação atual dos processos	Ter 16/11/04	Sex 04/02/05
10	M4: Redesenhar os processos	Seg 17/01/05	Sex 08/04/05
11	M5:Padronizar os processos redesenhados	Seg 21/03/05	Ter 26/04/05
12	M6: Redesenhar a estrutura organizacional (organograma e quadro de pessoal)	Seg 17/01/05	Seg 16/05/05
13	M10: Acompanhar a implementação da estrutura e dos processos	Seg 25/04/05	Sex 30/09/05



Projeto: meta02e03
Data: Seg 18/04/05

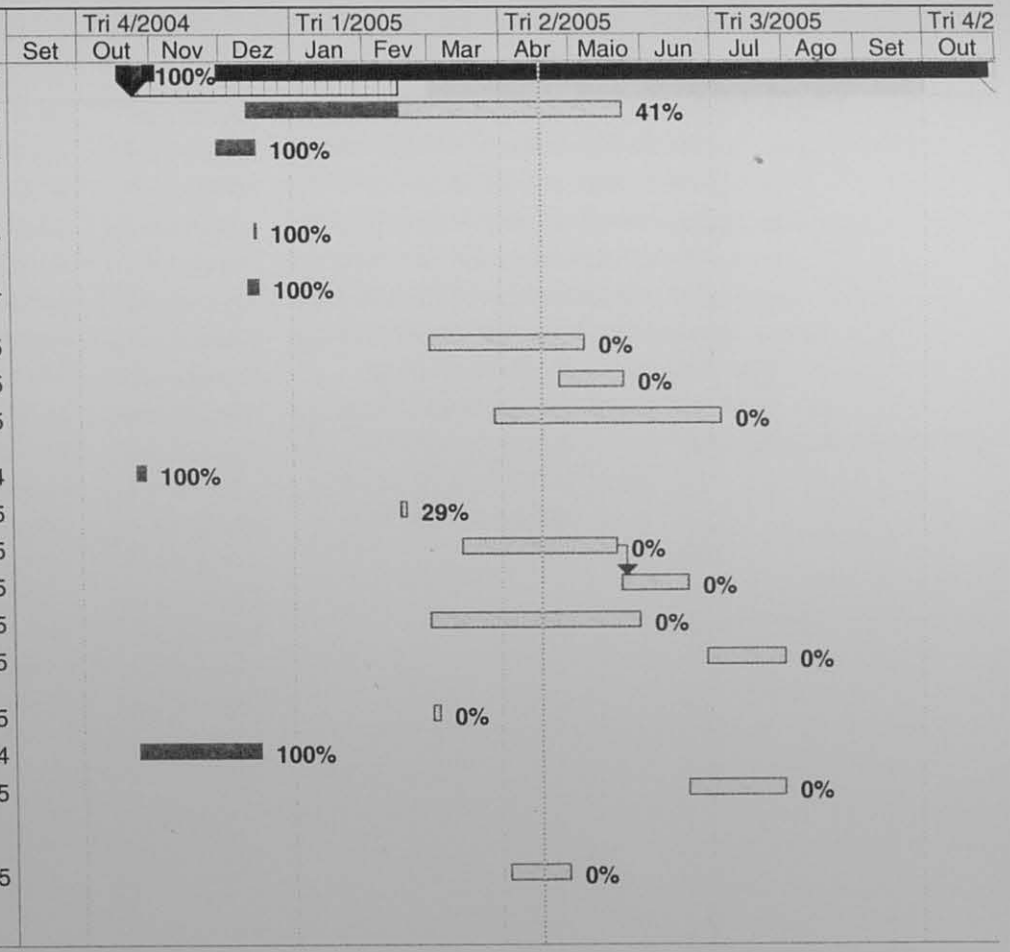
Crítica	Linha de base	Resumo do projeto	
Divisão crítica	Divisão da linha de base	Tarefas externas	
Andamento crítico	Etapa da linha de base	Etapa externa	
Tarefa	Etapa	Prazo final	
Divisão	Andamento do resumo		
Andamento da tarefa	Resumo		

Proc. nº 324.834
Fls. nº 86
Func.

Meta 04 - Implementação de programa de valorização e requalificação do servidor

Gestor: Secretária de Recursos Humanos

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	**Atingindo a excelência Operacional**	**Seg 25/10/04**	**Seg 31/10/05**
2	M7: Redefinir cargos	Seg 13/12/04	Seg 23/05/05
3	Encaminhamento dos Relatórios de motivação e de rotatividade aos Consultores do INDG	Ter 30/11/04	Qui 16/12/04
4	Reunião com Equipe de Consultores do INDG e da CDES.	Qui 16/12/04	Qui 16/12/04
5	Elaborar o modelo conceitual de Gestão de Pessoas	Seg 13/12/04	Sex 17/12/04
6	Elaborar Manual de Descrição de Cargos	Ter 01/03/05	Sex 06/05/05
7	Elaborar mapa de competências por cargo	Ter 26/04/05	Seg 23/05/05
8	M8: Avaliar as pessoas do quadro atual do Supremo	Ter 29/03/05	Seg 04/07/05
9	Mapeamento do processo de avaliação	Seg 25/10/04	Qui 28/10/04
10	Redesenho do processo de avaliação	Qua 16/02/05	Sex 18/02/05
11	Definir o levantamento de competências	Ter 15/03/05	Sex 20/05/05
12	Aplicar o levantamento de competências	Seg 23/05/05	Seg 20/06/05
13	Definir prog de avaliação de desempenho	Ter 01/03/05	Seg 30/05/05
14	M9: Elaborar plano de capacitação de pessoal	Qua 29/06/05	Seg 01/08/05
15	Redesenho do processo de capacitação	Qua 02/03/05	Sex 04/03/05
16	Mapeamento do processo de capacitação	Seg 25/10/04	Qui 16/12/04
17	Analisar as demandas e definir as prioridades surgidas no levantamento de competência	Ter 21/06/05	Seg 01/08/05
18	Analisar desenvolvimento do módulo de capacitação, e estabelecer ordem de prioridade	Seg 04/04/05	Sex 29/04/05



Projeto: Meta 04.mpp
Data: Seg 18/04/05

Crítica	Linha de base	Resumo do projeto	
Divisão crítica	Divisão da linha de base	Tarefas externas	
Andamento crítico	Etapa da linha de base	Etapa externa	
Tarefa	Etapa	Prazo final	
Divisão	Andamento do resumo		
Andamento da tarefa	Resumo		

Proc. nº 321834
Fls. nº 87
Func.

Meta 04 - Implementação de programa de valorização e requalificação do servidor

Gestor: Secretária de Recursos Humanos

Id	Nome da tarefa	Início	Término
19	M10: Acompanhar a implementação	Seg 25/04/05	Seg 31/10/05

Tri 4/2004				Tri 1/2005			Tri 2/2005			Tri 3/2005			Tri 4/2
Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out

Projeto: Meta 04.mpp
Data: Seg 18/04/05

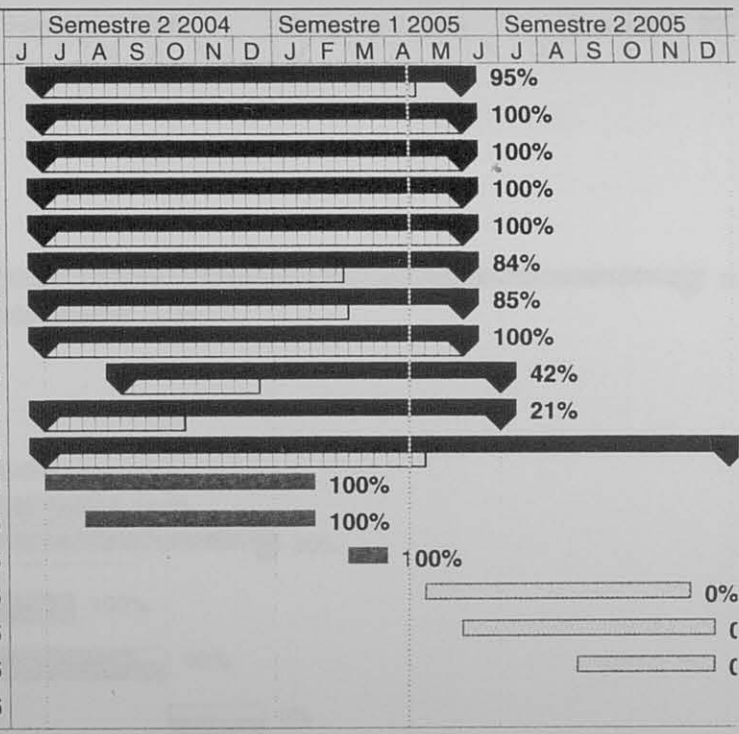
Crítica	Linha de base	Resumo do projeto	
Divisão crítica	Divisão da linha de base	Tarefas externas	
Andamento crítico	Etapa da linha de base	Etapa externa	
Tarefa	Etapa	Prazo final	
Divisão	Andamento do resumo		
Andamento da tarefa	Resumo		

Proc. nº 321 833
Fls. nº 88
Func.

Meta 05 - Revisão dos sistemas informatizados do Tribunal

Gestor: Secretário de Informática

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	**Sistema de Recursos Humanos cedido do TSE - Co-gestor: SRH**	Qui 01/07/04	Ter 31/05/05
2	**Levantamento de Requisitos**	Qui 01/07/04	Ter 31/05/05
11	**Definição do Sistema**	Qui 01/07/04	Ter 31/05/05
20	**Desenvolvimento do Sistema**	Qui 01/07/04	Ter 31/05/05
29	**Testes e Homologações**	Qui 01/07/04	Ter 31/05/05
38	**Treinamento dos Usuários**	Qui 01/07/04	Ter 31/05/05
47	**Implantação do Sistema**	Qui 01/07/04	Ter 31/05/05
57	**Entrada de Dados - SRH**	Qui 01/07/04	Ter 31/05/05
71	**Sistema de Gestão de Informações de Jurisprudência - Co-gesto**	Qua 01/09/04	Qui 30/06/05
79	**Sistema de Acompanhamento Processual - Co-gestor: SEJ**	Qui 01/07/04	Qui 30/06/05
104	**Sistema Integrado da Atividade Judiciária - SIAJ**	Qui 01/07/04	Sex 30/12/05
105	**Levantamento de Requisitos**	Qui 01/07/04	Ter 01/02/05
106	**Definição do Sistema**	Seg 02/08/04	Ter 01/02/05
107	**Elaboração do Projeto Básico**	Ter 01/03/05	Qui 31/03/05
108	**Desenvolvimento do Sistema**	Seg 02/05/05	Qua 30/11/05
109	**Testes e Homologações**	Qua 01/06/05	Ter 20/12/05
110	**Treinamento dos Usuários**	Qui 01/09/05	Ter 20/12/05
111	**Implantação do Sistema**	Qui 01/12/05	Sex 30/12/05



Projeto: Meta 05 - nova
Data: Seg 18/04/05

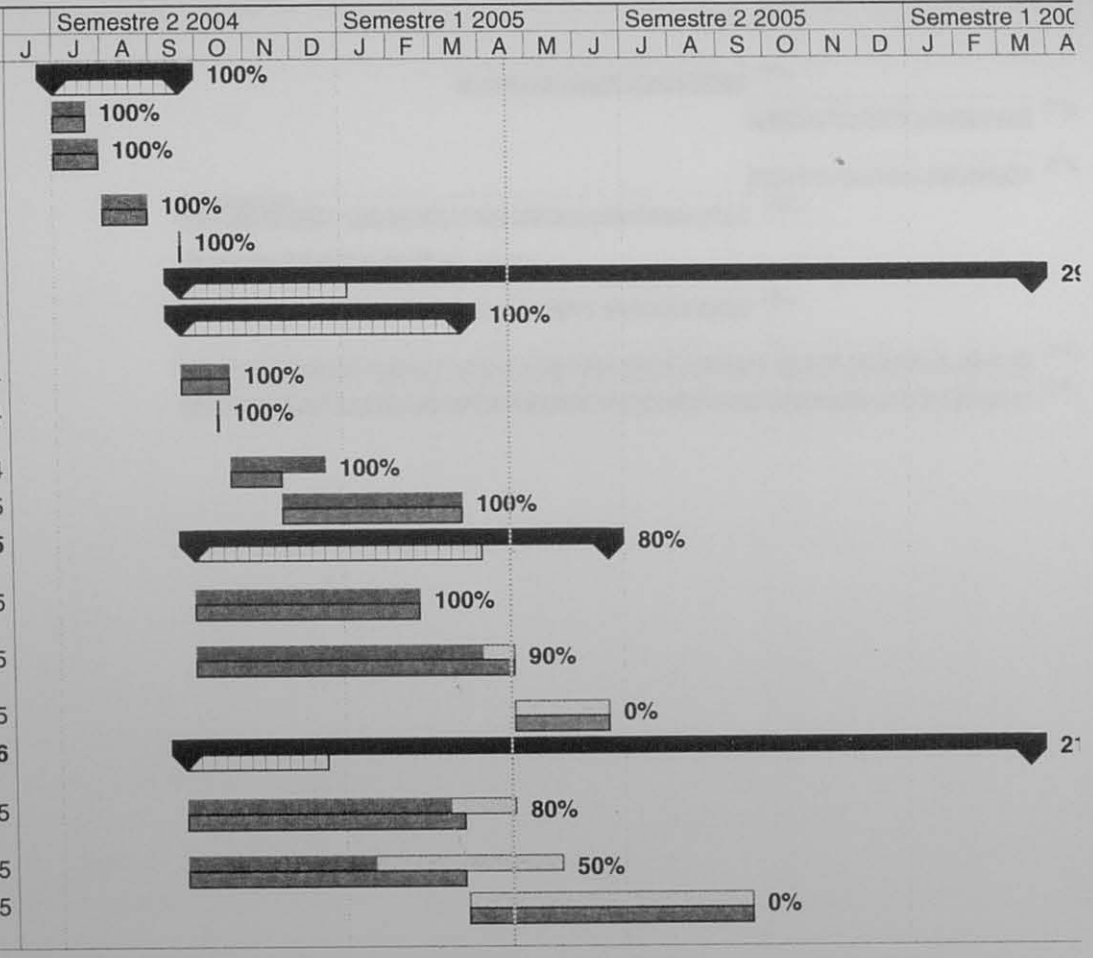
Crítica
Divisão crítica
Andamento crítico
Tarefa
Divisão
Andamento da tarefa
Linha de base
Divisão da linha de base
Etapa da linha de base
Etapa
Andamento do resumo
Resumo
Resumo do projeto
Tarefas externas
Etapa externa
Prazo final

Proc. nº 321837
Fls. nº 89
Func.

Meta 06 - Desenvolver e implementar modelo de estatística

Gestor: Assessor-Chefe de Planejamento e Organização

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	**Contratação do Escopo**	**Sex 02/07/04**	**Seg 20/09/04**
2	Diagnóstico (UnB)	Sex 02/07/04	Qui 22/07/04
3	Apresentação de proposta de trabalho	Sex 02/07/04	Sex 30/07/04
4	Elaboração de Projeto Básico	Seg 02/08/04	Seg 30/08/04
5	Assinatura de Contrato	Seg 20/09/04	Seg 20/09/04
6	**Execução**	**Seg 20/09/04**	**Seg 20/03/06**
7	**Pesquisa "Perfil das maiores demandas"**	**Seg 20/09/04**	**Sex 18/03/05**
8	Amostra da pesquisa	Seg 20/09/04	Qua 20/10/04
9	Entrega das amostras - 1a. E 2a. (APO)	Qua 13/10/04	Qua 13/10/04
10	Relatório preliminar	Qui 21/10/04	Seg 20/12/04
11	Relatório final	Ter 23/11/04	Sex 18/03/05
12	**Indicadores de Eficiência e Eficácia**	**Seg 27/09/04**	**Seg 20/06/05**
13	Elaboração dos indicadores	Seg 27/09/04	Sex 18/02/05
14	Relatório de testes estatísticos	Seg 27/09/04	Qua 20/04/05
15	Relatório Consolidado	Qui 21/04/05	Seg 20/06/05
16	**Pesquisa sobre a Imagem do Judiciário**	**Seg 20/09/04**	**Seg 20/03/06**
17	Pesquisa tipo survey amostra nacional 1	Seg 20/09/04	Qua 20/04/05
18	Pesquisa grupos focais 1	Seg 20/09/04	Sex 20/05/05
19	Pesquisa tipo survey amostra nacional 2	Seg 21/03/05	Ter 20/09/05



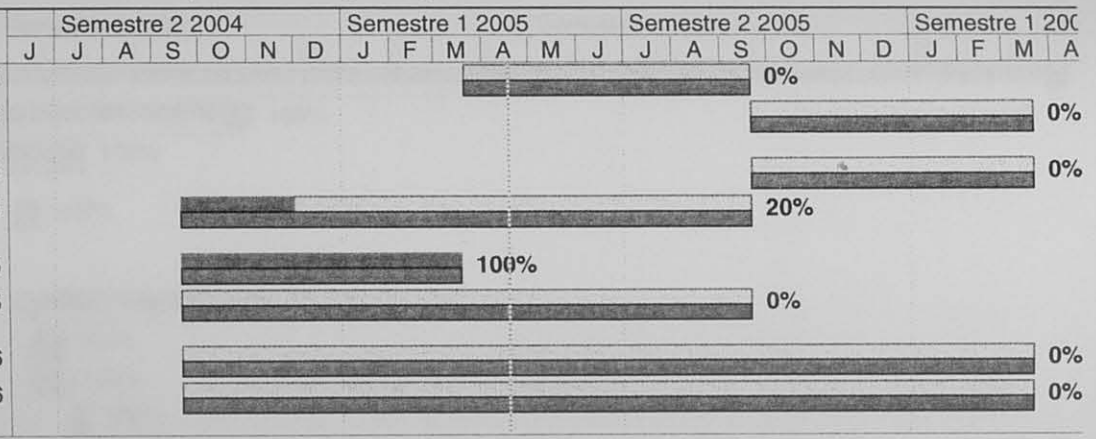
Projeto: Meta 06.mpp
Data: Seg 18/04/05

Crítica
Divisão crítica
Andamento crítico
Tarefa
Divisão
Andamento da tarefa
Linha de base
Divisão da linha de base
Etapa da linha de base
Etapa
Andamento do resumo
Resumo
Resumo do projeto
Tarefas externas
Etapa externa
Prazo final

Meta 06 - Desenvolver e implementar modelo de estatística

Gestor: Assessor-Chefe de Planejamento e Organização

Id	Nome da tarefa	Início	Término
20	Pesquisa grupos focais 2	Seg 21/03/05	Ter 20/09/05
21	Pesquisa tipo survey amostra nacional 3	Qua 21/09/05	Seg 20/03/06
22	Pesquisa grupos focais 3	Qua 21/09/05	Seg 20/03/06
23	Pesquisa tipo websurvey - membros do Judiciário	Seg 20/09/04	Ter 20/09/05
24	Pesquisa junto à mídia	Seg 20/09/04	Sex 18/03/05
25	Pesquisa entrevistas em profundidade	Seg 20/09/04	Ter 20/09/05
26	Relatório consolidado	Seg 20/09/04	Seg 20/03/06
27	Acompanhamento da Execução	Seg 20/09/04	Seg 20/03/06

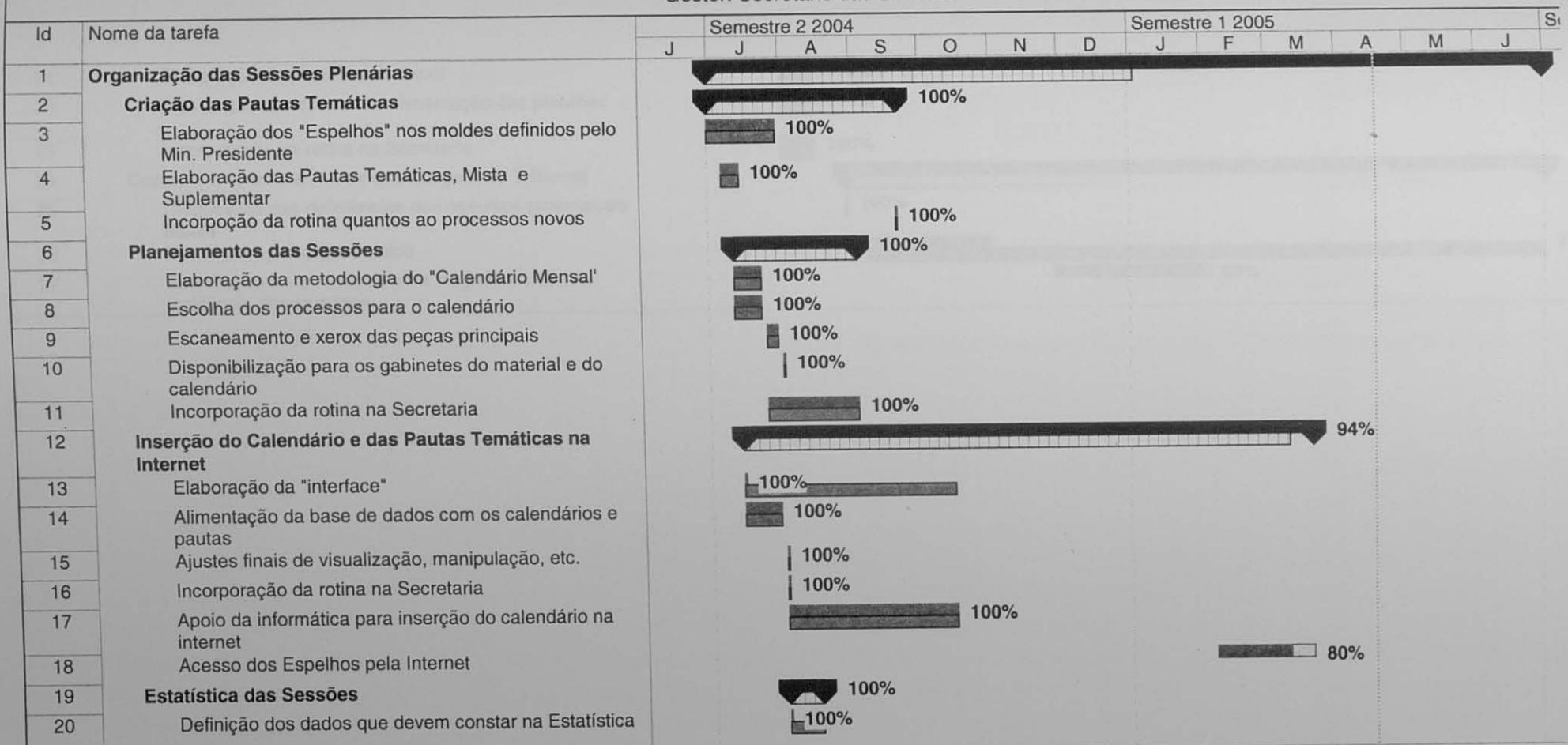


Projeto: Meta 06.mpp
Data: Seg 18/04/05

Crítica	Linha de base	Resumo do projeto	
Divisão crítica	Divisão da linha de base	Tarefas externas	
Andamento crítico	Etapa da linha de base	Etapa externa	
Tarefa	Etapa	Prazo final	
Divisão	Andamento do resumo		
Andamento da tarefa	Resumo		

Meta 07 - Implantação do controle de assuntos em tramitação

Gestor: Secretário das Sessões



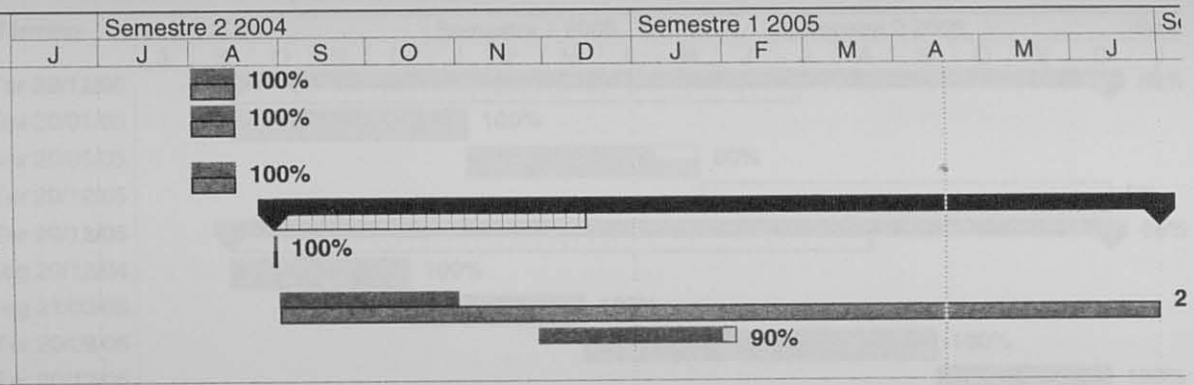
Projeto: Meta 07a
Data: Seg 18/04/05

Crítica
Divisão crítica
Andamento crítico
Tarefa
Divisão
Andamento da tarefa
Linha de base
Divisão da linha de base
Etapa da linha de base
Etapa
Andamento do resumo
Resumo
Resumo do projeto
Tarefas externas
Etapa externa
Prazo final

Meta 07 - Implantação do controle de assuntos em tramitação

Gestor: Secretário das Sessões

Id	Nome da tarefa
21	Elaboração de planilhas do Excel
22	Elaboração das rotinas de alimentação das planilhas
23	Incorporação da rotina na Secretaria
24	**Controle dos temas novos que surgem no Tribunal**
25	Diagnóstico das deficiências dos assuntos processuais atuais
26	Reestruturação dos assuntos
27	Elaboração da ferramenta para diagnóstico da incidência dos assuntos



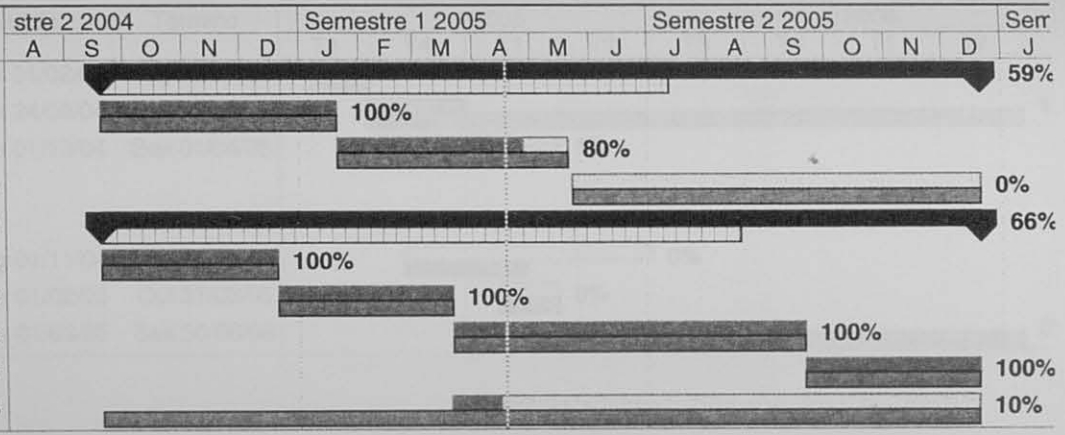
Projeto: Meta 07a
Data: Seg 18/04/05

Crítica	Linha de base	Resumo do projeto	
Divisão crítica	Divisão da linha de base	Tarefas externas	
Andamento crítico	Etapa da linha de base	Etapa externa	
Tarefa	Etapa	Prazo final	
Divisão	Andamento do resumo		
Andamento da tarefa	Resumo		

Meta 08 - Aperfeiçoamento do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário (BNDPJ)

Gestor: Assessor-Chefe de Planejamento e Organização

Nome da tarefa	Início	Término
Concepção de Sistema Integrado	**Seg 20/09/04**	**Ter 20/12/05**
Diagnóstico do BNDPJ	Seg 20/09/04	Qui 20/01/05
Estudo das necessidades de informação	Sex 21/01/05	Sex 20/05/05
Proposta de Sistema Integrado	Seg 23/05/05	Ter 20/12/05
Instituto de Pesquisa	**Seg 20/09/04**	**Ter 20/12/05**
Definição de missão e atividades	Seg 20/09/04	Seg 20/12/04
Definição de atos constitutivos	Ter 21/12/04	Seg 21/03/05
Estrutura Orgânica	Ter 22/03/05	Ter 20/09/05
Proposta de Projeto de Lei	Qua 21/09/05	Ter 20/12/05
Acompanhamento da Execução	Seg 21/03/05	Ter 20/12/05



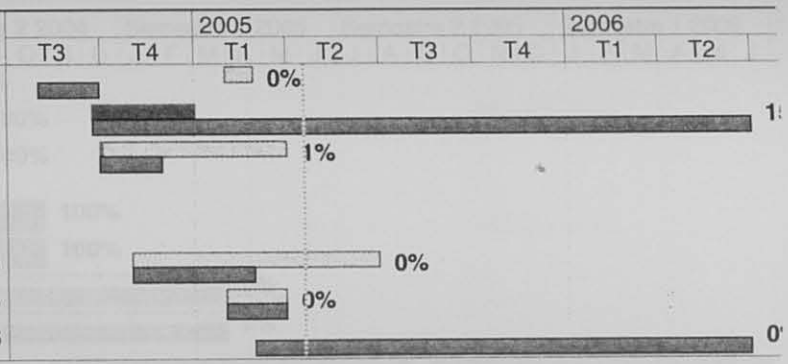
Projeto: Meta 08.mpp
Data: Seg 18/04/05

Crítica
Divisão crítica
Andamento crítico
Tarefa
Divisão
Andamento da tarefa
Linha de base
Divisão da linha de base
Etapa da linha de base
Etapa
Andamento do resumo
Resumo
Resumo do projeto
Tarefas externas
Etapa externa
Prazo final

Meta 09 - Reformulação do portal INFOJUS, compreendendo sua concepção, finalidade e abrangência

Gestor: Secretário de Informática

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	Criação de Grupo Gestor	Ter 01/02/05	Seg 28/02/05
2	Estabelecimento de forum de discussões	Sex 24/09/04	Sex 30/06/06
3	Levantamento das funcionalidades básicas (Certificação digital), processo eletrônico, peticionamento eletrônico, estatística do BNDPJ, Jurisprudência Corporativa, Gestão do Conhecimento, Portal do judiciário - Internet, Extranet e Intranet)	Sex 01/10/04	Sex 01/04/05
4	Elaboração do Plano Diretor	Seg 01/11/04	Qui 30/06/05
5	Apresentação do Plano Diretor	Ter 01/02/05	Qui 31/03/05
6	Execução do Plano Diretor	Ter 01/03/05	Sex 30/06/06



Projeto: Meta 09 - nova
Data: Seg 18/04/05

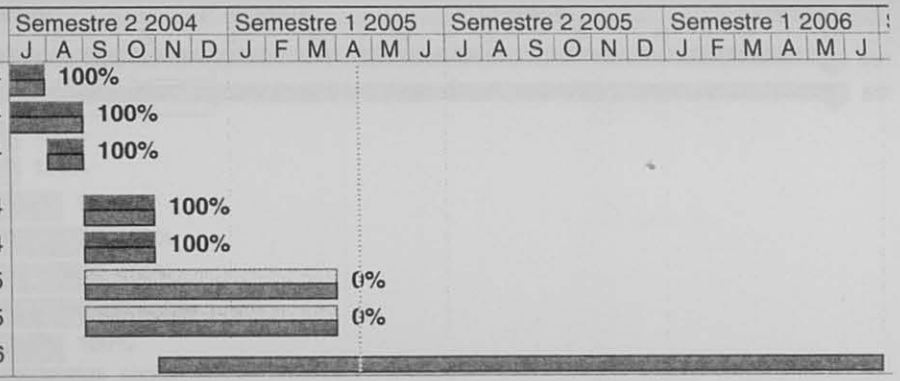
Crítica	Linha de base	Resumo do projeto	
Divisão crítica	Divisão da linha de base	Tarefas externas	
Andamento crítico	Etapa da linha de base	Etapa externa	
Tarefa	Etapa	Prazo final	
Divisão	Andamento do resumo		
Andamento da tarefa	Resumo		

Proc. nº 324.839
Fls. nº 95
Func.

Meta 10 - Introdução de um sistema de certificação digital

Gestor: Secretário de Informática

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	Análise de requisitos da Certificação Digital	Qui 01/07/04	Sex 30/07/04
2	Elaboração de Proposta	Qui 01/07/04	Ter 31/08/04
3	Apresentação técnica da proposta de certificação para Pres. do STF Min. Nelson Jobim	Seg 02/08/04	Ter 31/08/04
4	Análise da proposta do STJ	Qua 01/09/04	Sex 29/10/04
5	Definição de alternativa técnica a ser implementada	Qua 01/09/04	Sex 29/10/04
6	Projeto Básico da solução	Qua 01/09/04	Qua 30/03/05
7	Normatização	Qua 01/09/04	Qua 30/03/05
8	Implementação da Certificação Digital	Seg 01/11/04	Sex 30/06/06



Projeto: Meta 10.mpp
Data: Seg 18/04/05

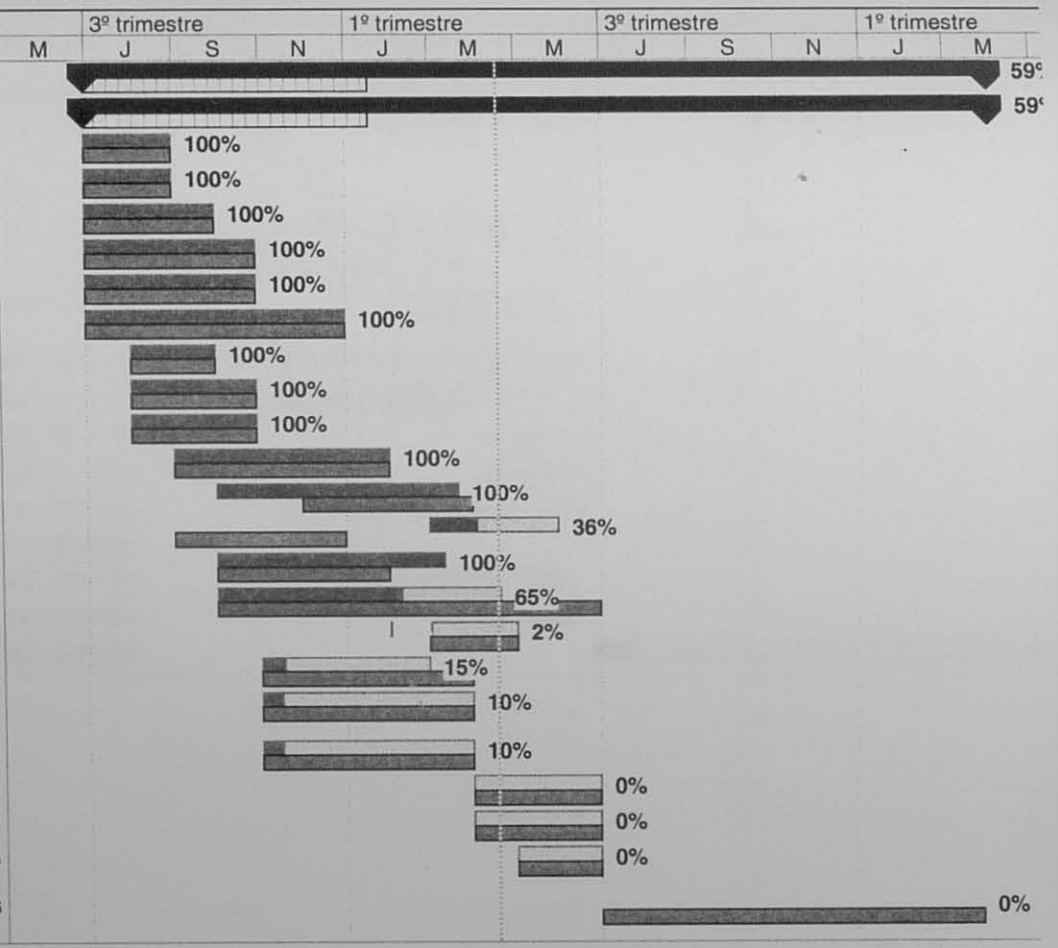
Crítica		Linha de base		Resumo do projeto	
Divisão crítica		Divisão da linha de base		Tarefas externas	
Andamento crítico		Etapa da linha de base		Etapa externa	
Tarefa		Etapa		Prazo final	
Divisão		Andamento do resumo			
Andamento da tarefa		Resumo			

Proc. nº 324 837
Fls. nº 96
Rubr.

Meta 11 - Reformulação e regulamentação da intranet

Gestor: Secretário de Informática

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	**Desenvolvimento de Sistemas da Internet e Intranet.**	**Qui 01/07/04**	**Sex 31/03/06**
2	**Atividades**	**Qui 01/07/04**	**Sex 31/03/06**
3	Módulos: Cadastro de Funcionários	Qui 01/07/04	Ter 31/08/04
4	Módulos: Visualização e Download Petição	Qui 01/07/04	Ter 31/08/04
5	Módulos: Atualização Tabela de Setores	Qui 01/07/04	Qui 30/09/04
6	Módulos: Cadastro de Obras de Arte	Qui 01/07/04	Sex 29/10/04
7	Módulos: Contracheque na Internet	Qui 01/07/04	Sex 29/10/04
8	Módulos: Biblioteca dos Ministros	Qui 01/07/04	Sex 31/12/04
9	Módulos: Site Encontro da Atividade Judiciária	Seg 02/08/04	Qui 30/09/04
10	Módulos: Acesso às Bibliografias	Seg 02/08/04	Sex 29/10/04
11	Módulos: Licitações - Publicação de Questioname	Seg 02/08/04	Sex 29/10/04
12	Módulos: Revista Trimestral Jurisprudência	Qua 01/09/04	Seg 31/01/05
13	Módulos: Publicação de Normas Extradição	Sex 01/10/04	Seg 21/03/05
14	Módulos: Site Núcleo da Qualidade	Ter 01/03/05	Ter 31/05/05
15	Módulos: Notícias	Sex 01/10/04	Sex 11/03/05
16	Módulos: Inventário Museológico	Sex 01/10/04	Qua 20/04/05
17	Módulos: Site Biblioteca	Ter 01/02/05	Seg 02/05/05
18	Módulos: Site Secretaria de Judiciária	Seg 01/11/04	Seg 28/02/05
19	Módulos: Composição e Publicação de Periódicos (Automação de Entrada de Dados	Seg 01/11/04	Qui 31/03/05
20	Módulos: Quem é Quem (Vínculo com SGRH)	Seg 01/11/04	Qui 31/03/05
21	Módulos: Publicação de Informativos	Sex 01/04/05	Qui 30/06/05
22	Módulos: Identidade Visual STF - Site Internet	Sex 01/04/05	Qui 30/06/05
23	Propositura de Ato Normativo para regulamentação da Intranet.	Seg 02/05/05	Qui 30/06/05
24	Adequação dos sistemas atuais para a nova concepção.	Sex 01/07/05	Sex 31/03/06



Projeto: Meta 11 - nova
Data: Seg 18/04/05

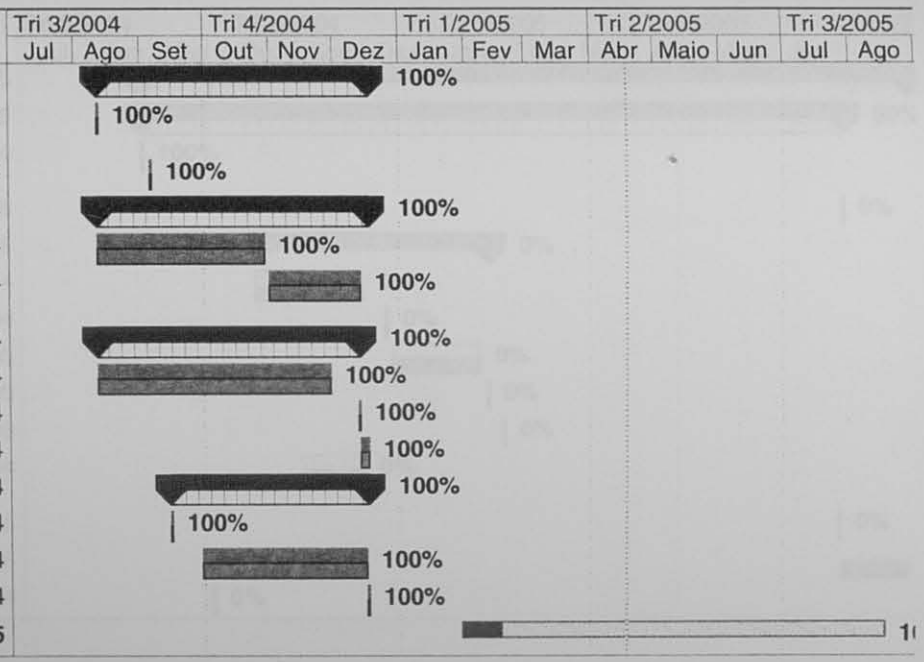
Crítica		Linha de base	Resumo do projeto
Divisão crítica		Divisão da linha de base	Tarefas externas
Andamento crítico		Etapa da linha de base	Etapa externa
Tarefa		Etapa	Prazo final
Divisão		Andamento do resumo	
Andamento da tarefa		Resumo	

Proc. nº 3258334
Rubrica 92
Func. 69

Meta 12 - Reformulação da TV Justiça

Gestor: Secretário de Comunicação Social

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	**Reformulação da TV Justiça**	**Qui 12/08/04**	**Sex 17/12/04**
2	Realização de Seminário de Planejamento Estratégico	Qui 12/08/04	Qui 12/08/04
3	Contratação de consultoria externa (FGV)	Seg 06/09/04	Seg 06/09/04
4	**Elaboração do Projeto de Consultoria da TV**	**Qui 12/08/04**	**Sex 17/12/04**
5	Desenvolvimento do pré-projeto	Qui 12/08/04	Sex 29/10/04
6	Desenvolvimento de marca e programação visual	Seg 01/11/04	Seg 13/12/04
7	**Realização de pesquisa**	**Qui 12/08/04**	**Seg 13/12/04**
8	Coleta e análise de dados	Qui 12/08/04	Seg 29/11/04
9	apresentação dos resultados	Seg 13/12/04	Seg 13/12/04
10	Elaboração do Projeto Final	Ter 14/12/04	Sex 17/12/04
11	**Concessão de TV Aberta**	**Qua 15/09/04**	**Sex 17/12/04**
12	Reunião com Min. Comununicações	Qua 15/09/04	Qua 15/09/04
13	Elaboração de documentação	Qui 30/09/04	Qui 16/12/04
14	Encaminhamento de solicitação	Sex 17/12/04	Sex 17/12/04
15	**Implementação do Projeto de atualização da TV J**	**Seg 31/01/05**	**Qui 18/08/05**



Projeto: Meta 12.mpp
Data: Seg 18/04/05

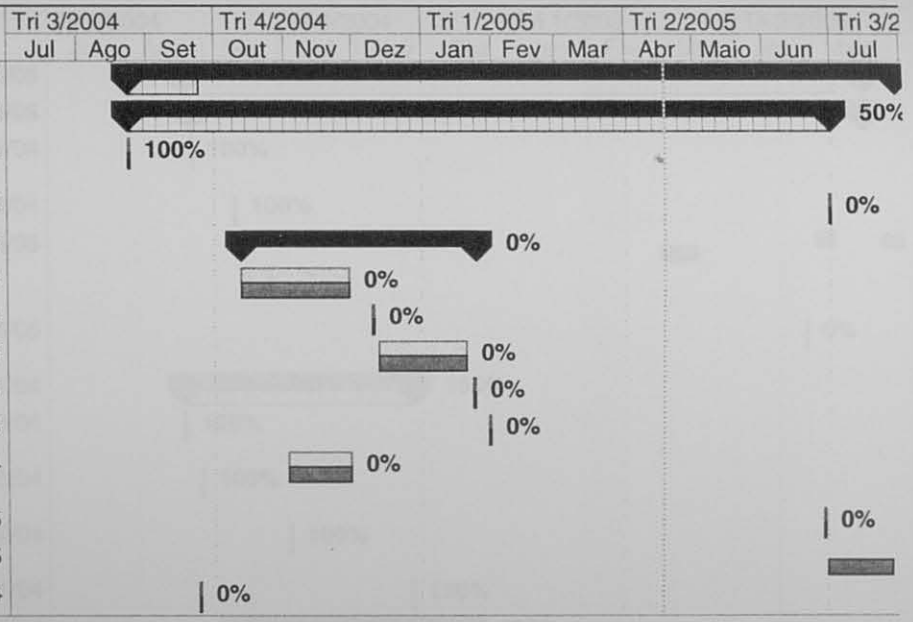
Crítica	Linha de base	Resumo do projeto
Divisão crítica	Divisão da linha de base	Tarefas externas
Andamento crítico	Etapa da linha de base	Etapa externa
Tarefa	Etapa	Prazo final
Divisão	Andamento do resumo	
Andamento da tarefa	Resumo	

Proc. nº 321 837
Fls. nº 98
Rubr.

Meta 13 - Avaliação de formato e concepção iniciais da Rádio Justiça

Gestor: Secretário de Comunicação Social

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	**Estruturação da Rádio Justiça**	**Ter 24/08/04**	**Sex 29/07/05**
2	**Aquisição de faixa de Rádio Freqüencia**	**Ter 24/08/04**	**Qui 30/06/05**
3	Solicitação de nova faixa à ANATEL e Ministério das Comunicações	Ter 24/08/04	Ter 24/08/04
4	Recebimento de faixa	Qui 30/06/05	Qui 30/06/05
5	**Contratação de Consultoria (Projeto Técnico)**	**Qua 13/10/04**	**Seg 24/01/05**
6	Elaboração de projeto básico	Qua 13/10/04	Seg 29/11/04
7	Assinatura do contrato	Sex 10/12/04	Sex 10/12/04
8	Elaboração de Projeto Técnico	Seg 13/12/04	Qui 20/01/05
9	Apresentação do Projeto Técnico	Seg 24/01/05	Seg 24/01/05
10	Entrega do Projeto Técnico à ANATEL	Seg 31/01/05	Seg 31/01/05
11	Elaboração de Projeto de Conteúdo da Rádio Justiça	Qua 03/11/04	Ter 30/11/04
12	Aprovação do Projeto Técnico pela ANATEL	Qua 29/06/05	Qua 29/06/05
13	Implementação da Rádio	Sex 01/07/05	Sex 29/07/05
14	Inauguração	Sex 24/09/04	Sex 24/09/04



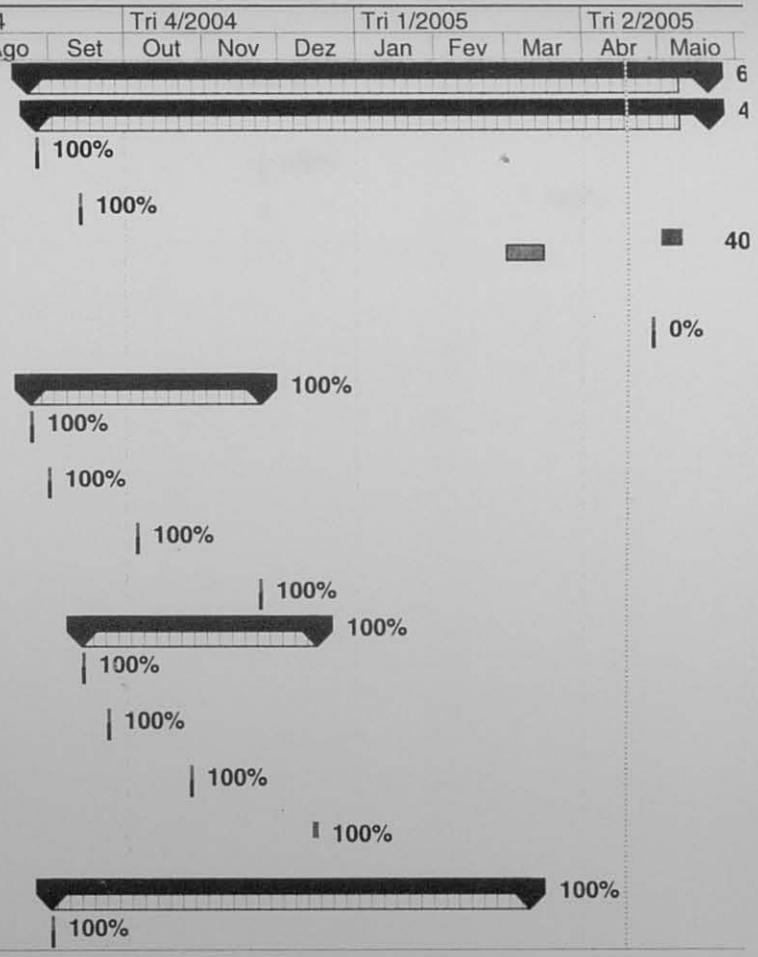
Projeto: Meta 13.mpp
Data: Seg 18/04/05

Crítica	Linha de base	Resumo do projeto	
Divisão crítica	Divisão da linha de base	Tarefas externas	
Andamento crítico	Etapa da linha de base	Etapa externa	
Tarefa	Etapa	Prazo final	
Divisão	Andamento do resumo		
Andamento da tarefa	Resumo		

Meta 14 - Consolidação dos encontros nacionais sobre administração judiciária

Gestor: Assessor-Chefe da Assessoria de Planejamento e Organização

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	**Encontros**	**Ter 24/08/04**	**Sex 20/05/05**
2	**Nacionais**	**Sex 27/08/04**	**Sex 20/05/05**
3	Realização do Encontro Nacional de Informática do Poder Judiciário	Sex 27/08/04	Sex 27/08/04
4	Reunião com Conselho Federal da OAB	Seg 13/09/04	Seg 13/09/04
5	**Realização do 1º Seminário : Justiça em Números - Indicadores Estaísticos do Poder Judiciário Brasileiro**	**Seg 02/05/05**	**Sex 20/05/05**
6	Realização do Encontro Nacional de Jurisprudência	Qui 28/04/05	Qui 28/04/05
7	**Justiça Federal**	**Ter 24/08/04**	**Ter 23/11/04**
8	Reunião com os Presidentes dos STJ, CJF e TRF's	Ter 24/08/04	Ter 24/08/04
9	1ª Reunião Técnica da Justiça Federal (indicadores estatísticos)	Ter 31/08/04	Ter 31/08/04
10	2ª Reunião Técnica da Justiça Federal (indicadores estatísticos)	Ter 05/10/04	Ter 05/10/04
11	3ª. Reunião Técnica da Justiça Federal	Ter 23/11/04	Ter 23/11/04
12	**Justiça Estadual**	**Seg 13/09/04**	**Qua 15/12/04**
13	Reunião com o Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça	Seg 13/09/04	Seg 13/09/04
14	1ª Reunião Técnica da Justiça Estadual (indicadores estatísticos)	Qui 23/09/04	Qui 23/09/04
15	Reunião com os Procuradores Gerais de Justiça do Estados	Ter 26/10/04	Ter 26/10/04
16	2ª Reunião Técnica da Justiça Estadual (indicadores estatísticos)	Ter 14/12/04	Qua 15/12/04
17	**Justiça Trabalhista**	**Ter 31/08/04**	**Qui 10/03/05**
18	Reunião com Ministros do TST	Ter 31/08/04	Ter 31/08/04



Projeto: Meta 14.mpp
Data: Seg 18/04/05

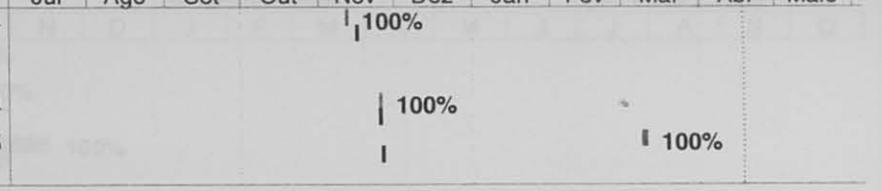
Crítica		Linha de base		Resumo do projeto	
Divisão crítica		Divisão da linha de base		Tarefas externas	
Andamento crítico		Etapa da linha de base		Etapa externa	
Tarefa		Etapa		Prazo final	
Divisão		Andamento do resumo			
Andamento da tarefa		Resumo			

Proc. nº 324 839
Fls. nº 100
Func.

Meta 14 - Consolidação dos encontros nacionais sobre administração judiciária

Gestor: Assessor-Chefe da Assessoria de Planejamento e Organização

Id	Nome da tarefa	Início	Término
19	Reunião com o Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho	Sex 12/11/04	Sex 12/11/04
20	1ª Reunião Técnica da Justiça do Trabalho	Qui 25/11/04	Qui 25/11/04
21	2ª Reunião Técnica da Justiça do Trabalho (indicadores estatísticos)	Qua 09/03/05	Qui 10/03/05



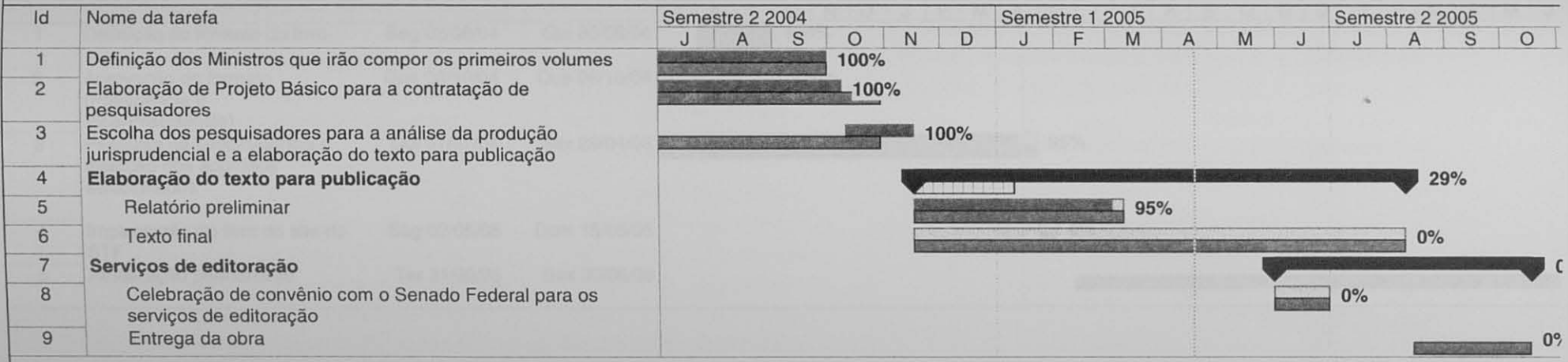
Projeto: Meta 14.mpp
Data: Seg 18/04/05

Crítica
Divisão crítica
Andamento crítico
Tarefa
Divisão
Andamento da tarefa
Linha de base
Divisão da linha de base
Etapa da linha de base
Etapa
Andamento do resumo
Resumo
Resumo do projeto
Tarefas externas
Etapa externa
Prazo final

Proc. nº 338.834
Fls. nº 101
Fund.

Meta 15 - Seleção dos acórdãos mais relevantes proferidos pelos Ministros e realização da exegese do seu modo de decidir e d sua técnica interpretativa

Gestor: Secretária de Documentação



Projeto: Meta 15 - nova
Data: Seg 18/04/05

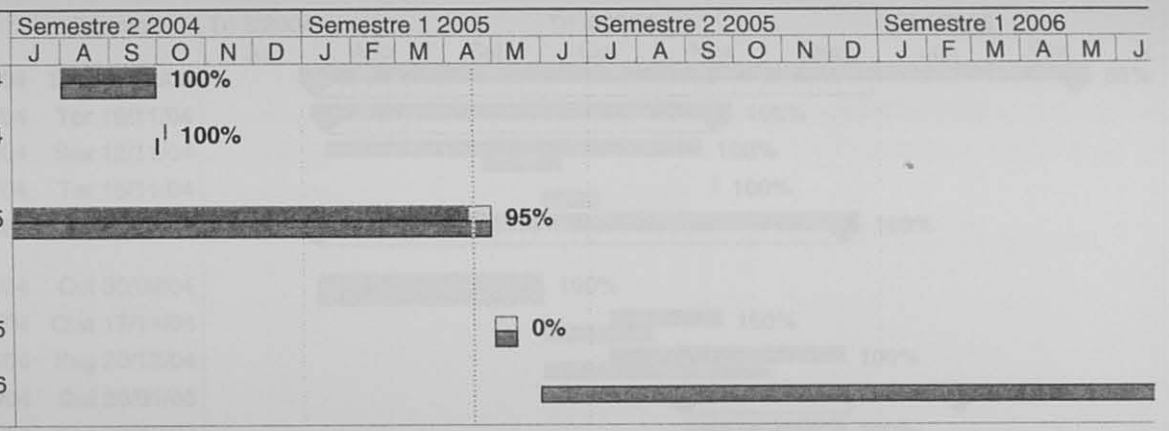
Crítica	Linha de base	Resumo do projeto	
Divisão crítica	Divisão da linha de base	Tarefas externas	
Andamento crítico	Etapa da linha de base	Etapa externa	
Tarefa	Etapa	Prazo final	
Divisão	Andamento do resumo		
Andamento da tarefa	Resumo		

Proc. nº 324834
Fls. nº 102
Rubr.

Meta 16 - Constituição dos Ministros

Gestor: Secretária de Documentação

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	Definição do formato do livro	Seg 02/08/04	Qui 30/09/04
2	Aprovação do formato (Presidência e Vice-Presidência)	Qua 06/10/04	Qua 06/10/04
3	Pesquisa da jurisprudência e inserção dos acórdãos selecionados	Qui 01/07/04	Sex 29/04/05
4	Implantação do livro no site do STF	Seg 02/05/05	Dom 15/05/05
5	Atualização permanente	Ter 31/05/05	Sex 30/06/06



Projeto: Meta 16 - nova
Data: Seg 18/04/05

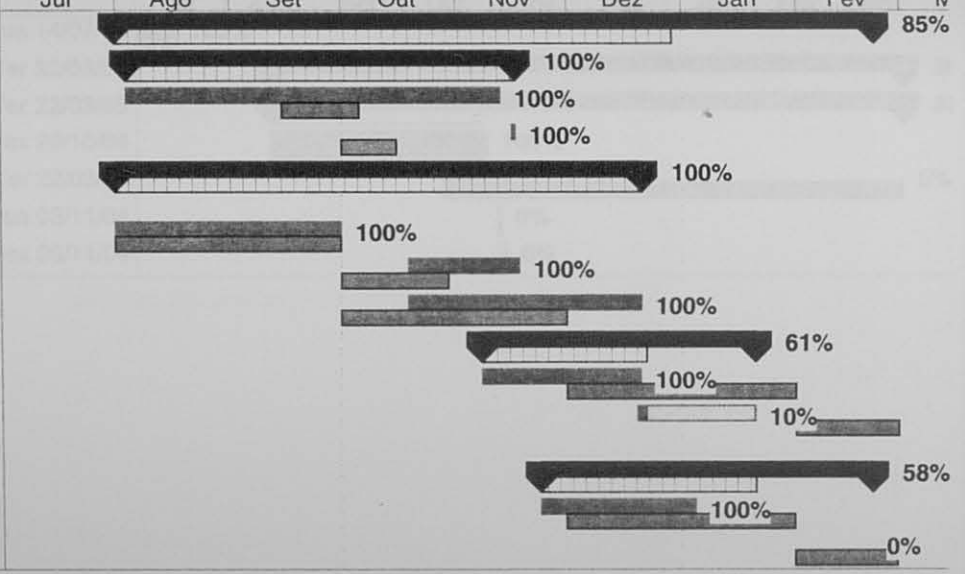
Crítica		Linha de base	Resumo do projeto
Divisão crítica		Divisão da linha de base	Tarefas externas
Andamento crítico		Etapa da linha de base	Etapa externa
Tarefa		Etapa	Prazo final
Divisão		Andamento do resumo	
Andamento da tarefa		Resumo	

Fls. 103
3218834

Meta 17 - Elaboração de textos inéditos, recolhimento de desenhos, croquis, reproduções de obras de arte e fotográficas

Gestor: Secretária de Documentação

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	**Elaboração de livro Institucional**	**Dom 01/08/04**	**Seg 21/02/05**
2	**Tradução de textos (inglês/espanhol)**	**Qua 04/08/04**	**Ter 16/11/04**
3	Fornecimento de textos para tradução	Qua 04/08/04	Sex 12/11/04
4	Recebimento dos textos traduzidos	Ter 16/11/04	Ter 16/11/04
5	**Contratação de consultoria para elaboração de projeto editorial e gráfico**	**Dom 01/08/04**	**Seg 20/12/04**
6	Elaboração de projeto básico/licitação	Dom 01/08/04	Qui 30/09/04
7	Fornecimentos dos textos finais	Ter 19/10/04	Qua 17/11/04
8	Elaboração de projeto editorial e gráfico	Ter 19/10/04	Seg 20/12/04
9	**Contratação de serviços de pré-impressão**	**Seg 08/11/04**	**Qui 20/01/05**
10	Elaboração de projeto básico/licitação	Seg 08/11/04	Seg 20/12/04
11	Entrega de pré-impressão (provas e fotolitos)	Seg 20/12/04	Qui 20/01/05
12	**Contratação de serviços de impressão**	**Qua 24/11/04**	**Seg 21/02/05**
13	Elaboração de projeto básico/licitação	Qua 24/11/04	Ter 04/01/05
14	Impressão da obra	Sex 21/01/05	Seg 21/02/05



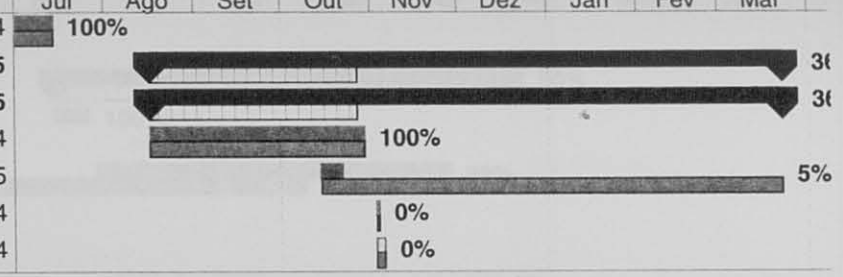
Projeto: Meta 17 - nova
Data: Seg 18/04/05

Crítica
Divisão crítica
Andamento crítico
Tarefa
Divisão
Andamento da tarefa
Linha de base
Divisão da linha de base
Etapa da linha de base
Etapa
Andamento do resumo
Resumo
Resumo do projeto
Tarefas externas
Etapa externa
Prazo final

Meta 18 - Introdução do formato *txt* para acórdãos publicados antes de 1996

Gestor: Secretária de Documentação

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	Análise do sistema textual para os acórdãos	Qui 01/07/04	Qua 14/07/04
2	**Conversão dos acórdãos para o fomato txt (pela SEI)**	**Ter 17/08/04**	**Ter 22/03/05**
3	**Solução de problemas de conversão para o formato txt**	**Ter 17/08/04**	**Ter 22/03/05**
4	1ª etapa - delimitação do marco inicial	Ter 17/08/04	Sex 29/10/04
5	2ª etapa - período 1996 ao marco inicial	Sex 15/10/04	Ter 22/03/05
6	3ª etapa - anterior a 1996	Qua 03/11/04	Qua 03/11/04
7	Inclusão dos acórdãos na Internet (formato txt)	Qua 03/11/04	Sex 05/11/04



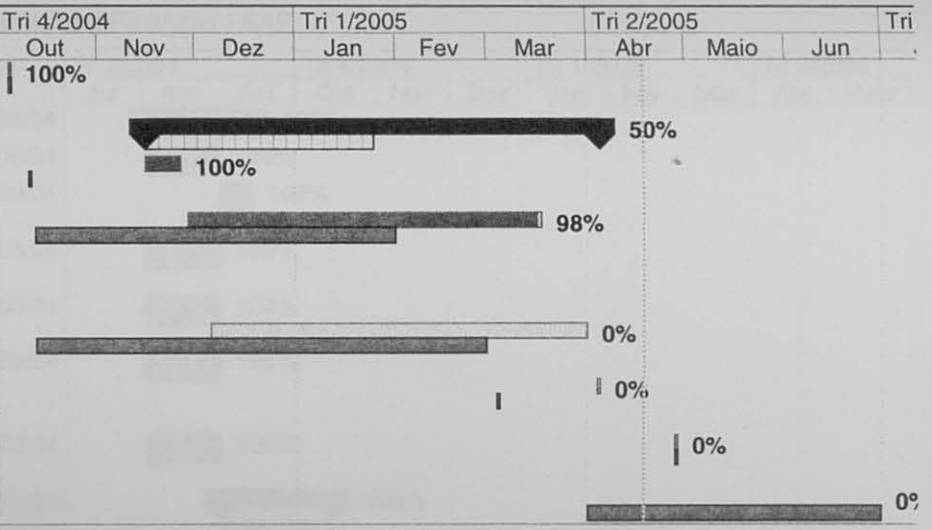
Projeto: Meta 18 - nova
Data: Seg 18/04/05

Crítica		Linha de base		Resumo do projeto	
Divisão crítica		Divisão da linha de base		Tarefas externas	
Andamento crítico		Etapa da linha de base		Etapa externa	
Tarefa		Etapa		Prazo final	
Divisão		Andamento do resumo			
Andamento da tarefa		Resumo			

Meta 19 - Introdução de um sistema de apresentação da jurisprudência na internet

Gestor: Secretária de Documentação

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	Reunião preliminar para estudo da viabilidade de padronização do sistema de pesquisa e	Ter 05/10/04	Ter 05/10/04
2	**Elaboração de planejamento estratégico**	**Ter 16/11/04**	**Seg 04/04/05**
3	Criação do grupo de trabalho com representantes de tribunais	Ter 16/11/04	Sex 26/11/04
4	Definição de padrões dos sites nos pontos relativos à apresentação, à pesquisa e à recuperação da jurisprudência	Seg 29/11/04	Qui 17/03/05
5	Realização de estudo com vistas a padronizar a indexação	Seg 06/12/04	Qui 31/03/05
6	Apresentação do planejamento estratégico	Seg 04/04/05	Seg 04/04/05
7	Realização de encontro nacional com representantes de todos os tribunais	Qui 28/04/05	Qui 28/04/05
8	Implantação	Seg 04/04/05	Qui 30/06/05



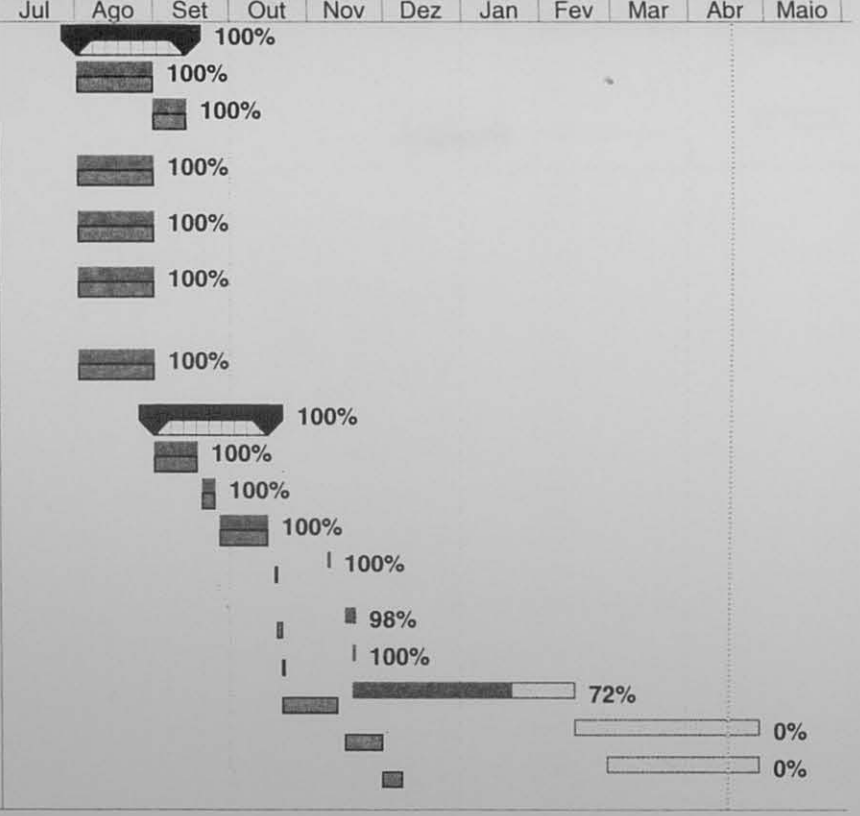
Projeto: Meta 19 - nova
Data: Seg 18/04/05

Crítica	Linha de base	Resumo do projeto	
Divisão crítica	Divisão da linha de base	Tarefas externas	
Andamento crítico	Etapa da linha de base	Etapa externa	
Tarefa	Etapa	Prazo final	
Divisão	Andamento do resumo		
Andamento da tarefa	Resumo		

Meta 20 - Desenvolvimento de modelo orçamentário que possibilite identificar a situação de cada estado em relação às dívidas precatórios

Gestor: Coordenadora de Orçamento e Finanças - SAF

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	**Simulação da Situação Problema (SP)**	**Seg 02/08/04**	**Seg 13/09/04**
2	Levantamento da RCL do Estado - 2000 a 2004	Seg 02/08/04	Ter 31/08/04
3	Projeção da RCL do Estado com base na média de seu crescimento	Qua 01/09/04	Seg 13/09/04
4	Levantamento dos Precatórios consignados nos orçamentos de 2000 a 2004	Seg 02/08/04	Ter 31/08/04
5	Elaboração de demonstrativo do comprometimento da RCL do Estado com pagamento de precatórios	Seg 02/08/04	Ter 31/08/04
6	Projeção dos pagamentos de precatórios tendo como base a média da capacidade de pagamento nos anos de 2000 a 2004	Seg 02/08/04	Ter 31/08/04
7	Apuração do tempo necessário para quitar o estoque da dívida de precatórios	Seg 02/08/04	Ter 31/08/04
8	**Desenvolvimento da base de dados**	**Qua 01/09/04**	**Sex 15/10/04**
9	Definição da estrutura do banco de dados	Qua 01/09/04	Sex 17/09/04
10	Elaboração do protótipo	Seg 20/09/04	Sex 24/09/04
11	Concepção do banco de dados	Seg 27/09/04	Sex 15/10/04
12	Divulgação do sistema para os técnicos dos Tribunais de Justiça	Ter 09/11/04	Ter 09/11/04
13	Habilitação dos usuários para utilização do Sistema	Ter 16/11/04	Sex 19/11/04
14	Disponibilização do banco de dados na internet	Sex 19/11/04	Sex 19/11/04
15	Entrada dos dados	Sex 19/11/04	Ter 15/02/05
16	Análise dos dados informados	Qua 16/02/05	Sáb 30/04/05
17	Formulação de propostas para resolução do problema (modelagens)	Ter 01/03/05	Sáb 30/04/05



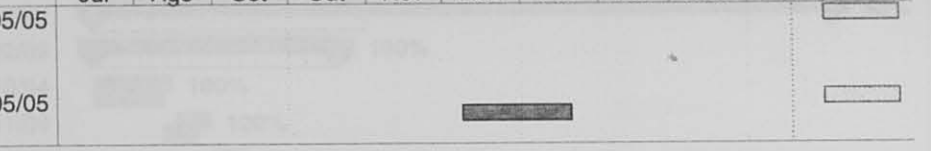
Projeto: Meta 20.mpp
Data: Seg 18/04/05

Crítica
Divisão crítica
Andamento crítico
Tarefa
Divisão
Andamento da tarefa
Linha de base
Divisão da linha de base
Etapa da linha de base
Etapa
Andamento do resumo
Resumo
Resumo do projeto
Tarefas externas
Etapa externa
Prazo final

Meta 20 - Desenvolvimento de modelo orçamentário que possibilite identificar a situação de cada estado em relação às dívidas precatórios

Gestor: Coordenadora de Orçamento e Finanças - SAF

Id	Nome da tarefa	Início	Término
18	Realização de reuniões com os Secretários Estaduais de Fazenda, Tribunais de Conta e Tribunais de Justiça para compatibilização das informações	Dom 01/05/05	Seg 30/05/05
19	Estabelecimento de parceria com o Executivo e o Legislativo	Dom 01/05/05	Seg 30/05/05



Projeto: Meta 20.mpp
Data: Seg 18/04/05

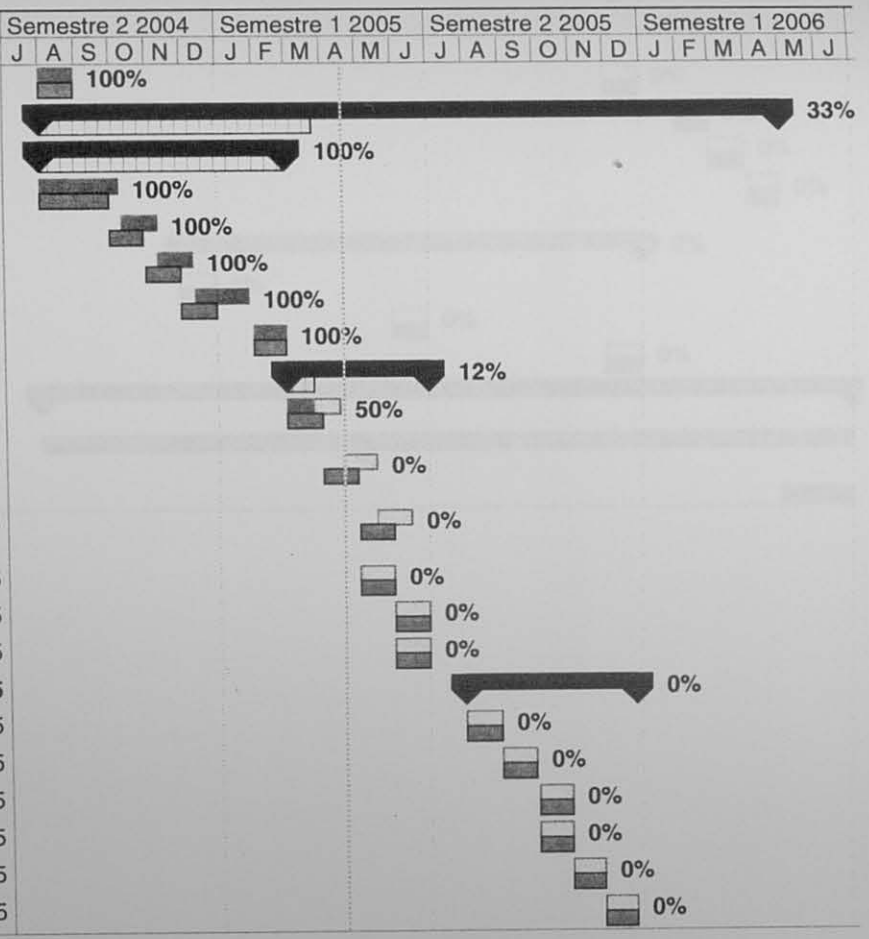
Crítica
Divisão crítica
Andamento crítico
Tarefa
Divisão
Andamento da tarefa
Linha de base
Divisão da linha de base
Etapa da linha de base
Etapa
Andamento do resumo
Resumo
Resumo do projeto
Tarefas externas
Etapa externa
Prazo final

SF/CONORF
Fls. 108
Proc. 33218.334

Meta 21 - Acompanhamento e revisão dos custos das atividades do STF

Gestor: Secretário de Controle Interno

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	Segmentação das despesas	Seg 02/08/04	Ter 31/08/04
2	**Análise dos centros de custos**	**Seg 02/08/04**	**Sáb 29/04/06**
3	**1ª Etapa**	**Seg 02/08/04**	**Seg 28/02/05**
4	Divulgação institucional	Seg 02/08/04	Sex 08/10/04
5	Manutenção Predial	Seg 11/10/04	Qua 10/11/04
6	Serviços com locação de mão-de-obra	Qui 11/11/04	Sex 10/12/04
7	Recursos Humanos (gastos pontuais)	Seg 13/12/04	Qui 27/01/05
8	Recursos Humanos (despesas com pessoal)	Ter 01/02/05	Seg 28/02/05
9	**2ª Etapa**	**Ter 01/03/05**	**Qui 30/06/05**
10	Aquisições, Locações e Manutenção de Máquinas e Equipamentos	Ter 01/03/05	Sex 15/04/05
11	Aquisição de licenças e Manutenção de softwares	Seg 18/04/05	Seg 16/05/05
12	Serviços e Materiais Bibliográficos, Periódicos e Assinaturas	Ter 17/05/05	Qua 15/06/05
13	Outros Serviços de Publicidade e Divulgação	Seg 02/05/05	Ter 31/05/05
14	Serviços de Consultoria	Qua 01/06/05	Qui 30/06/05
15	Convênios, Acordos e outros ajustes	Qua 01/06/05	Qui 30/06/05
16	**3ª Etapa**	**Seg 01/08/05**	**Seg 26/12/05**
17	Materiais para estoque	Seg 01/08/05	Qua 31/08/05
18	Material de Copa e Cozinha	Qui 01/09/05	Sex 30/09/05
19	Aquisições e Manutenção veicular	Seg 03/10/05	Seg 31/10/05
20	Outras Contratações	Seg 03/10/05	Seg 31/10/05
21	Serviços de Limpeza e Higiene	Ter 01/11/05	Seg 28/11/05
22	Serviços Públicos	Ter 29/11/05	Seg 26/12/05



Projeto: Meta 21.mpp
Data: Seg 18/04/05

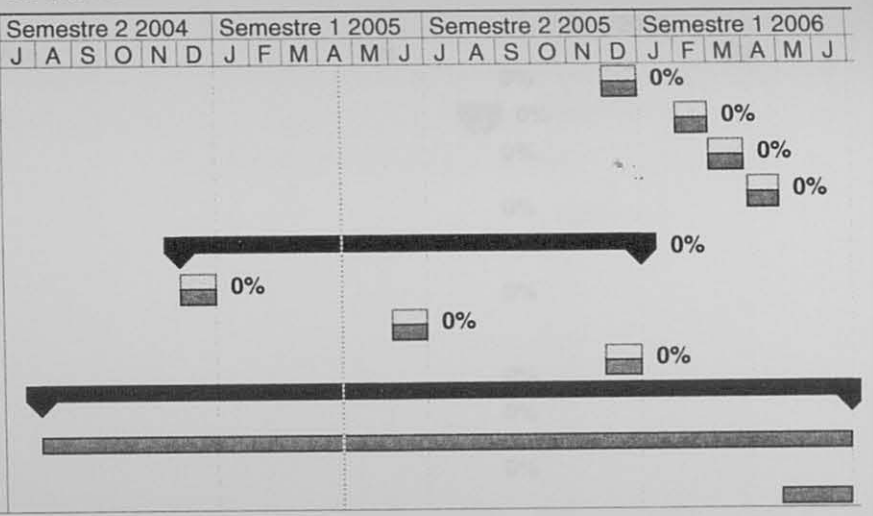
Crítica
Divisão crítica
Andamento crítico
Tarefa
Divisão
Andamento da tarefa
Linha de base
Divisão da linha de base
Etapa da linha de base
Etapa
Andamento do resumo
Resumo
Resumo do projeto
Tarefas externas
Etapa externa
Prazo final

Proc. nº 327837
Fls. nº 109
Rub.
Func.

Meta 21 - Acompanhamento e revisão dos custos das atividades do STF

Gestor: Secretário de Controle Interno

Id	Nome da tarefa	Início	Término
23	Divulgação Institucional	Qui 01/12/05	Sex 30/12/05
24	Manutenção Predial	Qua 01/02/06	Ter 28/02/06
25	Serviços com locação de mão-de-obra	Qua 01/03/06	Qui 30/03/06
26	Aquisições de Licenças, Locações Manutenção de softwares	Seg 03/04/06	Sáb 29/04/06
27	**Desenvolvimentos de modelos aplicativos**	**Qua 01/12/04**	**Sáb 31/12/05**
28	Desenvolvimento 1ª Etapa	Qua 01/12/04	Sex 31/12/04
29	Desenvolvimento 2ª Etapa	Qua 01/06/05	Qui 30/06/05
30	Desenvolvimento 3ª Etapa	Qui 01/12/05	Sáb 31/12/05
31	**Avaliações**	**Seg 02/08/04**	**Sex 30/06/06**
32	Reavaliação dos segmentos, dos intrumentos avaliativos e dos modelos aplicativos	Seg 02/08/04	Sex 30/06/06
33	Avaliação final sobre o alcance do objetivo	Ter 02/05/06	Sex 30/06/06



Projeto: Meta 21.mpp
Data: Seg 18/04/05

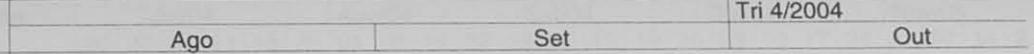
Crítica
Divisão crítica
Andamento crítico
Tarefa
Divisão
Andamento da tarefa
Linha de base
Divisão da linha de base
Etapa da linha de base
Etapa
Andamento do resumo
Resumo
Resumo do projeto
Tarefas externas
Etapa externa
Prazo final

Fls. nº 110

Meta 22 - Elaboração e atualização do Manual de Atos Oficiais Administrativos

Gestor: Secretária de Documentação

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	Instituição de grupo de trabalho	Sex 24/09/04	Sex 24/09/04
2	**Elaboração do Manual**	**Sex 24/09/04**	**Sex 24/09/04**
3	Criação de esboço das matérias que devem constar do Manual	Sex 24/09/04	Sex 24/09/04
4	Divisão dos temas entre os membros do grupo para estudo e desenvolvimento	Sex 24/09/04	Sex 24/09/04
5	Levantametno de informações e modelos de atos oficiais utilizados pela Secretaria do Tribunal	Sex 24/09/04	Sex 24/09/04
6	Escolha do modelo gráfico	Sex 24/09/04	Sex 24/09/04
7	Edição do Manual de Atos Oficiais Administrativos	Sex 24/09/04	Sex 24/09/04
8	Acompanhamento das eventuais necessidades de atualização	Sex 24/09/04	Sex 24/09/04



Projeto: Meta 19 - nova
Data: Seg 18/04/05

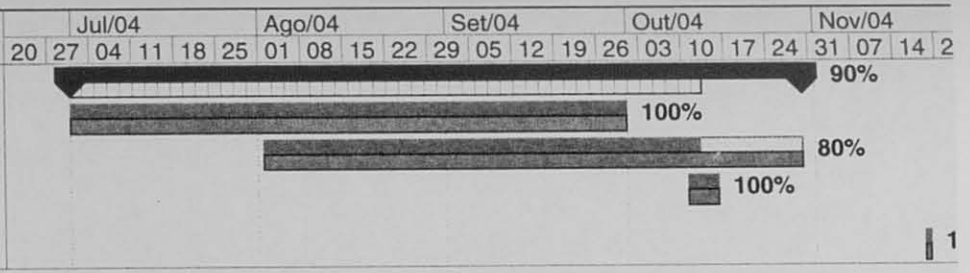
Crítica
Divisão crítica
Andamento crítico
Tarefa
Divisão
Andamento da tarefa
Linha de base
Divisão da linha de base
Etapa da linha de base
Etapa
Andamento do resumo
Resumo
Resumo do projeto
Tarefas externas
Etapa externa
Prazo final

Proc. nº 3218/24
Fls. nº 111
Func.

Meta 1 - Desenvolvimento de parceria com lideranças sindicais e associação de servidores

Gestor: Secretária de Recursos Humanos

Id	Nome da tarefa	Início	Término
1	**Encontro com as Lideranças Sindicais**	**Qui 01/07/04**	**Sex 29/10/04**
2	Revisão da GAJ	Qui 01/07/04	Qui 30/09/04
3	Estudo do PCS	Seg 02/08/04	Sex 29/10/04
4	Apresentação do anteprojeto ao DG/Fim da Comissão	Seg 11/10/04	Sex 15/10/04
5	Reunião do DG com delegados sindicais	Sex 19/11/04	Sex 19/11/04



Projeto: Meta 22-NOVA
Data: Seg 18/04/05

Crítica
Divisão crítica
Andamento crítico
Tarefa
Divisão
Andamento da tarefa
Linha de base
Divisão da linha de base
Etapa da linha de base
Etapa
Andamento do resumo
Resumo
Resumo do projeto
Tarefas externas
Etapa externa
Prazo final

Proc. nº 32183/1
Fls. nº 112
Func.

INDICADORES ESTATÍSTICOS DA JUSTIÇA

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização
2. Litigiosidade e Carga de Trabalho
3. Acesso à Justiça

Proc. nº 3218234
Fls. nº 113

1. Insumos, dotações e graus de utilização

1.1. DESPESA DO PODER JUDICIÁRIO SOBRE O PIB

$$G_1 = \frac{PJ}{PIB}$$

Onde:

PJ ⇒ **Orçamento do Poder Judiciário em 2003**

PIB ⇒ **Produto Interno Bruto**

Observações:

1. **Considera-se despesa o valor realizado do orçamento de 2003 do Poder Judiciário, excluídos os precatórios, as RPV's e gastos que não sejam próprios do Poder Judiciário**
2. **Dados distribuídos por grupo de despesa (pessoal/custeio/capital).**
3. **O STF informará o valor de PIB a ser utilizado como padrão.**

Proa nº 358 824
Fls. nº 114

1. Insumos...

1.2. DESPESA DO PODER JUDICIÁRIO SOBRE A DESPESA PÚBLICA

$$G_2 = \frac{PJ}{GT}$$

Onde:
PJ **⇒ Orçamento do Poder Judiciário em 2003**
***GT*⇒ Gasto Total**

Observações:
1. **Considera-se Gasto Total o Orçamento da União.**
2. **O STF informará o valor de GT a ser utilizado como padrão. O STF informará o valor de PIB a ser utilizado como padrão**

Proc. nº 3218234

1. Insumos ...

1.3. DESPESA DO PODER JUDICIÁRIO COM PESSOAL

$$G_3 = \frac{P_{rh}}{PJ}$$

Onde:

$P_{rh} \Rightarrow$ **despesa com Pessoal no Poder Judiciário em 2003**

$PJ \Rightarrow$ **Orçamento do Poder Judiciário em 2003**

Observações:

1. **São computadas todas as parcelas de índole remuneratória, independentemente da nomenclatura adotada (gratificação, adicional, representação, verba de gabinete, etc.);**
2. **São informados separadamente e por rubrica: a) os valores efetivamente pagos relativos a diferenças de exercícios anteriores (de caráter transitório, abonos, etc.); b) as parcelas indenizatórias (diárias, ajuda de custo, etc.); e c) as despesas com serviços terceirizados, estagiários e contratação direta de mão-de-obra.**

1. Insumos ...

1.4. DESPESA DO PODER JUDICIÁRIO COM BENS E SERVIÇOS

$$G_4 = \frac{B_S}{PJ}$$

Onde:

$B_s \Rightarrow$ despesa com bens e serviços no Poder Judiciário em 2003

***PJ* $\Rightarrow$ Orçamento da Poder Judiciário em 2003**

Observações:

1. **São computadas, em separado, todas as despesas com outros custeios e de capital, excluídas as relativas a pessoal e encargos;**
2. **Note-se que $G_3+G_4=1$.**

1. Insumos ...

1.5. DESPESA DO PODER JUDICIÁRIO POR HABITANTE

$$G_5 = \frac{PJ}{h_1}$$

Onde:

$PJ \Rightarrow$ Orçamento do Poder Judiciário em 2003

$h_1 \Rightarrow$ número de habitantes da região analisada

Observações: O número de habitantes será informado pelo STF

Fls. nº 3218

1. Insumos ...

1.6. MAGISTRADOS DO PODER JUDICIÁRIO POR 100.000 HABITANTES

$$G_6 = \frac{M_{ag}}{h_2}$$

Onde:

M_{ag} ⇒ nº de Magistrados na região analisada

h_2 ⇒ nº total de habitantes da região analisada dividido por 100 mil

Observações:

1. **São especificados o nº de Magistrados em atividade.**
2. **Os quantitativos são discriminados por gênero e cor (homem/mulher; branco/negro).**
3. **Não devem ser incluídos os Magistrados aposentados.**

Proc. nº 32/834

1. Insumos ...

1.7. PESSOAL AUXILIAR DO PODER JUDICIÁRIO POR 100.000 HABITANTES

$$G_7 = \frac{P_{aux}}{h_2}$$

Onde:

$P_{aux} \Rightarrow$ **Total de Pessoal auxiliar**

$h_2 \Rightarrow$ **nº total de habitantes da região analisada dividido por 100 mil**

Observações:

1. **Nº de pessoal auxiliar em atividade.**
2. **São discriminados os servidores ativos do quadro permanente, os requisitados e os sem vínculo efetivo (ocupantes exclusivamente de cargos em comissão);**
3. **São informados separadamente: os cedidos, licenciados, afastados, terceirizados e estagiários, bem como os vinculados à contratação temporária de mão-de-obra;**
4. **Os quantitativos são discriminados por gênero e cor (homem/mulher; branco/negro).**

Fls. nº 120

1. Insumos ...

1.8. PESSOAL AUXILIAR DO CORPO PERMANENTE DO PODER JUDICIÁRIO POR 100 MIL HABITANTES

$$G_7 = \frac{P_{aux}}{h_2}$$

Onde:

P_{aux}⇒ Total de Pessoal auxiliar do quadro efetivo

h_2 ⇒ nº total de habitantes da região analisada dividido por 100 mil

Observações:

1. **As informações seguem os mesmos parâmetros do item 1.7;**
2. **São discriminados apenas os servidores ativos do quadro permanente. (cargos de provimento efetivo).**

Proc. nº 321/831

1. Insumos ...

1.9. RECOLHIMENTO DE TAXAS E CUSTAS SOBRE DESPESAS DO PODER JUDICIÁRIO

$$I_1 = \frac{T}{PJ}$$

Onde:

T $\Rightarrow$ Taxas e custas recolhidas

$PJ \Rightarrow$ Orçamento do Poder Judiciário em 2003

Observações:

1. **As arrecadações, recolhimentos e depósitos são informados separadamente e por rubrica.**
2. **São considerados recolhimentos diversos os valores arrecadados com custas, alvarás, certidões, fotocópias, exceto os documentos de Execução Fiscal.**

Proc. nº 32183/11

1. Insumos ...

1.10. OUTROS RECOLHIMENTOS SOBRE DESPESAS DO PODER JUDICIÁRIO

$$I_2 = \frac{i}{PJ}$$

Onde:
$i \Rightarrow$ **Receitas e recolhimentos diversos**

Observações:

1. **Arrecadações, recolhimentos e depósitos são informados separadamente e por rubrica.**
2. **São apresentados os números relativos aos depósitos judiciais, arrecadação da dívida ativa, fundos judiciários e RPVs, os resultados de aplicações financeiras, dentre outras receitas e recolhimentos existentes.**

Proc. nº 227837

1. Insumos ...

1.11. PERCENTUAL DE GASTOS COM INFORMÁTICA NO PODER JUDICIÁRIO

$$Inf_1 = \frac{G_{\inf}}{PJ}$$

Onde:

G_{Inf} ⇒ gasto com informática

PJ ⇒ Orçamento do Poder Judiciário em 2003

Observações:

1. **São informados separadamente os gastos com a contratação dos serviços terceirizados, hardware e software.**

Fls. nº 227 4337

1. Insumos ...

1.12. NÚMERO DE COMPUTADORES POR USUÁRIOS NO PODER JUDICIÁRIO

$$Inf_2 = \frac{C_{omp}}{U_i}$$

Onde:

C_{omp} ⇒ **nº de computadores de uso pessoal**

U_i ⇒ **usuários de computador**

Observações:

1. **São levantados todos os equipamentos em uso, microcomputadores e *laptops*, terminais de uso pessoal, interligados em rede ou não.**
2. **Os servidores e terminais de auto-atendimento são informados em separado;**
3. **São incluídos como usuário todos os Magistrados, servidores, funcionários terceirizados, estagiários e contratados que utilizam, continuamente, os computadores do órgão.**

Proc. nº 32/838

1. Insumos ...

1.13. OCUPAÇÃO DE ÁREA EM M² NO PODER JUDICIÁRIO

$$C_{m^2} = \frac{PJ}{m^2} \qquad m^2{}_p = \frac{m^2}{p} \qquad P_{m^2} = \frac{P_{2003}}{m^2}$$

Onde:

C_{m2} ⇒ **Custo do metro quadrado**

$m^2{}_p$ ⇒ **Área ocupada por pessoa**

P_{m2} ⇒ **Processos por metro quadrado**

Observações:

1. **Em área por pessoa são considerados os Magistrados e todo o Pessoal Auxiliar;**
2. **Em processos por m² são considerados todos os processos existentes em 31/12/2003;**
3. **A ocupação inclui todos os prédios, independentemente da finalidade (atividade-fim, arquivos, depósitos, etc.);**
4. **São informadas em separado as áreas de estacionamento privativo;**
5. **As informações são disponibilizadas da forma mais detalhada possível.**

2. Litigiosidade e Carga de Trabalho

2.1. CASOS NOVOS POR 100.000 HABITANTES

$$C_h = \frac{CN}{h_2}$$

Onde:

$CN \Rightarrow$ **Casos Novos nas diversas estruturas do Poder Judiciário**

Observações:

1. **Casos novos são os ingressados em 2003, excluídas as Cartas Precatórias, as de Ordem, as Execuções de Sentença Judicial e outros casos que não contêm decisões judiciais, os quais serão informadas em separado;**
2. **No 1° grau, são considerados todos os feitos entrados/protocolizados no ano; Nos Tribunais são considerados todos os feitos entrados/protocolizados no ano, informando-se os originários e recursais separadamente;**

Proc. nº 32/834

2. Litigiosidade...

2.2. CASOS NOVOS POR MAGISTRADOS

$$C_m = \frac{CN}{M_{ag}}$$

Os conceitos de CN e M_{ag} são os mesmos já utilizados.

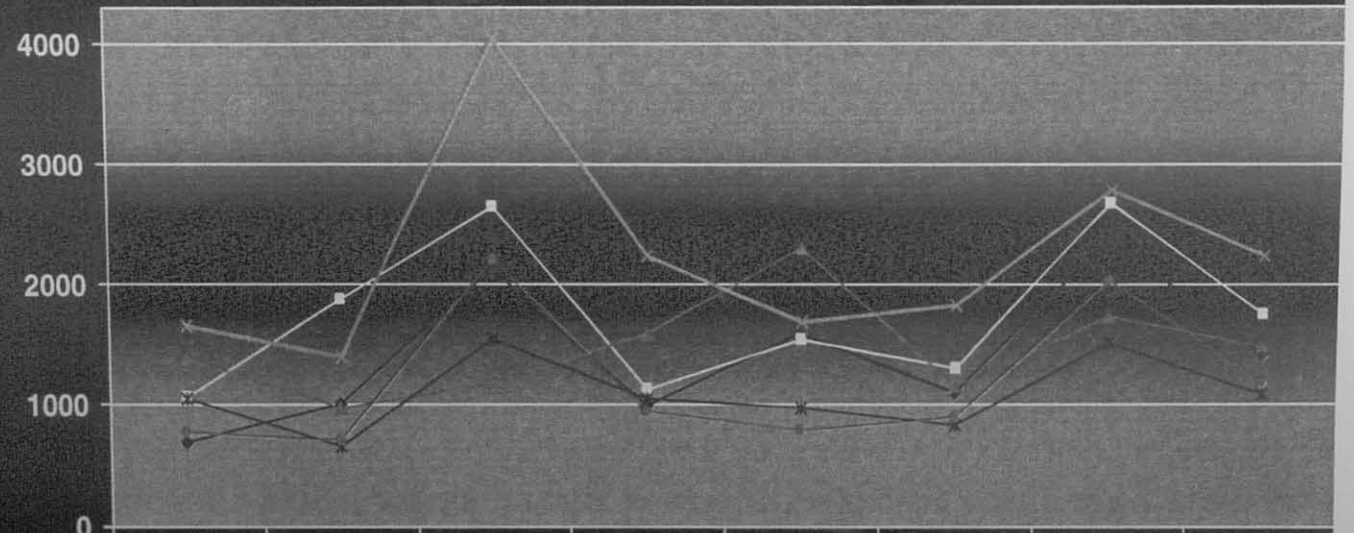
2. Litigiosidade ...

2.3. TAXA DE CRESCIMENTO DE CASOS

Análise de série histórica da demanda jurisdicional de cada órgão utilizando diversos parâmetros de pesquisa, como UF, ramo de justiça e outros. Comparação por gráficos e definição de pontos de inflexão.

Gráfico: EXEMPLO DA JUSTIÇA FEDERAL

Série histórica da quantidade de Casos Novos para cada Juiz nas Seções Judiciárias da 5ª Região



	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Média
Pernambuco	685	1005	2115	992	1578	1099	2372	1407
Alagoas	1060	1871	2640	1137	1534	1306	2666	1745
Ceará	1386	976	1178	1592	2287	1149	1732	1471
Paraíba	1648	1397	4052	2222	1686	1823	2776	2229
Rio Grande do Norte	1045	661	1545	1049	970	832	1506	1087
Sergipe	762	699	2193	944	784	889	2021	1184

Fls. Nº 321834

2. Litigiosidade ...

2.4. CARGA DE TRABALHO

$$\kappa = \frac{CN + C_{ns} + C_{ex}}{M_{ag}}$$

Onde:

κ ⇒ **Carga de Trabalho**

CN ⇒ **Casos Novos (ingressados em 2003)**

C_{ns} ⇒ **Casos Não Sentenciados**

C_{ex} ⇒ **Processos sentenciados, em execução**

Observações:

1. **Os casos não sentenciados representam o saldo de processos em tramitação em 31/12/2002, excluídos os em diligência, os enviados a outros órgãos, os baixados e os sobrestados;**
2. **Nos feitos recursais os Tribunais indicam a instância de origem. Igualmente, os órgãos de grau inferior informam o destino dos recursos.**

Fls. nº 321831

2. Litigiosidade ...

2.5. TAXA DE CONGESTIONAMENTO

$$\Gamma = 1 - \frac{Sent}{CN + C_{ns} + C_{ex}}$$

Onde:

Γ $\Rightarrow$ Taxa de Congestionamento

Sent **$\Rightarrow$ nº de Sentenças, Acórdãos, Decisões e Despachos que põem fim ao processo**

Observações:

1. **Os casos não sentenciados representam o saldo de processos em tramitação em 31/12/2002, excluídos os em diligência, os enviados a outros órgãos, os baixados e os sobrestados;**
2. **São computadas todas as formas de extinção do processo (ainda que não definitiva em face da recorribilidade). São informados os quantitativos de processos que transitaram em julgado em 2003.**
3. **Não computar como sentença (*Sent*) despachos de mero expediente.**
4. **Nos feitos recursais os Tribunais indicam a instância de origem. Igualmente, os órgãos de grau inferior informam o destino dos recursos.**

Fls. nº 3218

2. Litigiosidade ...

2.6. TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA

$$\tau = \frac{R_{sup}}{P_j}$$

Onde:

τ $\Rightarrow$ **Taxa de Recorribilidade Externa**

R_{sup} $\Rightarrow$ **Recursos à Instância Superior**

Pj $\Rightarrow$ **Processos Julgados (sentenças e acórdãos)**

Observações:

1. **Consideram-se processos julgados todos os feitos que receberam qualquer tipo de decisão definitiva, de mérito ou não, cuja eficácia importe na extinção do processo;**
2. **Consideram-se recursos todas as formas de impugnação de decisões judiciais, ordinárias e extraordinárias, tais como Agravos e outros.**
3. **Nos feitos recursais os órgãos de grau inferior devem indicar o destino dos recursos**

2. Litigiosidade ...

2.7. TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA

$$\tau_{int} = \frac{R_{int}}{D}$$

Onde:

τ_{int} ⇒ **Taxa de Recorribilidade Interna**

R_{int} ⇒ **Recursos internos**

D ⇒ **Decisões por instância**

Observações:

1. **Consideram-se processos julgados todos os feitos que receberam qualquer tipo de decisão definitiva, de mérito ou não, cuja eficácia importe na extinção do processo;**
2. **São recursos internos os interpostos para julgamento na própria instância, tais como: Embargos de Declaração, Agravos, etc.**

Fls. nº 321 8334

2. Litigiosidade ...

2.8. TAXA DE REFORMA DA DECISÃO

$$R_d = \frac{R_p}{R_j}$$

Onde:

R_d ⇒ **Taxa de Reforma da Decisão**

R_p ⇒ **Recursos providos**

R_j ⇒ **Recursos julgados**

Observações:

1. **Consideram-se recursos julgados todas as formas de impugnação de decisões judiciais que receberam qualquer tipo de decisão definitiva, de mérito ou não, cuja eficácia importe na extinção do processo.**

Proc. nº 3218434

3. Acesso à Justiça

3.1. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA SOBRE O PIB

$$A_1 = \frac{JG}{PIB}$$

Onde:

JG ⇒ **Assistência Judiciária Gratuita**

Observações:

1. **Incluem-se despesas com: a) Defensoria Pública (inclusive em casos de competência delegada); b) remuneração de defensores dativos; c) convênios com a OAB, que impliquem repasse de verbas públicas.**
2. **As despesas com a Defensoria Pública da União na respectiva Região serão colhidas junto ao governo federal;**
3. **Informar em separado os gastos com peritos, tradutores e advogados dativos;**

Fls. nº 321 834

3. Acesso...

3.2. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA SOBRE DESPESA PÚBLICA TOTAL

$$A_2 = \frac{JG}{GT}$$

Os parâmetros *JG* e *GT* são os mesmos já utilizados

3. Acesso ...

3.3. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA POR HABITANTE

$$A_3 = \frac{JG}{h_1}$$

Observações:
Os parâmetros JG e h_1 são os mesmos já utilizados

Proc. nº 324834

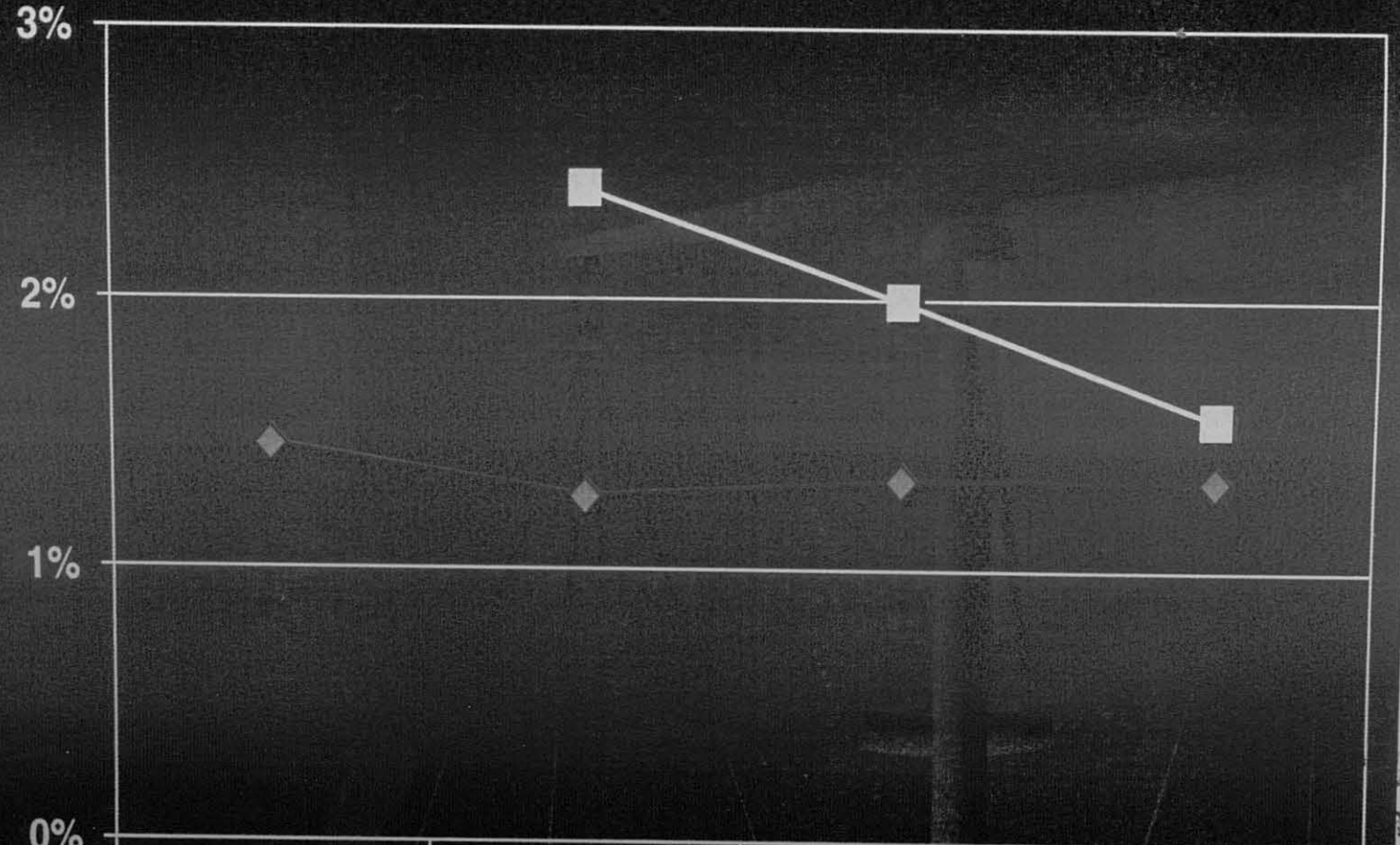
Prod nº 321834

INDICADORES ESTATÍSTICOS DO SUPREMO

SUPREMO

($G_1 = D_{PJ} / PIB$) – Percentual da despesa sobre o PIB

($G_2 = D_{PJ} / GT$) – Percentual da despesa sobre o Orçamento Geral da União



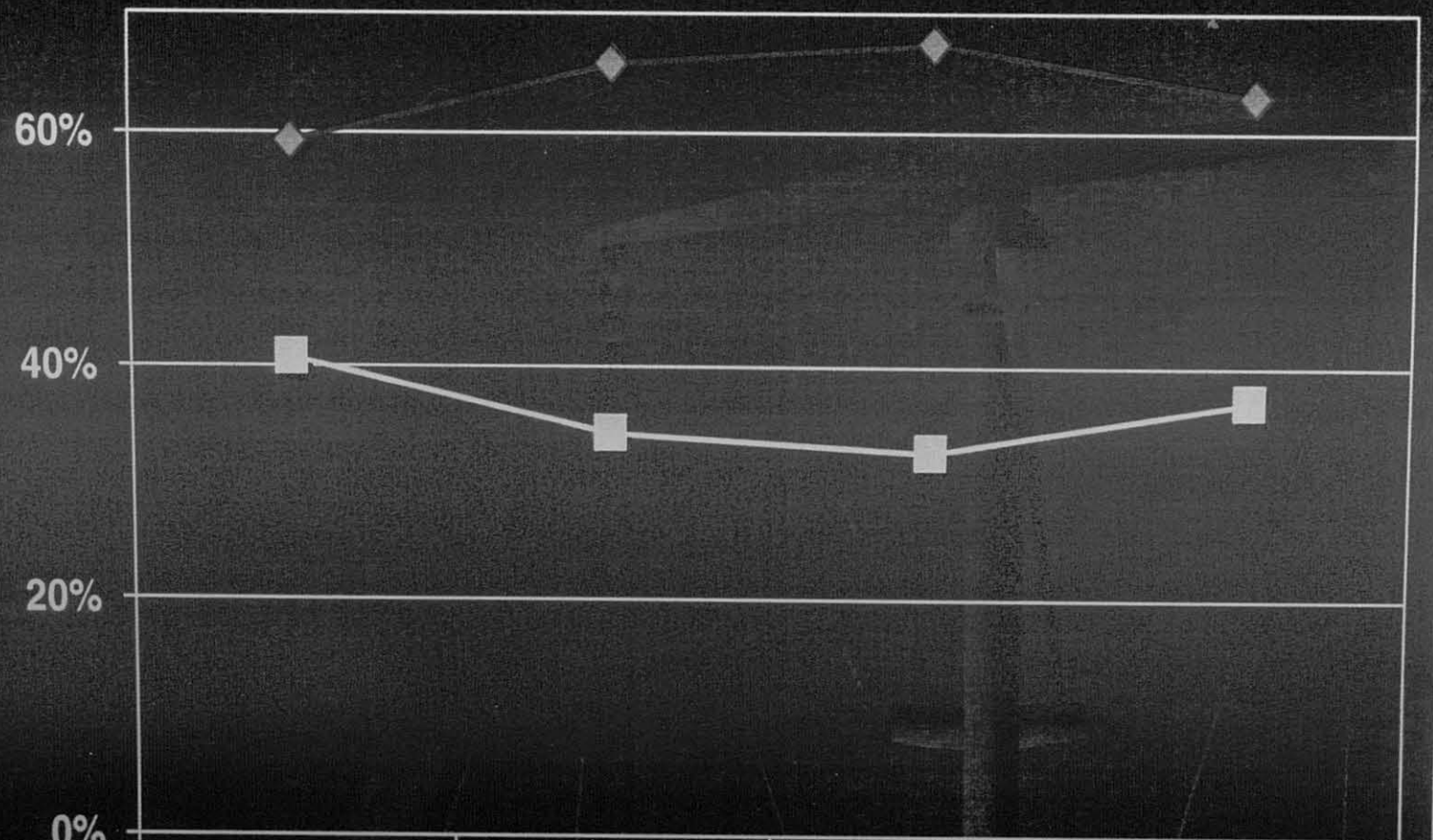
	2001	2002	2003	2004
G1	1,46%	1,27%	1,33%	1,33%
G2		2,41%	1,99%	1,55%

Fls. nº 321834

SUPREMO

($G_3 = P_{rh} / Dpj$) – Percentual da despesa com Pessoal

($G_4 = B_s/Dpj$) - Percentual da despesa com Bens e Serviços

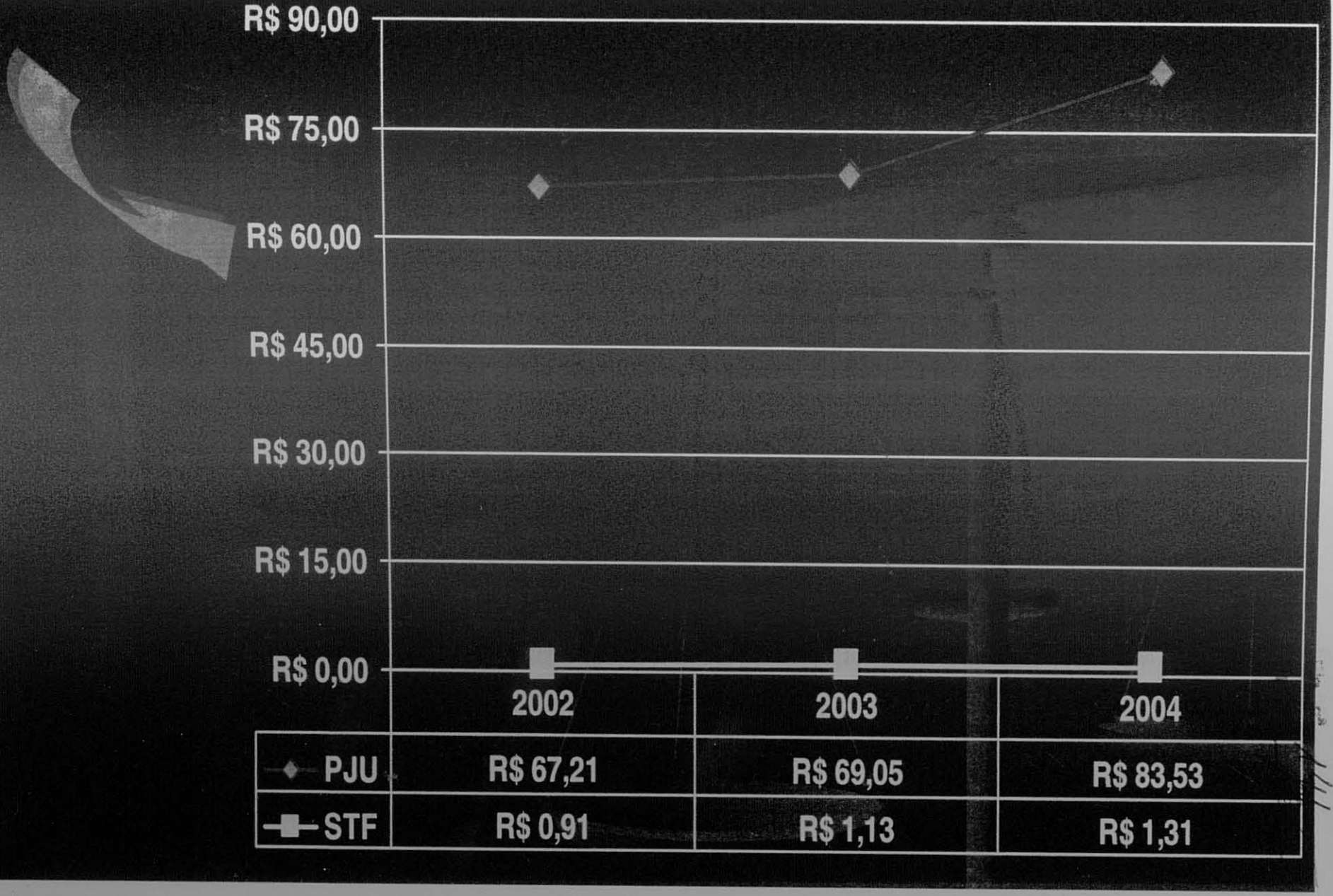


	2001	2002	2003	2004
G3	59,19%	65,76%	67,53%	63,01%
G4	40,81%	34,24%	32,47%	36,99%

Proc nº 321834

SUPREMO

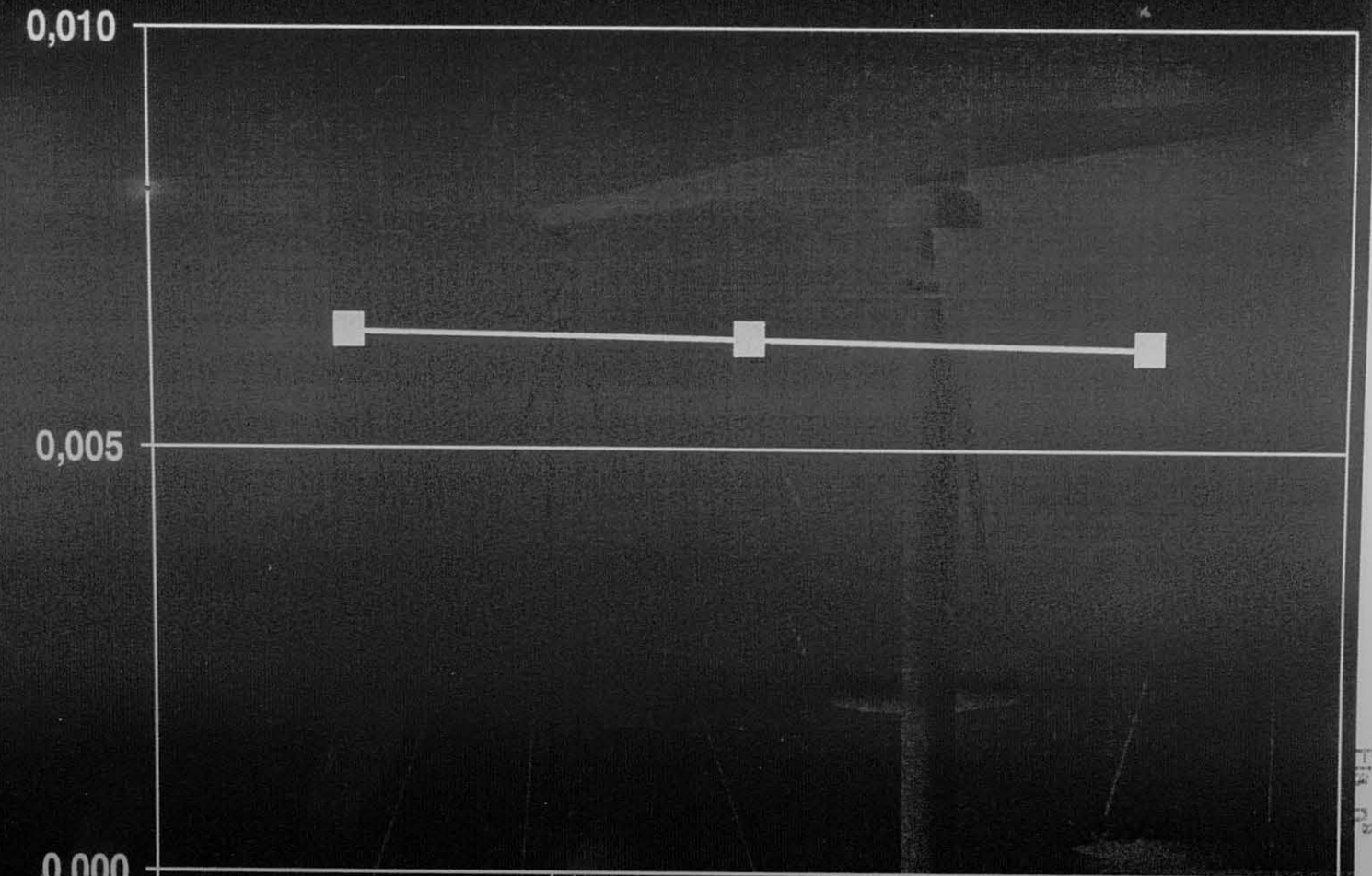
($G_5 = Dpj / h_1$) – Despesa do PJU e STF por habitante



	2002	2003	2004
PJU	R$ 67,21	R$ 69,05	R$ 83,53
STF	R$ 0,91	R$ 1,13	R$ 1,31

SUPREMO

($G6 = Mag / h_2$) – Nº de Magistrados por 100.000 Habitantes



	2002	2003	2004
G6	0,00638	0,00630	0,00622

Proc. nº 3248534
Fls. nº 1112

SUPREMO

($G_7 = P_{aux} / h_2$ e $G_8 = P_{ap}/h_2$) – Pessoal Auxiliar e Pessoal Permanente por 100 mil habitantes

2004

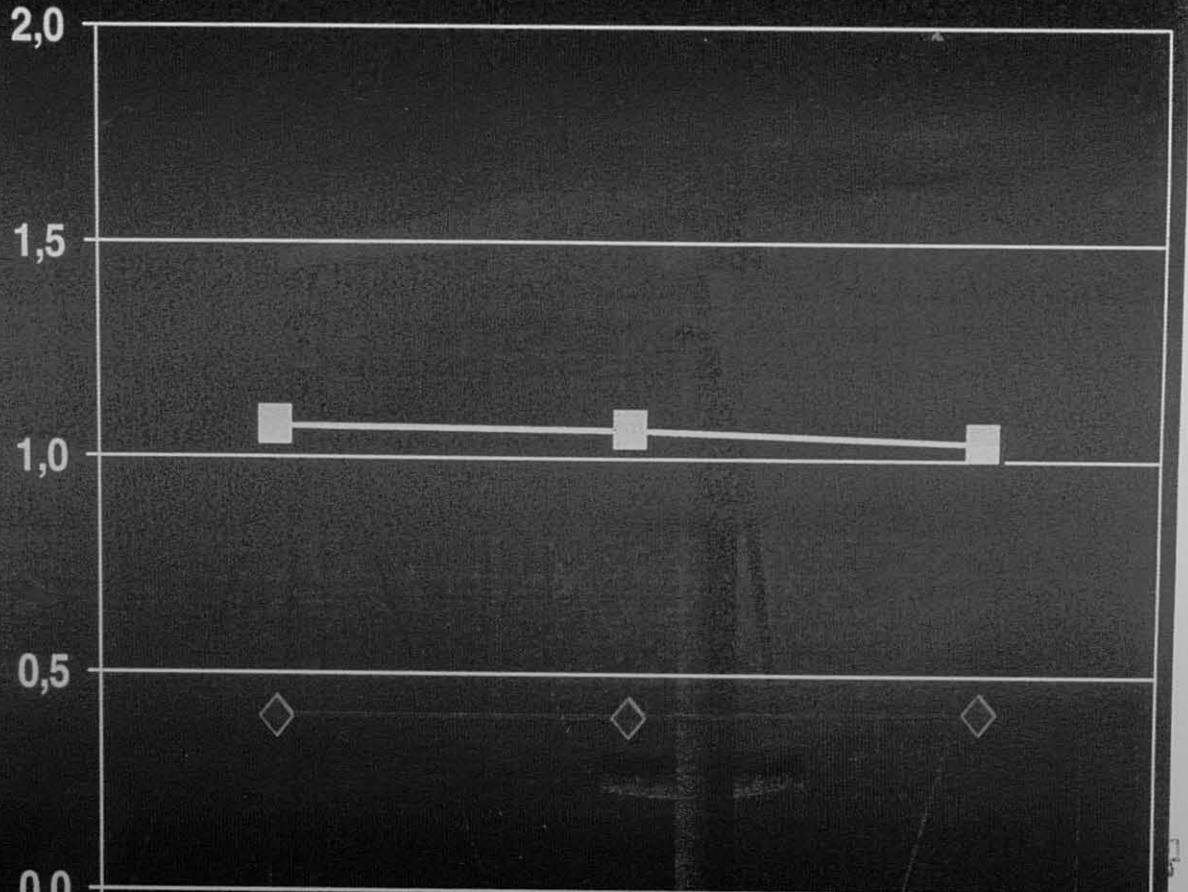
Terceirizados:

Homens – 64% Mulheres – 36%

Servidores:

Homens – 46% (13% de negros)

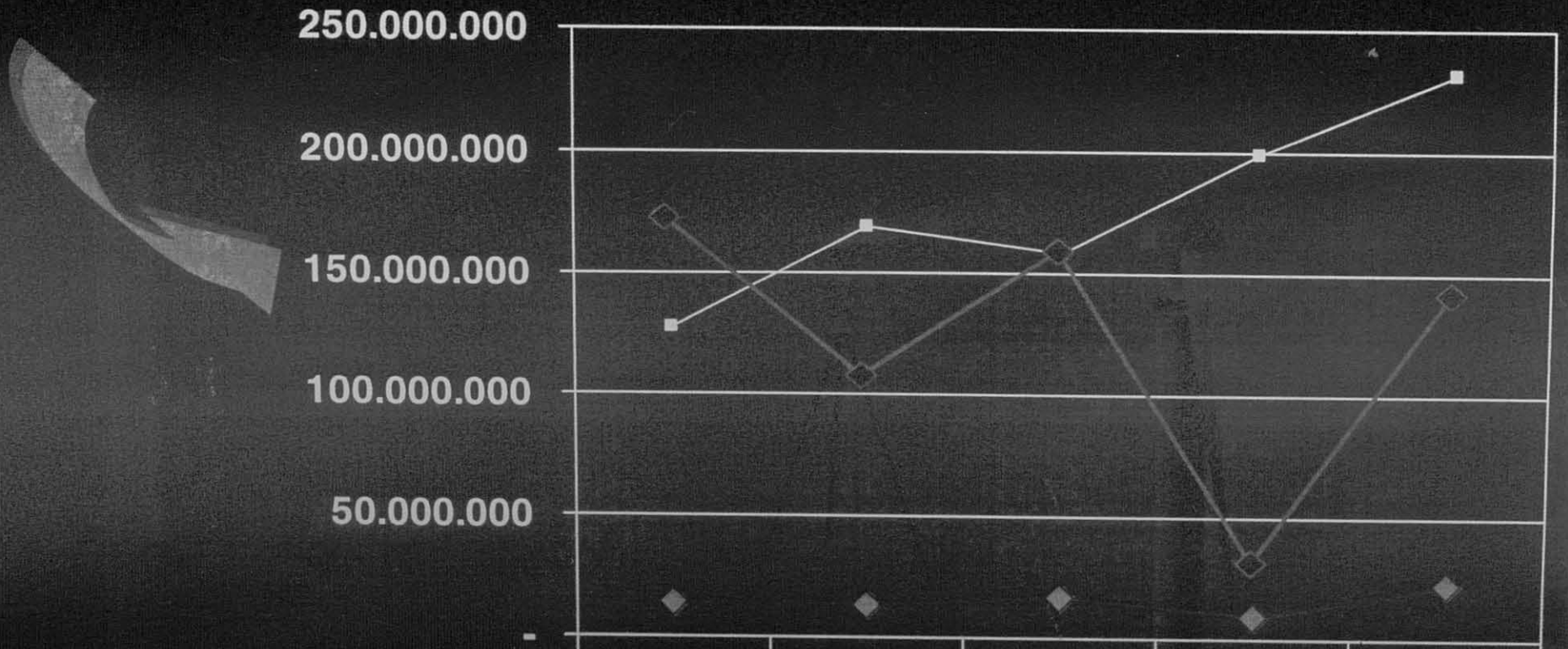
Mulheres – 54% (7% de negras)



	2002	2003	2004
Pessoal auxiliar	1,070	1,065	1,038
Servidores	0,397	0,401	0,409

SUPREMO

($Inf_1 = G_{inf} / Dpj$) – Percentual de Gastos com Informática



	2000	2001	2002	2003	2004
Ginf	14.015.53	13.691.98	16.411.79	9.542.058	22.267.39
PJ	127.728.6	168.936.3	158.633.5	199.023.9	231.339.7
Percentual	10,97%	8,10%	10,35%	4,79%	9,62%

328824

SUPREMO

Ocupação de Área

$$C_{m^2} = \frac{Dpj_{2004}}{m^2} \qquad C_{m^2} = \frac{231.339.712}{62.607}$$

R$ 3.695,10 por m²

$$m^2{}_p = \frac{m^2}{p} \qquad m^2{}_p = \frac{47.847}{1.972}$$

24,26 m² por pessoa

$$P_{m^2} = \frac{P_{2004}}{m^2} \qquad P_{m^2} = \frac{70.976}{47.847}$$

1,48 processos por m²

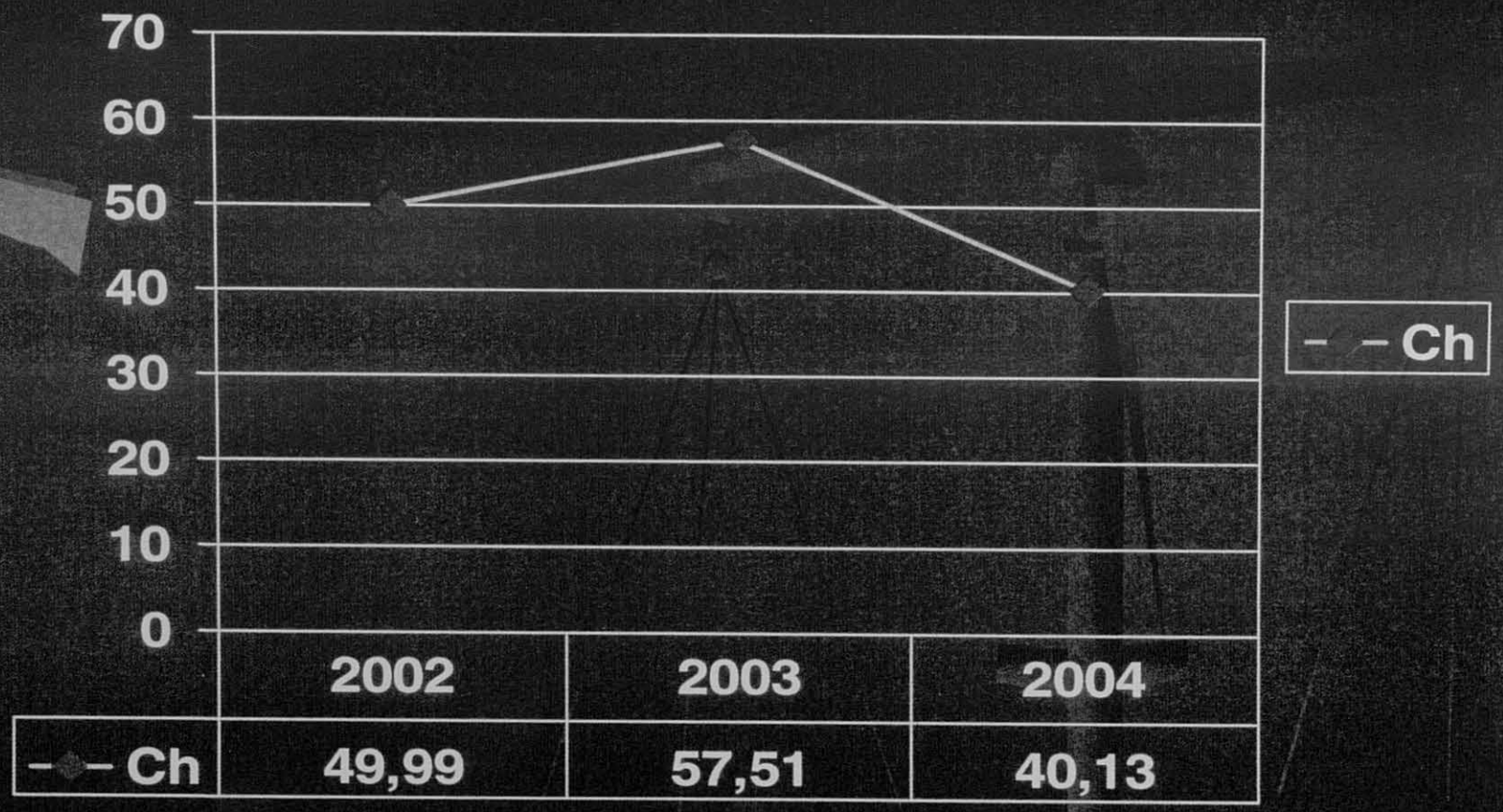
Para cálculo de Cm² utiliza-se a área total.

Para $m^2{}_p$ e Pm² são descontadas as áreas de estacionamento privativo

3218334

SUPREMO

($C_h = CN / h_2$) – Casos novos por 100 mil habitantes



	2002	2003	2004
– – Ch	49,99	57,51	40,13

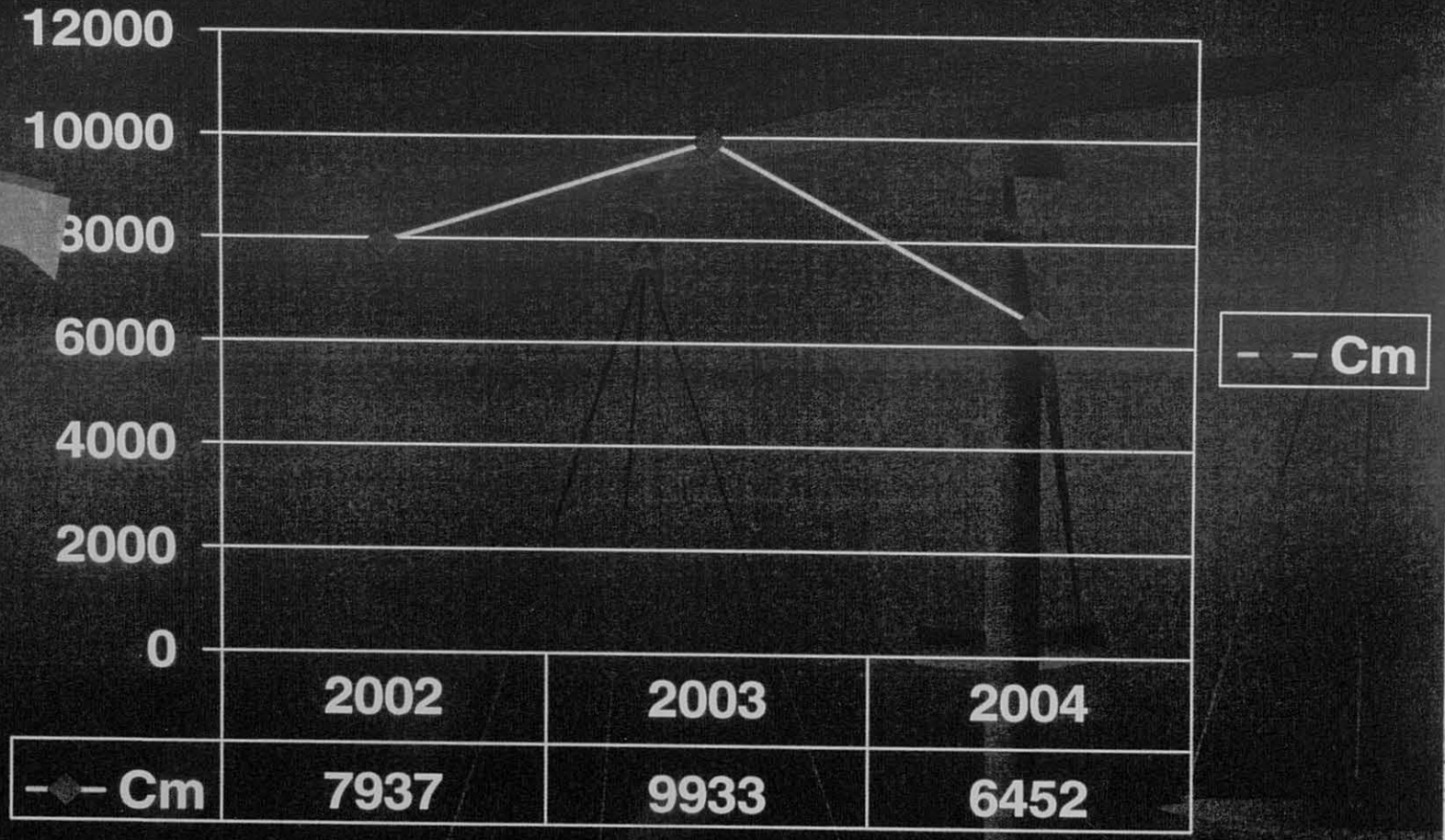
CN – Casos Novos no STF

h_2 – nº de Habitantes dividido por 100 mil

Proc. nº 321834

SUPREMO

($C_m = CN / M_{ag}$) – Casos novos por Magistrado



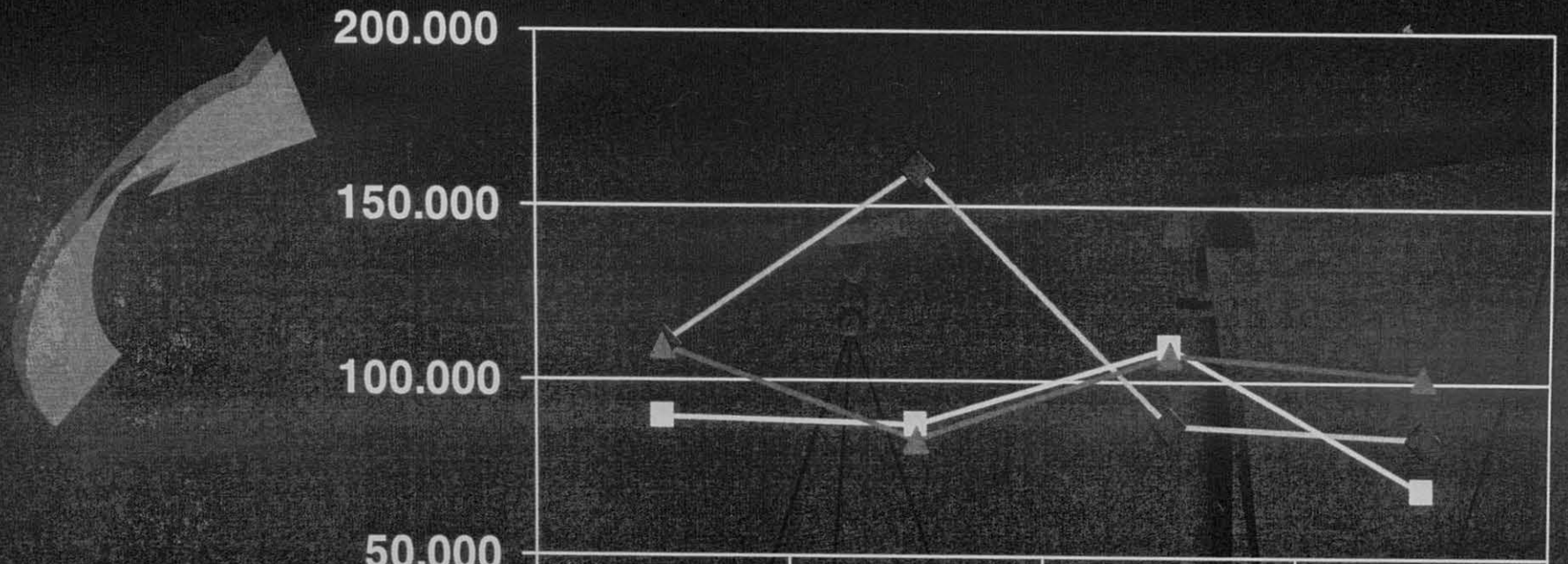
CN – Casos Novos no STF

M_{ag} ⇒ n° de Magistrados

Proc. nº 321834
Fls. nº 1112

SUPREMO

Série Histórica de Processos Recebidos, Distribuídos e Julgamentos



	2001	2002	2003	2004
Processos recebidos	110.771	160.453	87.186	83.667
Processos distribuídos	89.574	87.313	109.965	69.171
Julgamentos	109.692	83.097	107.867	101.690

SUPREMO

($\kappa = CN + C_{ns} / M_{ag}$) – Carga de Trabalho

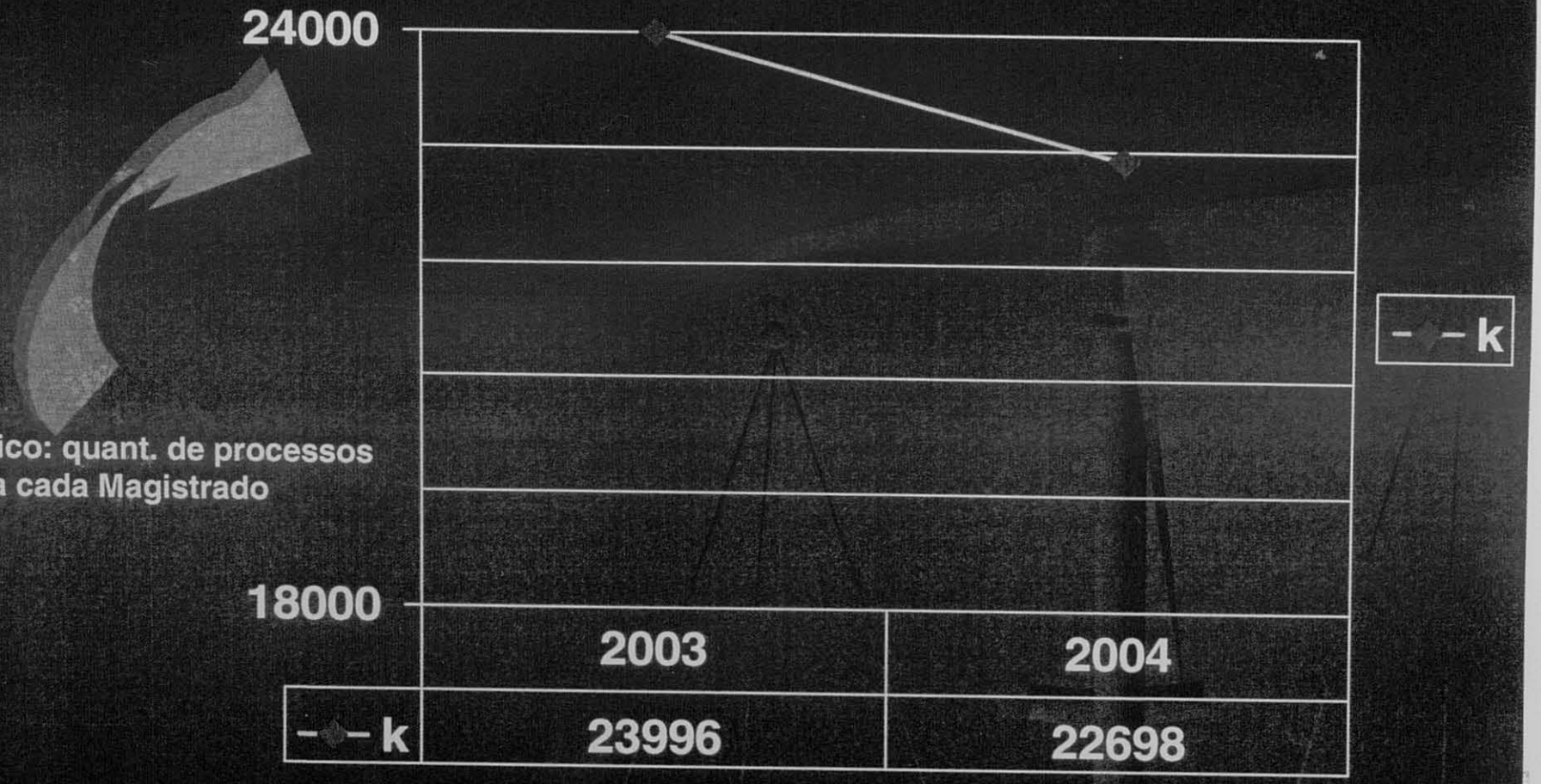


Gráfico: quant. de processos para cada Magistrado

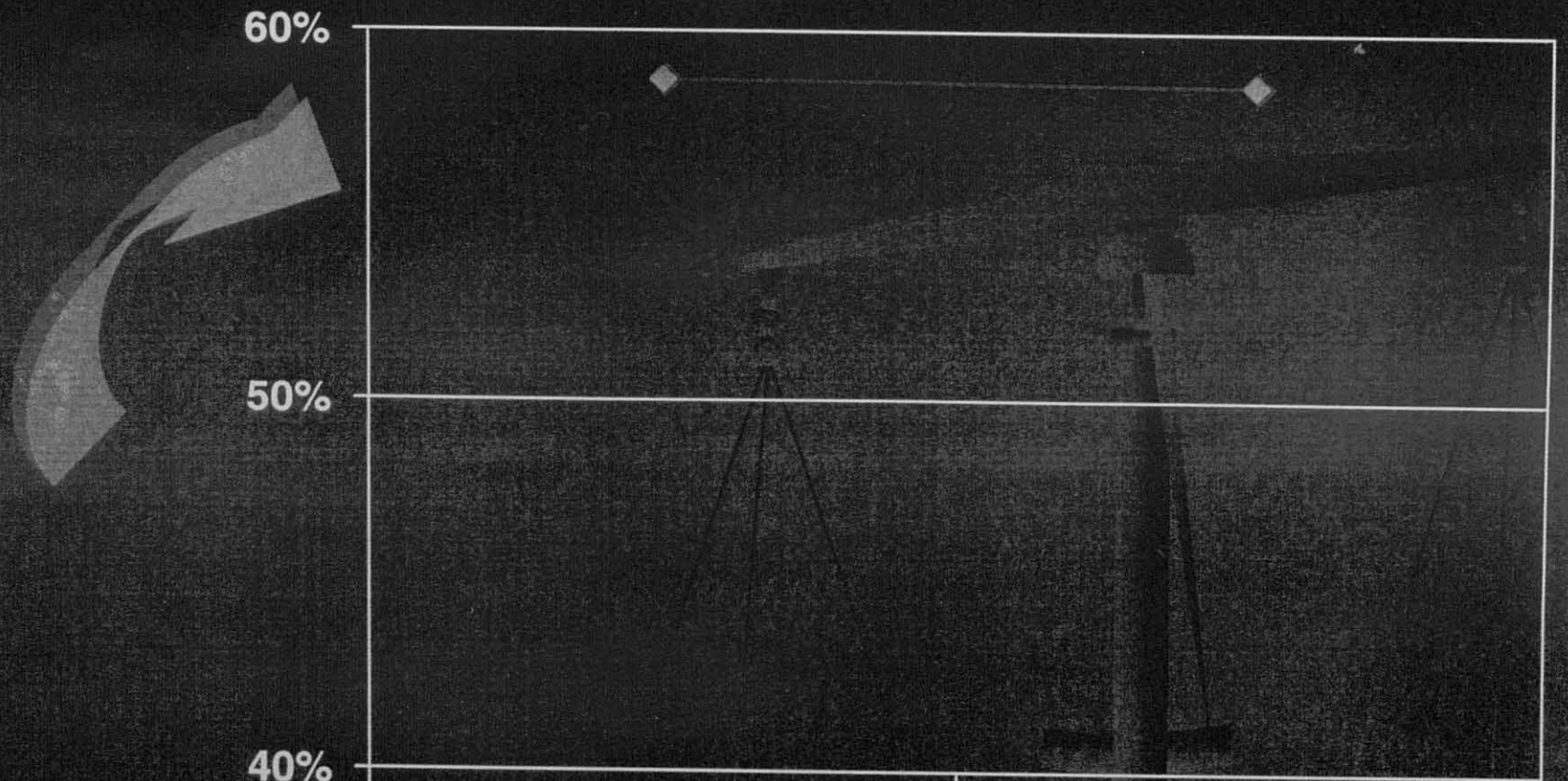
CN – Casos Novos no STF

C_{ns} – Casos não sentenciados (em dez/2002 e dez/2003)

$M_{ag} \Rightarrow n^{o}$ de Magistrados

SUPREMO

(Γ = 1- *Sent / CN + Cns*) – Taxa de Congestionamento



	2003	2004
Taxa	58,67%	58,58%

Sent - Sentenças

CN - Casos Novos no STF

C_{ns} – Casos não sentenciados (em dez/2002 e dez/2003)

SUPREMO

($\tau_{int} = R_{int} / D$) – Taxa de Recorribilidade Interna

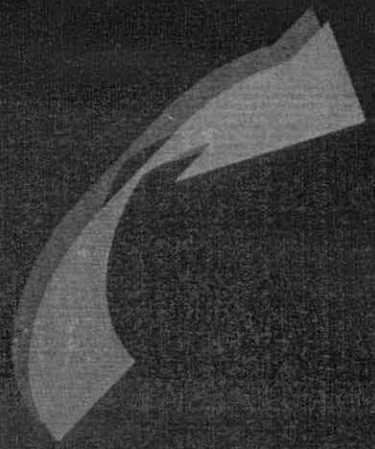
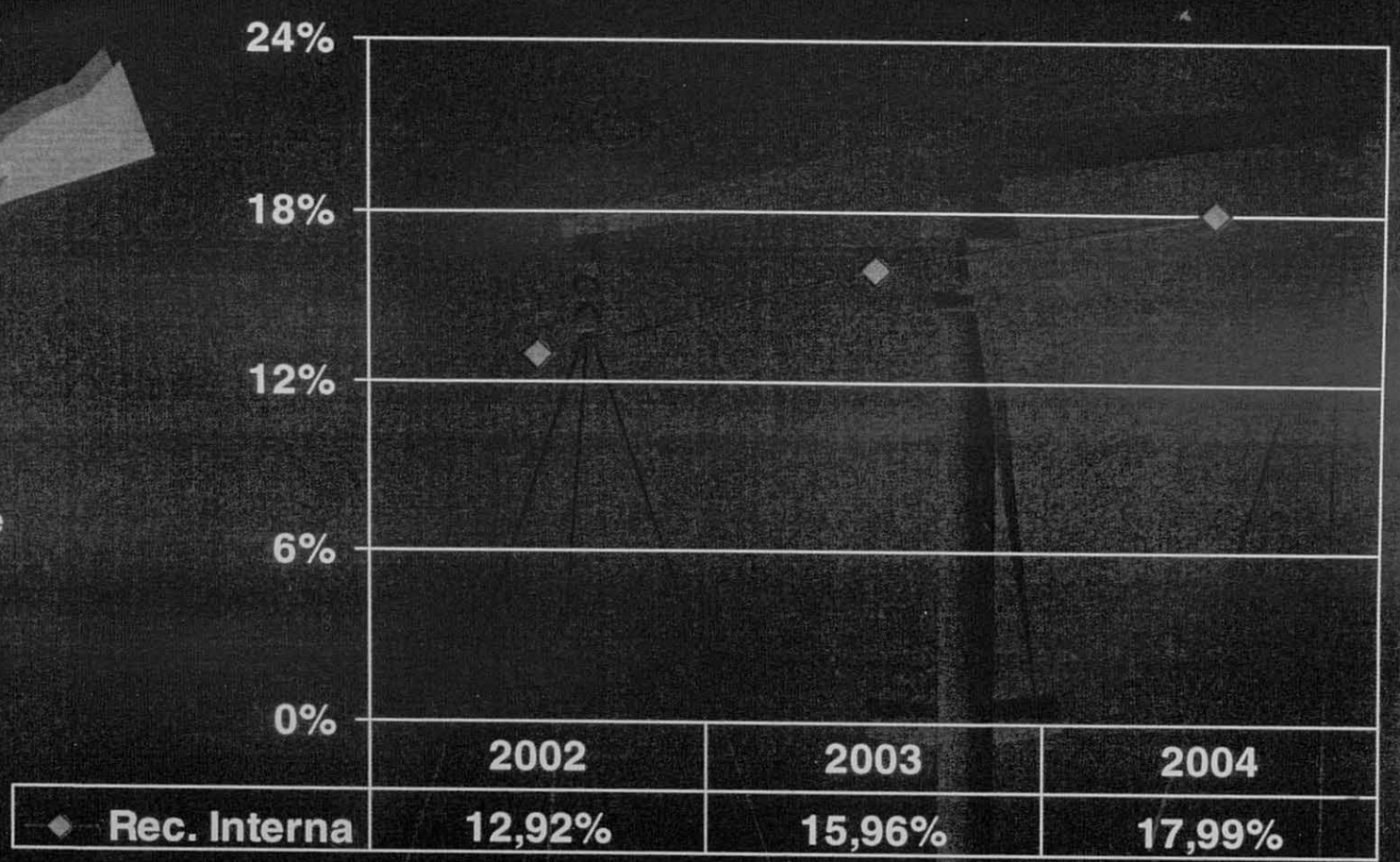


Gráfico: percentual de decisões que geram recursos à própria instância



R_{int} - *Recursos internos*

D - *Decisões*

Proc. nº 3218834

SUPREMO

($R_d = R_p / R_j$) – Taxa de Reforma da Decisão

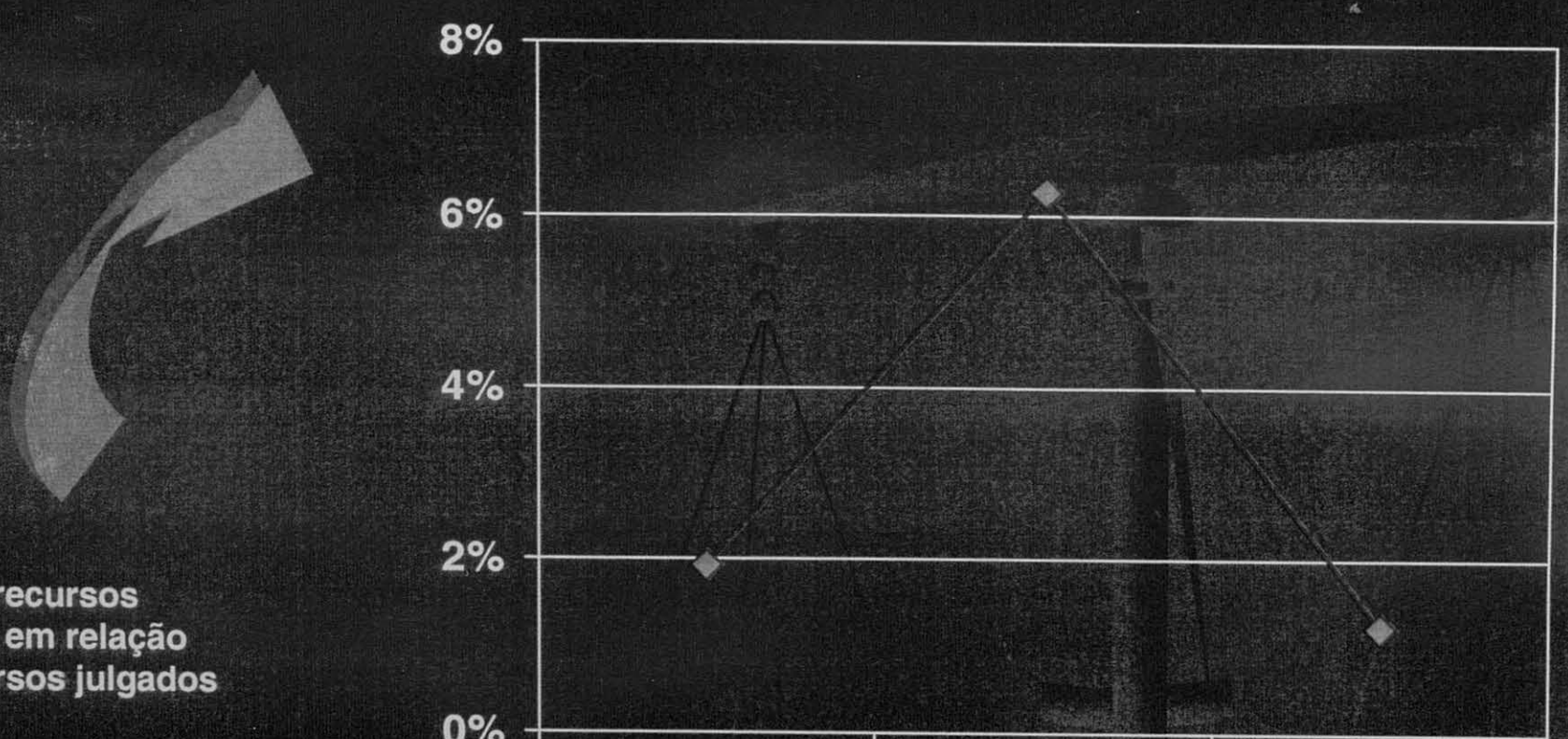


Gráfico: recursos providos em relação aos recursos julgados

R_p – *nº de Recursos providos*

R_j - *Recursos julgados*

Proc. nº 321.834
Fls. nº 153
Rubr.

Supremo Tribunal Federal
Assessoria de Planejamento e Organização

Processo nº 321.834/2005
Assunto: Prestação de Contas Anual – exercício 2004.

Encaminho o presente processo à Secretaria de Controle Interno, tendo em vista que o Relatório das Contas do Tribunal, relativas ao exercício de 2004, foi encaminhado ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, conforme documentos de fls. 30 e 31.

Em 19/4/2005

JOSÉ WATERLÔO ZANETTI SANTARÉM
Assessor-Chefe

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
RECEBIDO EM 19/4/2005
AS 12:19 HORAS. Luciana

À CAUD para acompanhamento.
Em 19.04.2005

Anderson Vidal Corrêa
Secretário de Controle Interno/STF

1- À SESUD p/ conhecer.
2- À SECAC p/ ciência e acompanhamento.
Em 22/04/2005

Alfredo Wagner de Andrade
Coordenador de Auditoria

De ordem
À SECAC.
Em 25/4/2005

Eduardo Martins dos Santos
Chefe de Seção de Auditoria

À COFI, por solicitação.
Brb, 9/1/06

Nilo Lima Gomes
Assessor - CAUD/SCI

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Documento Recebido na COFI
Nesta data às 13:59 horas,
Em 10/01/2006
Regina

Proc 321834
Fls. 154
Serv.

TERMO DE REMESSA

Aos 31 dias do mês 10 de 2006, por determinação da Coordenadora de Orçamento e Finanças, faço a remessa do Processo Administrativo n° 02 ,com folhas numeradas de a 154 , á Seção de Arquivo Administrativo, para arquivamento definitivo.

Clayton Medeiros da Silva
Chefe Substituto da Seção de Contabilidade Analítica

A Gabinete do Diretor Geral

Por solicitação Susana

Em 27 / 04 / 2009

Seção de Arquivo

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Gabinete do Diretor Geral

Documento recebido nesta data

ÀS 18:29

Em 27/04/09